



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES  
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

**DIANA SOUSA TERCENIO**

**AS MULHERES NA POLÍTICA NO INTERIOR DA BAHIA: UM ESTUDO  
NA CIDADE DE CONDEÚBA**

Salvador

2020

**DIANA SOUSA TERCENIO**

**AS MULHERES NA POLÍTICA NO INTERIOR DA BAHIA: UM ESTUDO  
NA CIDADE DE CONDEÚBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos.

Orientadora: Prof. Dra. Teresa Sacchet

Salvador

2020

---

T316 Terencio, Diana Sousa  
As mulheres na política no interior da Bahia: um estudo na cidade de Condeúba. / Diana  
Sousa Terencio. – 2020.  
130 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Teresa Sacchet  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas, Salvador, 2020.

1. Mulheres – Atividades políticas. 2. Políticas. 3. Bahia – Governo representativo e  
representação. 4. Condeúba (BA) – Política e governo. I. Sacchet, Teresa. II. Universidade  
Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.4

---

**DIANA SOUSA TERCENIO**

**AS MULHERES NA POLÍTICA NO INTERIOR DA BAHIA:  
UM ESTUDO NA CIDADE DE CONDEÚBA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 26 de outubro de 2020

Banca Examinadora:

Teresa Sacchet – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Ciência Política – Universidade de Essex, Inglaterra.  
Universidade Federal da Bahia.

Salete Maria da Silva \_\_\_\_\_  
Doutora em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos – Universidade Federal da Bahia, Brasil.  
Universidade Federal da Bahia.

Daniela Leandro Rezende \_\_\_\_\_  
Doutora em Ciência Política – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.  
Universidade Federal de Viçosa.

## AGRADECIMENTOS

Sou uma pessoa que sempre se empolga com textos de agradecimentos, e que também representam o fechamento de um ciclo e início de outro. Durante as duas graduações que fiz, e até mesmo antes de entrar na universidade, eu pensava às vezes sobre meu convite de formatura e o que escreveria na mensagem final. Da mesma forma, durante o mestrado, em determinados momentos, ficava refletindo sobre o que escreveria nos meus agradecimentos na dissertação.

Além da empolgação, os textos de agradecimentos também me geram uma leve preocupação, pois tenho esse momento como de grande responsabilidade, uma vez que quero ser justa e grata a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para mais essa conquista na minha vida, que colaboraram com cada discussão trazida nesse trabalho e para todos e todas que me deram apoio, afeto e motivação durante esse ciclo que se encerra agora.

Inicialmente, agradeço a Deus e a Jesus Cristo por se fazerem presentes em toda minha vida. Minha fé e espiritualidade são bálsamos preciosos para mim! Gratidão a minha mãe Núbia e meu pai, Toinho, pelo dom da vida. A minha família, pelo amor, apoio e contribuições constantes! Mamãe, vó Dja, vó Lia, vô Manoel, vô Terêncio [in memorian], Mari, Mírian, tia Lu, tia Ana, tia Néa, tia Sônia, Bi, Gabizinha, papai, tio Delson, tio Guto, padrinho Zé, etc, vocês, em maior ou menor grau, me dedicaram afeto, carinho, apoio, ajuda em momentos delicados, incentivo, conselhos valiosos, e por aí vai, e tem minha gratidão!

Agradeço a minha orientadora, Teresa. Ela me mostrou que, além de ser uma intelectual brilhante (coisa que eu já sabia antes de conhecê-la), também é um ser humano admirável, que soube ser compreensiva e paciente, me incentivar e impulsionar, dizer como via potencial naquilo que eu produzia. Sempre tive facilidade em escrever, mas fazer uma dissertação vai muito além disso, (ler muitos autores, refletir sobre o que se lê, escrever, problematizar, refletir, problematizar mais...) e Teresa soube me mostrar os melhores caminhos para conduzir um trabalho acadêmico dessa magnitude, com inteligência e empatia, gratidão por isso!

Agradeço as professoras da minha banca de qualificação e defesa, Salete e Daniela. Salete, professora com quem tive a oportunidade de cursar duas disciplinas no NEIM, que muito contribuíram com minha formação acadêmica e com discussões propostas nesse trabalho, pessoa que admiro por sua generosidade e competência teórica e metodológica e também por muitas de suas opiniões e seu bom humor. Daniela, que embora não conheça pessoalmente, já pude observar que se trata de uma acadêmica excepcional, que assim como

minha orientadora e Salete, tem profundo conhecimento teórico e metodológico e pessoa generosa nas falas e pontuações. Obrigada por aceitarem ler e criticar meu trabalho.

Agradeço a Rafael, que foi meu companheiro durante os anos de 2014 a 2018. O nome dele teria de estar aqui, independente de nosso término, pois ele, sem dúvidas, foi a pessoa que mais contribuiu para a formação e preparação que me possibilitou ter êxito na seleção de mestrado do PPGNEIM e para além disso, ele foi a pessoa que mais contribuiu para eu ter me tornado uma pessoa mais inteligente, corajosa, politizada e feminista. Um dos primeiros presentes que ele me deu, foi o livro *A Mulher na Sociedade de Classes*, de Heleieth Saffioti. Quando abri aquele livro, eu, que já era uma mulher progressista, mas ainda “meio em cima do muro” quando dizia respeito ao feminismo – já que também ainda me faltava mais conhecimento sobre o tema – não imaginava, que durante os anos de nosso relacionamento, eu me tornaria uma mulher que se afirma feminista com orgulho, que se apaixonou pela teoria política feminista, que decidiu seguir carreira acadêmica iniciando com um mestrado nessa área.

Eu sempre pensei em fazer mestrado acadêmico, mas antes dele, me parecia algo distante, eu achava que seria muito difícil passar numa seleção, já que não tinha experiência com pesquisa até aquele momento. Tudo mudou ao longo do tempo que passamos juntos. Ele como um aspirante a academia, que já tinha todo direcionamento e experiência com pesquisa, soube me incentivar, me direcionar e me “lapidar” digamos assim, para seguir esse caminho.

Então, de fato, o que posso dizer de Rafael, é que sou grata por todo amor, carinho, companheirismo, amizade, viagens, risadas, generosidade e aprendizados que tivemos em nossa história, e sou grata também pelo direcionamento que ele deu a minha vida, pessoal e profissional. Nossos caminhos se separaram e isso faz parte da vida. Qualquer mágoa gerada no fim desse relacionamento já foi perdoada, e só o que sinto por ter vivido a história que vivi com ele, e por tudo que ele acrescentou em minha vida, é gratidão.

Agradeço também a Gabriel, que entrou na minha vida no segundo ano do mestrado (2019), época em que eu estava fazendo o tirocínio e quase começando de fato a escrita da dissertação. Agradeço pelo carinho, afeto e doçura ofertadas a mim, durante o tempo que estivemos juntos. Ele, mesmo sem proximidade alguma com a área acadêmica, me apoiou e acima de tudo, trouxe tranquilidade e ternura para minha vida num período de tensão e preocupação com a escrita de um trabalho importante e desafiador como uma dissertação.

Gratidão também, as amigas e amigos, que se mantem presentes, mesmo que distantes, com as/os quais divido risadas, conversas e discussões que contribuem para minha formação contínua enquanto feminista, acadêmica e militante, especialmente Thami, Lu e Bi. Agradeço

também as/os colegas da minha turma de mestrado, pessoas que dividi momentos de muito aprendizado na sala de aula do NEIM e também fora dela, em especial Bianca, Flávia, Mabel, Vanina e todas/os as/os demais. Agradeço a Amanda, que me deu dicas e conselhos preciosos para a seleção do PPGNEIM e a Érica, que foi minha orientadora de TCC na faculdade de direito, e mesmo depois da formatura, continuou me dando apoio e incentivo na minha pretensa carreira acadêmica.

Quero agradecer a todas as pessoas de vida pública de Condeúba, cidade que foi campo de pesquisa para esse trabalho, que se disponibilizaram a me dar entrevista e que com suas perspectivas, me forneceram caminhos para fazer todas as discussões que apresentei aqui. E não posso deixar de agradecer, todas as autoras e autores que li, e que com seus magníficos trabalhos acadêmicos, me possibilitaram ter arcabouço teórico suficiente para discutir todos os assuntos necessários à consolidação dessa dissertação.

Por fim, agradeço a todas as professoras/professor que tive durante o mestrado, por todos os saberes compartilhados, por todos os aprendizados, pelas confraternizações, etc. Agradeço também aos demais funcionários do NEIM, sempre solícitos. Gratidão a todas e a todos!

*“As mulheres pertencem a todos os lugares onde as decisões estão sendo tomadas. Elas não deveriam ser a exceção”.*

*(Ruth Bader Ginsburg)*



TERENCIO, D. S. **As mulheres na política no interior da Bahia: um estudo na cidade de Condeúba**. Orientadora: Teresa Sacchet. 2020. 126 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

## RESUMO

Esta dissertação analisa elementos centrais ligados à representação de mulheres na política local na cidade de Condeúba/BA, a partir de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. A política municipal é geralmente, a porta de entrada para a vida pública, e aparenta ser a via mais acessível à entrada de mulheres na política. Contudo, a sub-representação feminina persiste, tanto em âmbito municipal, como estadual e federal no Brasil. Leis de ações afirmativas para inserção de mulheres na política, como a política de cotas nos partidos para os cargos do Legislativo, surgiram na década de 90. Recentemente, Tribunais Superiores decidiram, após consulta de parlamentares mulheres, dar garantias jurídicas na distribuição dos recursos de campanha às candidatas, a fim de tornar a disputa eleitoral o mais igualitária possível, no que se refere ao gênero. Não obstante a essas ações, ainda existem muitos desafios no que se refere a maior presença de mulheres nas instâncias do poder formal. Na minha pesquisa, busquei nas entrevistas, identificar como se dá a participação das mulheres na política nessa cidade. Em se tratando de um município de pequeno porte do interior da Bahia, o que é igual ou diferente de uma cidade maior, ou do estado, quando se refere aos motivos que levam mulheres a se engajar politicamente, se candidatar, ser eleita e permanecer na vida pública? A literatura aponta que recursos financeiros são importantes para favorecer políticos na disputa eleitoral, o que prejudica as mulheres que arrecadam menos recursos. Mas a dinâmica seria a mesma num município de menos de 25 mil habitantes? Segui uma linha investigativa no intuito de entender e problematizar questões como essas. Por fim, cheguei à conclusão de que muitos dos problemas e desafios que são enfrentados por mulheres de vida pública no âmbito estadual e federal, e também, na política municipal de grandes centros urbanos, também atravessam as mulheres de Condeúba – com particularidades advindas de um pequeno município com extensa zona rural -. Os estereótipos ainda existentes sobre a mulher, a baixa captação de recursos financeiros, a resistência de partidos políticos, o não engajamento de mais mulheres devido a sua socialização, a ineficácia da política de cotas e assim por diante, se apresentam como grandes desafios para a superação da sub-representação feminina e o alcance da paridade de gênero em Condeúba, assim como na Bahia e no Brasil.

Palavras chave: Mulheres; Política; Interior da Bahia; Representação Política; Condeúba.

TERENCIO, D. S. **Women in politics in the interior of Bahia: a study in the city of Condeúba.** Advisor: Teresa Sacchet. 2020. 126 p. Dissertation (Master in Interdisciplinary Studies on Women, Gender and Feminism) – Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2020.

### ABSTRACT

This dissertation analyzes central elements related to the representation of women in local politics in the city of Condeúba / BA, based on bibliographic research and semi-structured interviews. Municipal politics is generally the gateway to public life, and it seems to be the most accessible way for women to enter politics. However, female under-representation persists at the municipal, state, and federal levels in Brazil. Laws of affirmative actions for the insertion of women in politics, such as the policy of quotas in parties for legislative positions, emerged in the 1990s. Recently, Superior Courts decided, after consultation by female parliamentarians, to provide legal guarantees in the distribution of campaign resources to female candidates, in order to make the electoral dispute as equal as possible, with regards to gender. Despite these actions, there are still many challenges in what concerns the presence of women in spaces of formal power. In my research, I sought to identify, through interviews, how women participate in politics in the city of Condeúba. In the case of a small municipality in the interior of Bahia, what is equal or different from a larger city, or the state, when it comes to the reasons that lead women to engage in politics, run as candidates, be elected, and remain in public life? The literature points out that financial resources are important to favor success in the electoral dispute, and that it harms women who usually raise fewer resources than men. But would the dynamic be the same in a municipality with less than 25 thousand inhabitants? I followed an investigation line to understand and problematize issues like these. Finally, I concluded that many of the problems and challenges that women face in public life at the state and federal levels, and also, at the municipal level of larger urban centers, are also faced by women in Condeúba - with particularities arising from a small municipality with an extensive rural area. The stereotypes that still exist about women, the low level of funding, the resistance of political parties, the difficult political engagement of women due to their socialization, the ineffectiveness of the quota policy, and so on, present themselves as major challenges for overcoming the sub-representation of women in politics and the achievement of gender parity in Condeúba, as well as in Bahia and Brazil.

Keywords: Women; Policy; Interior of Bahia; Representation Politics; Condeúba.

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - Perfil das/dos entrevistadas/os .....	32
TABELA 2 - Receita dos candidatos e candidatas ao cargo de vereador(a) em Condeúba, eleição de 2016 .....	96

## LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Superior Tribunal Federal
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1 – OS CAMINHOS DA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS E ESTRUTURAIS</b> .....	27
1.1 A ENTRADA NO CAMPO .....	31
1.2 AS DIFICULDADES DO CAMPO .....	33
<b>CAPÍTULO 2 - AS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES NA POLÍTICA MUNICIPAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS</b> .....	35
2.1 A IMERSÃO NA VIDA PÚBLICA E A FORMAÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO, SOCIAL E FAMILIAR .....	35
2.2 MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS: RECRUTAMENTO E PARTICIPAÇÃO .....	50
2.3 OS DESAFIOS E CONFLITOS VIVENCIADOS PELAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER .....	59
<b>CAPÍTULO 3 – CANDIDATURAS E POLÍTICA DE COTAS</b> .....	66
3.1 SOBRE A POLÍTICA DE COTAS NO BRASIL .....	66
3.2 SISTEMA ELEITORAL E POLÍTICA DE COTAS .....	71
3.3 AS COTAS E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE AS CANDIDATURAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS .....	75
<b>CAPÍTULO 4 - CAMPANHAS ELEITORAIS: IMPACTO DOS RECURSOS FINANCEIROS NAS CANDIDATURAS DAS MULHERES</b> .....	87
4.1 A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS NAS ELEIÇÕES .....	87
4.2 OS DIFERENTES CONTORNOS DADOS AOS RECURSOS FINANCEIROS NUM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE .....	94
<b>CAPÍTULO 5 - PORQUE É IMPORTANTE HAVER MAIS MULHERES NA POLÍTICA? O QUE PENSAM AS MULHERES E HOMENS DOS PARTIDOS SOBRE ISSO</b> .....	104
5.1 AS MULHERES TEM UM JEITO DIFERENTE DE FAZER POLÍTICA? .....	106
5.2 AS MULHERES FAZEM MAIS POLÍTICAS PARA MULHERES? .....	111
5.3 MAIS MULHERES NA POLÍTICA COMO FORMA DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA .....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	123

<b>ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM AS MULHERES DE VIDA PÚBLICA .....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM OS PRESIDENTES DOS PARTIDOS .....</b>	<b>130</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo principal dessa dissertação é entender os entraves para a entrada e permanência das mulheres na política local. Estudar esse tema é importante, na medida em que o município é a principal porta de entrada para a carreira política de membros dos partidos. É também, em regra, o espaço mais próximo da casa, portanto, entende-se que isso deveria facilitar a participação e permanência das mulheres nesses espaços da política institucional. No entanto, mesmo nos municípios, as mulheres encontram diversos obstáculos, como os afazeres no espaço doméstico – ainda realizado pelas mulheres predominantemente - falta de recursos financeiros, medo orientado por uma socialização voltada ao espaço privado, dificuldade de participar ativamente dentro dos partidos políticos, etc.

A ideia do estudo proposto surgiu a partir de minha experiência nos bastidores da política em Condeúba – Bahia, cidade onde fui criada e onde grande parte de minha família vive. Muito antes de minha graduação em direito, e do interesse pelos estudos de gênero, já me despertava incômodo o modo como várias mulheres eram inscritas no período eleitoral, apenas para cumprir as cotas eleitorais, não havendo nenhum apoio político ou financeiro a estas. Apenas quatro mulheres foram vereadoras em toda a história da cidade e uma prefeita, cujo mandato foi de 1983 a 1988.

Condeúba, campo de pesquisa deste trabalho, é uma cidade com área de 1.285km<sup>2</sup>, localizada na mesorregião sudoeste da Bahia, situada na Serra Geral da Bahia. Está a 680m de altitude em relação ao nível do mar, a 696 km de distância de Salvador, capital do estado e sua população é estimada em 17.247 habitantes, conforme dados do IBGE<sup>1</sup>, e conta com 159 anos de emancipação política. Conforme o professor e escritor condeubense, Agnério de Souza (2015), a economia do município ainda é centrada no setor primário – agricultura e pecuária – o setor secundário (indústria) começou a aparecer na cidade de forma mais considerável recentemente e o setor terciário (comércio e serviços) é múltiplo e demonstra crescimento. O PIB per capita é de R\$ 7.575,44 (ano 2017) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,582, de acordo com o último censo do IBGE de 2010<sup>2</sup>, enquanto que o IDH do estado da Bahia é 0,660, com base no mesmo censo citado acima<sup>3</sup>. Traçando um paralelo entre os índices da cidade e do estado, o IDH da Bahia é considerado médio, e o de Condeúba, considerado baixo.

---

<sup>1</sup> Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/condeuba/panorama>>. Acesso em 15/05/2020.

<sup>2</sup> Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/condeuba/panorama>>. Acesso em 15/05/2020.

<sup>3</sup> Fonte: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>>. Acesso em 30/09/2020.

A história política de Condeúba foi marcada pela disputa de poder de duas oligarquias<sup>4</sup>: os Torres e os Cordeiros. Osvaldo Torres era do PSP, e Anfrísio Sousa (dos Cordeiros), do PSD. Antônio Terêncio, da UDN, também ganhou destaque na política local, primeiro como aliado político dos Cordeiros e, posteriormente, com o afastamento dos Cordeiros da política local, como líder político daquele grupo. Entre os bacharéis em direito Osvaldo e Anfrísio houve forte rivalidade e o poder era alternado de quatro em quatro anos entre as famílias. Após o golpe militar de 1964, a UDN se transformou em Arena e com a divisão do partido em duas frentes (Arena 1 e Arena 2), o Arena 1 foi comandado no município por Anfrísio e Terêncio e o Arena 2 por Osvaldo e Antônio Andrade. Após o fim da ditadura militar, surgiram o PFL, que tinha como líderes em Condeúba, Antônio Terêncio e Marcolino Neto, e o PMDB, liderado por José Cardoso dos Apóstolos<sup>5</sup>.

Após o falecimento de Dr. José dos Apóstolos, no ano 2000, Odílio da Silveira se tornou o novo líder do grupo do PMDB, se candidatou a prefeito nos anos 2000, 2004 e 2008, vindo a ser eleito nas duas últimas eleições citadas. Quanto ao grupo do PFL, começou haver uma fragmentação após a morte de Terêncio, em 1992, tendo seu filho, Antônio Terêncio Filho, rompido com Marcolino ao longo do seu mandato como prefeito (1993/1996). Marcolino se torna o líder do PFL e Terêncio Filho vai para o grupo do PMDB, levando algumas pessoas que votam com ele, não importa em que grupo ele estiver<sup>6</sup>. Antônio Terêncio Filho, “Toinho<sup>7</sup>”, apoiou a candidatura de Dr. José na eleição de 1996.

É interessante frisar que esses grupos ganharam nomes peculiares ao longo das últimas décadas do século XX, sendo isso comum em cidades do interior ou do sertão. As pessoas que faziam parte e votavam nos candidatos do grupo do PFL eram chamados “monturos”, enquanto que os do grupo do PMDB eram chamados “melecheus”. Conversei com pessoas de Condeúba, para saber a origem desses nomes. Contaram-me que havia um pessoal que morou lá um tempo, que era chamado “melecheu” e que era gente “mal falada”, aparentemente, praticavam pequenos delitos, eram sujos (sem higiene), enfim, pessoas consideradas pelos locais como não confiáveis. Então, como provocação, o grupo de Terêncio começou a chamar

---

<sup>4</sup> Oligarquia é uma forma de governo em que o poder político está concentrado num pequeno número de pessoas, pertencente a uma mesma família, um mesmo partido político, um grupo econômico ou corporação. As oligarquias marcaram a história política do Brasil.

<sup>5</sup> As informações desse parágrafo foram extraídas do livro “Condeúba, sua história, seu povo”, p. 123/124, do autor Agnério Evangelista de Souza.

<sup>6</sup> O fato mencionado demonstra como o costume de seguir um líder funciona no município, veja que não importa qual o partido de Terêncio Filho, ou o grupo em que ele esteja, sempre terão as pessoas que votarão nele ou em quem ele apoiar, inclusive, em “gratidão” a seu pai, Antônio Terêncio.

<sup>7</sup> Refiro-me a Antônio F. Terêncio Filho como Toinho, pois é o nome pelo qual é popularmente conhecido no município.



o grupo de Dr. José de “melecheus”, e este grupo começou a chamar o grupo de Antônio Terêncio de “monturos”, fazendo analogia com os monturos de lixo (quando fica acumulado em montes nos lixões). Coloco essa informação aqui, pois em outros momentos desse trabalho, me reporto ao grupo do PFL como monturos e do PMDB como melecheus, pois estes são nomes normalmente utilizados por moradores do município. Esses grupos também ganharam a alcunha de “grupo de Antônio Terêncio” e “grupo de Dr. José”.

Com o decorrer do tempo, os grupos foram se fragmentando, se reorganizando conforme os caminhos políticos que o município, o estado e o país foram tomando. Na primeira década do séc. XXI, o grupo do PT na cidade ganhou força e adesão, após a eleição de Lula para presidente em 2002, e um novo líder surgiu, José Augusto Ribeiro (Guto), que se candidata em 2008 e em 2012, vindo a ser eleito prefeito nesta última eleição, com frente histórica de votos. Na eleição de 2016, Silvan Baleeiro, do PMDB, se elege prefeito. Atualmente, permanece o grupo do PMDB, que é aliado a outros partidos de direita e centro na cidade (com líderes de subgrupos dentro do grupo maior, por exemplo, grupo do PSD), e o grupo do PT, contando com partidos de esquerda e centro-esquerda aliados. O que ocorreu em Condeúba, com a não reeleição de Guto Ribeiro na eleição de 2016, e a vitória de um pmdbista, embora também tenha havido outros motivos, não deixa de ser um reflexo da crise do PT no país, especialmente a partir de 2016<sup>8</sup>. É necessário pontuar que a ascensão e o desgaste que ocorreu com o PT nacionalmente, impactou a política municipal<sup>9</sup>.

Após fazer esse breve resumo da história política de Condeúba, a partir de meados do séc. XX até os dias de hoje, considero importante me situar na pesquisa. Expor as razões que me conduziram a querer estudar sobre as mulheres na política local nessa cidade. Embora eu nunca tenha pleiteado cargo político, minha vida familiar me conduziu a presenciar e participar ainda que indiretamente dos processos políticos em Condeúba. Meu avô paterno, o supracitado Antônio Farias Terêncio, foi durante quase trinta anos, líder político nessa cidade e com grande influência na região do sudoeste da Bahia, sendo prefeito por dois mandatos e vindo a se candidatar a deputado estadual no ano de 1990. Sua esposa e minha avó paterna, Djalma Alves de Sousa, foi também prefeita e assessora de meu avô quando este era prefeito. Osmar Alves de Sousa (que foi prefeito de 1948 a 1952) e o supracitado Anfrísio Sousa pertenciam à família Cordeiros, ambos eram irmãos de minha vó Djalma. Após o mandato de

---

<sup>8</sup> Lembrando que foi em 2016 que a presidenta Dilma Rousseff do PT sofreu impeachment e Michel Temer, do PMDB (que hoje é denominado MDB), assumiu a presidência em seu lugar.

<sup>9</sup> Fonte: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1819287-pt-tem-a-maior-perda-de-votos-receita-e-influencia-tucanos-e-nanicos-crescem.shtml>>, <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes.pt-encolhe-e-psdb-e-o-que-mais-cresce-em-todo-o-brasil,10000079802>> acesso em 13/06/2020.

meu avô e minha avó, meu pai, Toinho Terêncio, foi eleito prefeito, na eleição de 1992 e ocupou o respectivo cargo durante os anos de 1993 a 1996. Meu pai e minha avó eram do mesmo partido a que pertencia meu avô Terêncio, ou seja, o PFL. Meu pai permanece na vida política até os dias atuais. Em 2008, José Augusto Ribeiro, adentrou o campo político de forma mais incisiva na cidade, emergindo como um dos líderes do grupo do PT, e foi eleito prefeito em 2012. Guto – como é conhecido popularmente - é marido de minha tia Rosinéa Sousa Ribeiro, irmã de minha mãe. Dessa forma, além da família paterna, a materna também passou a participar ativamente dos processos políticos na cidade, em grupos políticos opostos. Meu pai e seu grupo estão no espectro da direita política e meu tio e seu grupo, da esquerda. Na eleição de 2016, meu pai se candidatou a vereador pelo PSD, tendo sido eleito para a legislatura de 2017 – 2020. Ou seja, a minha história pessoal é marcada pela participação de pessoas muito próximas a mim, em processos e disputas políticas e eleitorais.

A introdução ao meu “histórico político familiar” acima, propõe demonstrar como as experiências vivenciadas por mim contribuíram para desenvolver meu interesse pelo assunto da vida pública, das eleições, e da política partidária. Presenciei muitos debates sobre política, muitos deles, peculiares à cultura das cidades pequenas - ou de como os grupos a que tive mais acesso vivenciam a política da cidade pequena – como por exemplo, a questão de todo mundo saber o voto de todo mundo, as apostas, a polarização bem marcada, talvez mais pela tradição do voto familiar que pelo projeto político em si, em determinados casos. O hábito de muitos votarem em deputado, senador, governador e presidente sem conhecerem os políticos, apenas porque o líder do seu grupo político naquele município está apoiando o candidato x ou y, etc. Nesse processo pude verificar como a força dos grupos políticos locais, isto é, os grupos de pessoas que se unem tradicionalmente para eleger o candidato x ou y, alcança uma dimensão maior que o partido político isoladamente (ou a ideologia do partido em si), o que será discutido nesse trabalho posteriormente.

Contudo, o interesse pelo tema da participação de mulheres na política surgiu no último período da faculdade de direito, quando eu já morava há vários anos em Salvador, e pensava sobre qual tema enfocaria no trabalho de conclusão de curso. Meu nível de politização já alcançava patamares mais elevados e o comprometimento com uma sociedade mais justa e igualitária era algo premente em mim, muito mais do que no período de criança e adolescente, quando vivenciei e participei ativamente de campanhas eleitorais em minha cidade. O TCC ao final da graduação em direito foi sobre as políticas de fomento à participação política de mulheres na perspectiva de vereadoras de Salvador-BA.

Dessa forma, três quesitos me conduziram ao objetivo desse trabalho: o primeiro diz respeito ao que já havia presenciado sobre a “preocupação” em se encontrar mulheres para colocar como candidata nas eleições municipais, em vista das cotas legalmente instituídas; a votação inexpressiva de muitas candidatas na minha cidade; o fato de até hoje apenas quatro mulheres terem ocupado o cargo de vereadora e uma de prefeita em Condeúba. Outro quesito, a importância da presença feminina em todos os espaços, particularmente da política e do quanto ainda é baixo o número de mulheres ocupando cargos eletivos, não apenas na minha cidade, ou na Bahia, mas em todo o Brasil. Por último, o fato de existirem poucos trabalhos de pesquisa sobre as particularidades ou semelhanças da participação de mulheres em espaços de poder na política local de pequenos municípios e sobre a efetividade das ações afirmativas de incentivo a essa participação, em locais tais como a minha cidade.

Assim, fui conduzida ao objetivo desse trabalho: investigar como se dá a participação de mulheres na política local na cidade de Condeúba, no sudoeste do estado e com menos de 25 mil habitantes.

O direito ao voto, conquistado em 1932, não garantiu um número significativo de mulheres postulantes aos cargos eletivos nos Poderes Legislativo e Executivo. Mas, o que explicaria o fato de as mulheres não se candidatarem aos postos públicos, após adquirirem o direito ao voto? Meras mudanças nas leis não são suficientes para que haja uma alteração nos comportamentos e na estrutura social e política. Mesmo com o sufrágio universal, as mulheres permaneceram submetidas à estrutura patriarcal imposta a estas desde o nascimento. Seria necessário um prazo maior de adaptação e aprendizagem para atuar nessa nova realidade, além de ser imprescindível que medidas fossem tomadas para que houvesse mudanças nas suas realidades cotidianas. (COSTA, 1998). Junto a isso, os espaços da política institucional, eram naquela época ainda mais refratários a entrada das mulheres.

Segundo Ana Alice Costa (2011), a baixa participação das mulheres nas estruturas do poder formal nos países latino-americanos – não apenas do Brasil – não significa que estas ficaram excluídas da ação política. A autora menciona que vários estudos demonstraram a veemência e extensão da participação feminina na política, numa perspectiva de participação mais ampla, em especial, junto aos movimentos sociais. No entanto, apesar da predominância feminina na composição do eleitorado e do fato de que em muitos países as mulheres já exercem o direito de voto há mais de um século, isso não significou um acesso direto das mulheres ao poder.

Nos dias atuais, não obstante os avanços alcançados pelas mulheres nas mais diversas áreas, no âmbito da política institucional, a presença de mulheres ainda é consideravelmente

inferior à dos homens. No Ranking Mundial das Mulheres nos Parlamentos Nacionais, elaborado pela Inter-Parliamentary Union<sup>10</sup>, o Brasil se encontra na posição 131º, tendo como base a eleição de 07/10/2018 (eleição para os cargos de presidente, governador, senador, deputados federais e estaduais).

A presença de mulheres em espaços de poder traz a tona muitas manifestações machistas e é uma das formas nas quais se pode perceber a força que o patriarcado<sup>11</sup> ainda exerce em nossa sociedade. A divisão sexual do trabalho<sup>12</sup> e a velha oposição entre *polis* e família, “reino da liberdade e da necessidade”, configura a base das oposições masculino x feminino nos espaços de poder (ARENDDT, 1991).

A imagem da mulher ainda é relacionada muitas vezes àquela que é “do lar”, a esposa, mãe, cuidadora, uma representação social herdada de uma cultura secular de discriminação e segregação das mulheres no âmbito público. Por séculos, as mulheres, predominantemente, desempenham o trabalho doméstico e cuidados com os filhos - trabalho dito reprodutivo - que sempre foi invisibilizado e não remunerado, feito para os outros e com justificativa na “natureza”, no “amor materno”, enquanto os homens ocuparam a esfera pública e o trabalho produtivo, fazendo com que esses ocupassem, predominantemente, as posições consideradas de maior valor social (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Passar a dividir os lugares do espaço público com as mulheres (no caso, lugar no espaço público que goza de prestígio social) se traduz para eles muitas vezes como perda de poder, principalmente quando se trata de assumir cargos decisórios no espaço público-político. Seria como uma ameaça simbólica, e de fato também, ao poder de escolhas e decisões exercidas pelos homens. Essa dificuldade de admitir a redefinição dos espaços público e privado para além dos valores produzidos e legitimados pela sociedade patriarcal também contribui para dificultar mais a inserção e manutenção de mulheres na política.

Haja vista o baixo número de mulheres na política institucional no Brasil, na década de 90, foram criadas as Leis de nº 9.096/95 e nº 9.504/97, constando dispositivos voltados à constituição de ações para fomentar a participação feminina na vida pública, com o objetivo

<sup>10</sup> Fonte: “Women in National Parliaments”, Inter-Parliamentary Union (IPU), 01 de novembro de 2018, disponível em: < <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>.> Acesso em 20 de dezembro de 2018.

<sup>11</sup> H. Saffioti (2004, p. 136) dispõe que patriarcado seria um sistema de dominação que se estabelece a partir de uma hierarquia entre homens e mulheres, sendo que o posto superior é sempre exercido pelo macho. Nessa classe de organização social, os homens têm vantagens sobre as mulheres, exercendo controle sobre seus corpos, sua sexualidade e suas atividades laborais e sociais.

<sup>12</sup> “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. (...) Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.)”. (HIRATA; KERGOAT; a. 2007, p. 03)

de modificar a exclusão histórica das mulheres nos processos eleitorais no Brasil. A lei de cotas (Lei 9.504/97) dispunha que os partidos deveriam “reservar” vagas para 30% e 70% de cada sexo nas listas de candidaturas.

Após a chamada mine-reforma eleitoral, em 2009, o artigo 3º da Lei 12.034/09 alterou o artigo 10º, §3º da Lei 9.504/97 e previu a obrigatoriedade de que cada partido ou coligação “preencha” com mínimo de 30% e máximo de 70% candidaturas de cada sexo. Já o artigo 9º da Lei 13.165/15 alterou a Lei 9.096/95 e dispôs que nas próximas três eleições os partidos devem manter, em conta bancária específica, 5% a 15% de renda do fundo partidário destinado ao financiamento de campanha eleitoral, para aplicação em campanhas de suas candidatas.

Com relação a essa última lei, dispensando uma quantidade ínfima de recursos às mulheres, houve reação das mulheres na Câmara e com isso, posteriormente, o STF estabeleceu um percentual de que no mínimo 30% dos recursos teriam de ser repassados às mulheres candidatas. A lei prevê proporcionalidade entre candidaturas e recursos, se são 30% de mulheres, que recebam 30% dos recursos. O artigo 10º da Lei 13.165/15 dispõe o aumento para 20% do tempo mínimo de programa partidário e das inserções na propaganda destinado às mulheres<sup>13</sup>, e atualmente também determina a proporcionalidade no tempo de rádio e TV, temas esses discutidos nos capítulos 3 e 4 desse trabalho.

Sobre a organização da dissertação, no capítulo 1, discuti a respeito da condução da pesquisa com um olhar feminista, discorrendo sobre a metodologia aplicada e como se deu minha entrada no campo, bem como as dificuldades surgidas durante esse processo. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi à qualitativa e o método de organização da pesquisa foi o da análise de conteúdo (AC). A pesquisa foi composta de duas fases: produção da fundamentação teórica; e inserção da perspectiva das mulheres que foram/são vereadoras, das mulheres mais bem votadas nas eleições de 2012/2016 na referida cidade, e dos presidentes dos partidos ativos, através de entrevistas semiestruturadas<sup>14</sup>.

No capítulo 2, apresentei a trajetória das mulheres entrevistadas e como formaram seu capital político, a relação com os partidos e os entraves enfrentados por elas ao ocupar o cargo de vereadora ou presidente partidária. Nesse capítulo, também foi necessário problematizar aspectos culturais associados às mulheres, que podem lhes conferir desvantagens e vantagens

---

<sup>13</sup> Consultar Lei 12.034/09: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/112034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112034.htm)> acesso em 02/12/2017 e Lei 13.165/15: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113165.htm)> acesso em 02/12/2017.

<sup>14</sup> Segundo Minayo (2009, p. 64), entrevista semiestruturada refere-se àquela que combina perguntas fechadas e abertas, em que a entrevistada tem a possibilidade de discorrer sobre o tema questionado, sem se prender a indagação formulada.

(atipicamente) na escolha de candidaturas e recebimento de recursos e apoio, especialmente quando se trata de candidatura a cargo majoritário.

Ao apresentar a trajetória das mulheres entrevistadas, abordei sobre a formação de seu capital, político e social. Embora homens e mulheres possam gozar de um capital social elevado, estudos mostram que esse capital se forja em áreas diferentes. Enquanto as mulheres tendem a participar de grupos tanto menores, como homogêneos, relacionados à família e a trabalhos comunitários, os homens participam de grupos maiores e heterogêneos, relacionados ao âmbito público: trabalho, economia, lazer, etc. (SACCHET, 2009).

Dessa forma, podemos dizer que as redes sociais das mulheres são “tipicamente femininas” (ligadas aos papéis de gênero definidos para mulheres), o que podemos ter como mais uma hipótese das causas da sub-representação feminina na política e a menor arrecadação de recursos em campanhas eleitorais, já que os CS diferentes geram recursos distintos que conduzem a resultados políticos diferentes para eles e elas (SACCHET, 2009).

Nos demais capítulos, discuti outros pontos centrais para entendimento e problematização dos principais desafios em ser uma mulher na política e os motivos da ainda sub-representação feminina nas esferas de poder: política de cotas e o sistema eleitoral do Brasil, discutidos no capítulo 3; arrecadação de recursos e importância do dinheiro na política, discutidos no capítulo 4; e os argumentos defendidos para que as mulheres ocupem mais espaço na política, trazidos no capítulo 5. Todas as discussões e problematizações foram norteadas pela literatura especializada e pelas respostas das pessoas entrevistadas, afim de que eu pudesse compreender as particularidades da dinâmica da política de Condeúba, no que se refere às mulheres.

Sobre a política de cotas (cap. 3), a necessidade de se pensar e implantar uma política visando à paridade de gênero na política se mostrou e ainda se mostra de grande importância, tendo em vista a sub-representação feminina em espaços de poder formal. Os mecanismos de ação afirmativa são a confirmação de que a mera igualdade formal é insuficiente; que ela perpetua, encobre e, em última análise, legitima a desigualdade substantiva (MIGUEL, 2000).

Nos últimos vinte anos, a maioria dos países da América latina sancionou leis de cotas objetivando reduzir as desigualdades de gênero na esfera política e garantir o efetivo cumprimento dos direitos políticos das mulheres. Quanto ao funcionamento e à efetividade desses mecanismos, existe variação em conformidade com suas normas e sua relação com o sistema eleitoral de cada país. Não obstante os progressos alcançados, ainda há grandes desafios pela frente. Aqui no Brasil, a Lei de Cotas com 30% e 70% para cada sexo nas listas

de candidaturas, entrou em vigor em 1997, e foi “aprimorada” em 2009, como já explicado acima.

Na pesquisa, ao realizar as entrevistas com ex-candidatas e vereadoras e com parte dos presidentes dos partidos, uma das perguntas do questionário foi: Qual sua opinião sobre a política de cotas? Acha que elas foram devidamente implementadas? Essa política impactou de alguma forma sua trajetória política? (essa pergunta somente no questionário das mulheres entrevistadas). Aqui se objetivou investigar a perspectiva das entrevistadas (os) sobre a política de cotas, bem como identificar os impactos dessa política (se houve impactos) na vida das mulheres entrevistadas e no cenário político da cidade de Condeúba, por esta se tratar de mais uma cidade, como tantas outras no país, com uma baixa participação de mulheres na política institucional, ainda que seja considerada por alguns entrevistados como uma cidade que se mostra mais avançada na presença de mulheres em cargos políticos, pelo fato de ter tido quatro mulheres eleitas vereadoras, uma prefeita e duas vice-prefeitas na sua história, comparando com outras cidades vizinhas que tem números ainda menores.

Outro tema relevante, que foi investigado no cap. 4 desse trabalho, é o financiamento de campanha. Segundo Teresa Sacchet e Bruno Speck (2012b), esse tópico é de fundamental importância para se entender o desempenho dos candidatos e candidatas nas eleições brasileiras. No sistema eleitoral de representação proporcional com listas abertas, como é para as eleições proporcionais no Brasil, parte considerável da campanha fica a cargo dos candidatos/as. São estes/as que na prática disputam o voto, que arrecadam grande parte dos recursos de suas campanhas e que por lei devem prestar contas à justiça eleitoral. No debate público há consenso quanto ao fato de que uma maior arrecadação de recursos para a campanha dará mais chances de sucesso eleitoral, e análises acadêmicas que se baseiam nos dados das prestações de contas à Justiça Eleitoral, desde 2002, indicam que existe uma alta correlação entre arrecadações de campanhas e resultados nas urnas (SACCHET e SPECK, 2012b).

Nos anos 90 já havia dispositivos legais – ainda que criados por pressão dos movimentos feministas – para formar um aparato legal para compelir os partidos a conferirem subsídios às mulheres que se candidatam aos cargos políticos, não ficando restrito apenas a cotas. Sem outros incentivos além das cotas, poderia se tornar prevalente uma prática ainda costumeira: mesmo cumprindo o percentual de 30% e 70% para cada sexo nas candidaturas, os diretórios dos partidos inscrevem mulheres apenas cumprir o dispositivo legal, temendo sanções por parte da Justiça Eleitoral, sem reais intenções de eleger estas candidatas.

A doação de recursos financeiros de pessoas jurídicas a candidatos foi permitida até o ano de 2015, quando o STF decidiu por sua proibição, arguindo inconstitucionalidade das normas que possibilitavam essa forma de financiar políticos e partidos. Antes da proibição de doação de empresários para candidaturas, segundo estudos discutidos no capítulo 4, era mais difícil para mulheres conseguirem arrecadar tanto dinheiro quanto os homens para campanhas, uma vez que os homens possuem um capital social mais favorável ao espaço da política e a arrecadação de recursos, com mais contatos e relações estabelecidas com as empresas e pessoas influentes financeiramente (SACCHET, 2009). Agora com a proibição e a instituição do “Fundo Eleitoral”<sup>15</sup>, em tese, seriam maiores suas chances de arrecadação.

Diversas análises sobre a importância do dinheiro e a respeito da desvantagem financeira das mulheres na disputa eleitoral, levaram pesquisadoras/es à conclusão de que o financiamento eleitoral é um dos principais pontos a se considerar quando se discute o baixo desempenho eleitoral das mulheres. (SACCHET e SPECK, 2012).

No município de Condeúba, se percebe nas entrevistas, que os gastos de campanha com material, carro para andar pela cidade e zona rural, entre outros, são pequenos. Todas as mulheres entrevistadas afirmaram não ter gasto muito dinheiro no período eleitoral, o que fora confirmado pela consulta ao site do TSE, com base nos dados da eleição de 2016.

Com base em parte das entrevistas e a consulta ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral (valores arrecadados e gastos pelos candidatos e candidatas) poderia dizer que recurso financeiro numa cidade de pequeno porte tal qual Condeúba, talvez não seja um fator preponderante para o sucesso na disputa eleitoral, considerando os homens e mulheres mais bem votados e seus gastos declarados no TSE. Contudo, há outro ponto que precisei abordar nesse trabalho, pois em algumas entrevistas, foi dito que “é preciso ter muito dinheiro para ganhar eleição ali”, não para gastar com material de campanha, ou pagar a gasolina do carro para rodar na cidade/zona rural, mas porque “as pessoas pedem muitas coisas” e que ainda é hábito de muitos eleitores pedir favores ao político em troca de voto, o que sugere que embora os candidatos possam não gastar muito dinheiro em suas campanhas, segundo declaração ao

---

<sup>15</sup> Conhecido como Fundo Eleitoral, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) foi criado em 2017 pelo Congresso Nacional para compensar o fim das doações por empresas, proibidas desde 2015. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) divulgou em 18/06/2018, o valor que cada partido receberá do Fundo Eleitoral para o financiamento de campanhas nas eleições 2018, que somam R\$1,7 bilhão. Tanto este, como o Fundo Partidário, são abastecidos com recursos do Orçamento da União. Fonte: < [https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/qual-a-diferenca-entre-fundo-partidario-e-fundo-eleitoral\\_a\\_23462163/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/qual-a-diferenca-entre-fundo-partidario-e-fundo-eleitoral_a_23462163/) > acesso em: 03/11/2018.



TSE, alguns podem utilizar valores não declarados com “assistencialismo” e isso traz maiores chances de ser eleito, então de toda sorte, o dinheiro teria forte peso na campanha eleitoral.

O assistencialismo, em especial nos pequenos municípios, é uma prática fortemente arraigada à cultura local, que muitas vezes pode não ser vista como ilícita no período eleitoral. Porém, a Lei 9.504/1997<sup>16</sup> e o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) tipificam como crime a compra de votos. É comum em cidades pequenas a prática do assistencialismo, inclusive em período eleitoral. Obviamente, não são todos que o praticam, tanto por parte dos políticos como eleitores. Essa prática corriqueira nos pequenos municípios se deve muitas vezes a ausência de serviços básicos e à condição socioeconômica de parte da população, falta de oportunidades de emprego, e dessa forma, o trabalho do político acaba não sendo apenas cumprir sua função pública, caso tenha um cargo, mas também ser aquele que consegue o carro para levar alguém até a cidade vizinha para fazer uma consulta médica, aquele que paga o remédio, etc. No período eleitoral esse assistencialismo se constitui em compra de voto. Esse assunto foi discutido no capítulo 4.

Essa situação frequente na política, em especial nas zonas periféricas (cidades pequenas, zona rural, periferias de grandes cidades) é explicada por José Murilo Carvalho (2002), quando este fala da histórica relação entre políticos e eleitores e da compra de votos no Brasil, remontando ao início do séc. XX. Embora o autor esteja falando de um período remoto do país, e que nos dias atuais existam alguns progressos, com as leis e a fiscalização, ainda é frequente a troca de favores entre candidatos e eleitores, mesmo que de forma sutil<sup>17</sup>.

Ana Alice Costa (1998) traz que a atividade política, na maioria dos municípios do Nordeste, por acontecer em um nível menor da estrutura do poder – e no caso de Condeúba e as outras cidades estudadas, distantes dos centros de poder – fundamenta-se na realidade social mais imediata e concreta. Os interesses políticos são diluídos pelos interesses das relações familiares e dominação patriarcal. É no centro dessa situação de manutenção e conservação das antigas formas de dominação e utilização privada do aparelho estatal, que se dá a participação política da mulher no poder local, conclui a autora.

O último ponto analisado nesse trabalho (cap. 5) foi debatido a partir da última pergunta do questionário de entrevistas: Na sua opinião, qual é a importância de mais mulheres ocuparem cargos na política institucional? Parte das respostas dos entrevistados

---

<sup>16</sup> Fonte: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm)> acesso em 21/10/19.

<sup>17</sup> Fonte: <<https://oglobo.globo.com/brasil/assistencialismo-ainda-a-receita-de-candidatos-para-ter-votos-6049936>> acesso em 20/09/2019.

sustentam uma visão essencialista<sup>18</sup> quando falam das mulheres, o que foi problematizado no respectivo capítulo. Também foi respondido algumas vezes que as mulheres fazem mais políticas favoráveis e agenda feminina, logo, ter mais mulheres na política representaria mais leis e políticas favoráveis ao gênero feminino.

A respeito das mulheres terem mais chances de criar leis e políticas para mulheres, essa é uma ideia defendida por parte da teoria política feminista. Há autoras/res que teorizam e defendem que mais mulheres ocupando espaço na política institucional trariam como resultado a produção de mais e melhores políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades de gênero (PHILLIPS, 1995; YOUNG, 1990; MANSBRIGDE, 1999;), embora não seja uma garantia, uma vez que além das diferenças entre as mulheres, posto que essas não são um grupo homogêneo, por isso nem sempre tem os mesmos interesses, bem como os interesses políticos de seu grupo e partido, afetam suas escolhas e pautas defendidas. Essas questões foram debatidas no capítulo 5.

Esse estudo objetivou investigar de que forma se dá a participação das mulheres na política, no contexto da cidade de Condeúba, de localização periférica, (no sentido de ser distante dos grandes centros de poder) e que ainda cultivam práticas como às relações de compadrio<sup>19</sup>, de dominação patriarcal e onde os marcadores de gênero são mais evidentes, em vista da manutenção das velhas formas de poder e reafirmação da mulher nos papéis tradicionais<sup>20</sup>.

Além disso, a pretensão dessa pesquisa e da discussão desenvolvida foi também pensar e problematizar – bebendo na fonte de autoras e autores que já se debruçam sobre o tema - os principais fatores que causam a sub-representação feminina nas instâncias de poder formal, bem como debater medidas para superar essa sub-representação. Espero ter conseguido atingir esse objetivo.

---

<sup>18</sup> Em suma, por essencialismo biológico, se entende que as mulheres tem um instinto natural materno, de cuidado dos filhos e do companheiro, tendo ela características específicas para isso, enquanto os homens são naturalmente viris, proativos, e o provedor do lar, tendo também características específicas para isso (BADINTER, 1993; DE TILIO, 2014;).

<sup>19</sup> Compadrio, conforme Dicionário Online de Português significa: Relação de forte amizade entre compadres; compadrado; Comportamento, sentimento ou ambiente caracterizado por grande intimidade; familiaridade; Prática em que amigos e parentes são favorecidos de maneira ilegal, em detrimento de pessoas mais competentes ou aptas; favoritismo, nepotismo. Fonte: <https://www.dicio.com.br/compadrio/>> acesso em 27/12/2017.

<sup>20</sup> A. A. Costa (1998 – pág. 13) entende que é na participação política da mulher nas estruturas do poder formal, onde se mostram mais nitidamente as relações de dominação a que as mulheres estão submetidas e quando essa atuação ocorre nos municípios, à dominação assume formas mais extremadas.

## **CAPÍTULO 1 - OS CAMINHOS DA PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS E ESTRUTURAIS;**

Antes de discorrer propriamente sobre a metodologia utilizada nessa pesquisa, é indispensável ressaltar que se trata de uma pesquisa com um método feminista. Sandra Harding (1998) indaga “se há um método de investigação feminista” e “de que modo essa metodologia feminista desafia ou complementa as metodologias tradicionais”. Um dos pontos que Harding menciona, no sentido de diferenças entre um método de pesquisa feminista e o tradicional, é de que pesquisadoras feministas escutam muito atentamente o que as mulheres informantes pensam acerca de suas próprias vidas e da dos homens, e mantêm posturas críticas frente às percepções dos cientistas sociais tradicionais sobre a vida de homens e mulheres.

As ideias trazidas por Harding estão em consonância com as de outras autoras que produzem conhecimento dentro de uma epistemologia feminista, tais como Longa Schiebinger (2001) e Margareth Rago (1998) e também se coaduna com o que podemos observar na própria experiência no campo. Ouvir as mulheres, com um olhar feminista, possibilita uma análise diferenciada de circunstâncias diversas, bem como a adoção de uma postura diferente como pesquisadora frente aos “objetos de pesquisa”, as enxergando com maior sensibilidade, como sujeitos com experiências e particularidades importantes para serem analisadas e consideradas.

Ainda na linha da epistemologia feminista, Margareth Rago (1998) ressalta que:

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma **nova linguagem**, ou na produção de um **contradiscurso**, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico. (RAGO, 1998, p. 03)

Fazendo uma interlocução com o trecho supracitado, uma epistemologia feminista, ou seja, uma teoria do conhecimento com viés feminista, que vem criticando os modelos tradicionais, então a utilização de novos métodos, e a inclusão da experiência histórica e cultural das mulheres, que fora deixada de lado por tanto tempo dentro do campo científico, possibilitam uma remodelagem profunda dos padrões tradicionais de como se fazer ciência e da forma como se produz conhecimento, assim como o próprio conhecimento se modifica.

Uma preocupação diferente da investigação feminista, e que será questão central em minha pesquisa, é a análise das contribuições das mulheres para a esfera pública, mesmo que isso já fosse objeto de pesquisa dentro da ciência social. Hoje podemos constatar que as mulheres também tem sido criadoras de culturas diversas, são eleitoras e também podem ser votadas, são revolucionárias, reformadoras sociais, indivíduos com êxito, trabalhadoras assalariadas e muitas outras coisas (HARDING, 1998).

Em consonância com Harding, Rago (1998) traz que “as mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber, transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente” (p. 10). Dessa forma, podemos dizer que efetivamente há uma contribuição feminina/feminista particular na construção de novas realidades, que se diferencia e que, conforme a opinião da autora, é claramente libertária, pois rompe com uma delimitação conceitual normativa, já estabelecida anteriormente pela ciência ou modo de fazer ciência tradicional.

Após essa breve discussão sobre epistemologia e método feminista, resalto como a busca de uma metodologia adequada se revelou importante para mim. Metodologia e método são identificados como as etapas mais difíceis de uma investigação, sendo considerados, por vezes, como o maior obstáculo para a realização do trabalho (FELCHER et al, 2017).

Em investigação, quanto mais conhecermos do processo, melhor será nossa compreensão do porque daquele resultado e quais circunstâncias o constituíram. O resultado, nesse sentido, está atrelado ao processo, e, portanto, resultado sem processo é entendido como conhecimento fraco, frágil. (FELCHER et al, 2017, p. 2).

O exposto acima me permitiu refletir mais sobre a imprescindibilidade de uma metodologia que me possibilite alcançar meus objetivos na pesquisa e sobre como é relevante o processo pelo qual passarei ao longo do percurso para chegar aos resultados almejados. Obviamente, já era algo que sabia ser fundamental, mas ler essa obra me despertou maiores reflexões a esse respeito.

A presente pesquisa pretendeu investigar e analisar como se à participação das mulheres na vida pública na cidade de Condeúba, cidade de pequeno porte, com menos de vinte mil habitantes, na região do sudoeste da Bahia. A metodologia pretendida para o desenvolvimento desse trabalho será a qualitativa.

Conforme Maria Cecília Minayo (2009), a pesquisa qualitativa, ocupa-se, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou deve ser quantificado. Isto é, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças e das atitudes. Uma

das fases da pesquisa qualitativa é o trabalho de campo, sendo a entrevista, a estratégia mais utilizada nesse processo. Segundo a autora, a entrevista como fonte de informação, pode fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: os primeiros referem-se a dados que a/o pesquisadora pode conseguir por meio de outras fontes, como documentos, censos, dados estatísticos, etc. E os segundos são os objetos fundamentais da investigação qualitativa, àqueles que se referem a informações diretamente construídas no diálogo com a pessoa entrevistada e tratam da reflexão do próprio indivíduo com a realidade que vivencia (MINAYO, 2009).

Pensando sobre como a entrevista pode trazer informações cruciais construídas no diálogo e que revela a perspectiva dos indivíduos, diante de suas realidades, esse método se mostrou como o mais coerente para mim, enquanto pesquisadora, alcançar meus objetivos nesse trabalho, ou seja, analisar a participação de mulheres na política local em pequenas cidades, com base no olhar e experiências das próprias mulheres.

A esse respeito, Sandra Harding (1998) suscita a necessidade de se considerar a fala e perspectivas das mulheres na produção do conhecimento. A autora pontua que reconhecer a importância das experiências femininas como recurso para análise social, tem implicações claras para a estruturação das instituições sociais, da educação, da difusão cultural, etc. Em resumo, contribui para a estruturação da vida social em sua totalidade. “Portanto, deve-se enfatizar que são as mulheres que devem revelar pela primeira vez quais são as experiências femininas”, conclui.

Ante o exposto, fica evidente a razão da escolha pela metodologia qualitativa, utilizando-me estrategicamente de entrevistas semiestruturadas como principal processo na pesquisa. Considerei crucial, em concordância com as autoras citadas, ouvir a fala dessas mulheres, que participaram/participam da política, dialogar com elas, para que eu pudesse investigar e identificar o pretendido nos objetivos supra mencionados e chegasse ao resultado almejado.

O método de organização (técnica de análise dos dados) utilizado na pesquisa é o da análise do conteúdo (AC). Nesse método, o foco da análise se fixa no conteúdo dos textos, no caso, das entrevistas feitas. “Na AC, se espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem” (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p. 684). Na pesquisa qualitativa, especialmente quando se utiliza a análise do conteúdo, o objetivo da pesquisa não é quantificar, mas sim analisar o

fenômeno investigado profundamente, identificando as subjetividades das falas e os diálogos que aquele conteúdo estabelece com o meio social (CAVALCANTI et al, 2014, p. 17).

A presente pesquisa foi composta de duas fases: pesquisa bibliográfica sobre o tema; e pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas<sup>21</sup>, com mulheres que foram/são vereadoras, e com mulheres que se candidataram nas eleições de 2012 e 2016 e obtiveram votação expressiva (se considerou votação expressiva a partir de 40 votos). E as questões enfocam suas trajetórias na política, dificuldades para acesso e permanência, o que pensam sobre a política de cotas, se elas contribuíram em suas candidaturas, a forma como elas veem a participação feminina na política municipal. Também sobre quais os desafios encontrados ao ser uma mulher de vida pública numa cidade de pequeno porte, como conciliar vida pública e vida pessoal/familiar, sobre se houve e como ocorreu o acesso a recursos financeiros para campanha, etc. Também foram realizadas entrevistas com os presidentes dos partidos ativos na cidade atualmente, investigando suas perspectivas a respeito da política de cotas, acesso a recursos financeiros e sobre a importância de que mais mulheres ocupem espaço na política<sup>22</sup>.

Quanto às entrevistas, foram compostas de perguntas abertas, fiz interlocuções com as entrevistadas, explicando pontos que elas pudessem desconhecer (legislação de cotas, fundo partidário, fundo eleitoral, etc) e solicitando que se aprofundem mais quando falam de algum ponto relevante para a pesquisa. Foram entrevistas de 30 a 40 minutos de duração em média, gravadas em áudio pelo telefone celular. Nesse processo de entrevistas, tentei, enquanto pesquisadora, deixar as (os) entrevistadas o mais confortáveis possível, sempre deixando claro se tratar de uma conversa, para saber mais sobre a trajetória delas na política e suas opiniões a respeito de assuntos relativos à vida pública e a ser uma mulher na vida pública naquela cidade.

Assinalo que foi garantido o anonimato das pessoas entrevistadas, conforme é exigido legalmente para se desenvolver pesquisas com seres humanos no Brasil. Para garantir esse anonimato, dei nomes fictícios para meus entrevistados e também criei um código para cada pessoa, a ser utilizado em falas que considere mais delicadas, de modo a impedir ao máximo a identificação das e dos entrevistados. Os códigos são EM01, EM02, EM03, EM04, EM05,

---

<sup>21</sup> Segundo Minayo (2009, p. 64), entrevista semiestruturada refere-se àquela que combina perguntas fechadas e abertas, em que a entrevistada tem a possibilidade de discorrer sobre o tema questionado, sem se prender a indagação formulada.

<sup>22</sup> Os formulários com as perguntas realizadas nas entrevistas estão contidas no Anexo I e II desse trabalho.

EM06 e EM07 para cada entrevistada mulher e EH01, EH02, EH03, EH04 e EH05 para os entrevistados homens.

Esclareço que, a necessidade de criação desses códigos se deve ao fato de o campo de pesquisa ser uma cidade pequena, onde as pessoas normalmente se conhecem, então, mesmo com nomes fictícios, seria pouco provável que alguém da cidade não conseguisse identificar as mulheres entrevistadas ao ler suas trajetórias na vida pública (assunto esse de extrema importância nesse trabalho e que não pode deixar de ser falado). Fiz tudo que estava ao meu alcance para preservar a identidade das pessoas que participaram da pesquisa. Sinalizo ainda que, homens e mulheres que participaram/participam da vida política na cidade e que não foram entrevistadas, tiveram citados seus nomes verdadeiros. Todas elas são figuras públicas em Condeúba.

Considero a metodologia escolhida (a qual foi apresentada nesse capítulo) a mais apropriada ao meu propósito nesse trabalho, que é analisar como se dá a participação feminina na política local no município de Condeúba, assim obtendo também uma pequena amostra de como ocorre à participação de mulheres na política nos pequenos municípios da Bahia.

### 1.1 A ENTRADA NO CAMPO;

A priori, o objetivo do trabalho era analisar a participação de mulheres na política local, em quatro municípios de pequeno porte da região do sudoeste da Bahia. Para dessa forma, ser possível não apenas analisar as particularidades de cada cidade referente ao tema da dissertação, como também fazer um comparativo sobre possíveis similaridades e disparidades na participação feminina de cada município e o que é comum a todos eles.

Dessa forma, haveria a possibilidade de uma pesquisa mais ampla, abrangendo uma área territorial maior. Contudo, decidi por mudar o objetivo principal, estudando apenas a cidade de Condeúba. Isso se deveu a dois fatores: tempo e a dificuldade em conseguir contatar e encontrar as mulheres (encontrei resistência em mulheres que tentei entrevistar em Condeúba, bem como houve a dificuldade para conseguir os contatos das políticas das outras cidades, mesmo tentando, pesquisando, perguntando a pessoas que eu conhecia dessas cidades). Diante das dificuldades, o trabalho de campo foi redimensionado. Duas mudanças foram feitas a partir disso: fazer a pesquisa apenas na cidade de Condeúba, por ser minha cidade e assim favorecer o contato com as pessoas a serem entrevistadas, assim como por ser a locomoção mais viável; e entrevistar não apenas as mulheres de vida pública, como também entrevistar os presidentes dos partidos ativos na cidade, para assim ampliar a pesquisa.

Assim sendo, adentrei o campo, começando a contatar as mulheres que tinham participado dos pleitos eleitorais em 2012 e 2016 e que alcançaram votação expressiva (acima de 40 votos), e das vereadoras e ex-vereadoras da cidade e marcar as entrevistas. Posteriormente comecei a fazer o mesmo com os presidentes dos partidos. As entrevistas que consegui agendar foram marcadas em locais como a casa da entrevistada/o, ou minha casa ou local de trabalho. Por se tratar de pessoas que já me conheciam, creio que isso facilitou o diálogo. Elas puderam se sentir mais a vontade por estar falando com alguém que já conheciam.

**TABELA 1 - PERFIL DAS/DOS ENTREVISTADAS/OS**

<b><u>Nome fictício</u></b>	<b><u>Gênero</u></b>	<b><u>Raça</u></b>	<b><u>Grau de Escolaridade</u></b>	<b><u>Faixa etária</u></b>	<b><u>Profissão</u></b>	<b><u>Estado civil</u></b>
Débora	F	Branca	Superior completo	50 - 60	Professora	Casada
Raquel	F	Negra	Médio completo	50 - 60	Professora	Casada
Olívia	F	Branca	Médio completo	50 - 60	Funcionária pública e microempresária	Viúva
Elisa	F	Branca	Superior completo	60 - 70	Professora	Casada
Luma	F	Negra	Médio completo	40 - 50	Lavradora, servidora pública e autônoma	Casada
Amália	F	Branca	Médio completo	60 - 70	Gestora pública	Casada
Arthur	M	Branco	Superior completo	50 - 60	Bancário	Casado
Oscar	M	Branco	Superior completo	50 - 60	Advogado	Solteiro
Gael	M	Negro	Médio completo	60 - 70	Técnico em contabilidade	Divorciado
Gustavo	M	Branco	Superior completo	20 - 30	Advogado	Divorciado
João	M	Negro	Médio completo	30 - 40	Assessor parlamentar e autônomo	Solteiro
Carolina	F	Negra	Superior completo	30 - 40	Assistente social e professora	Casada
Luísa	F	Branca	Superior completo	40 - 50	Professora e microempresária	Casada

Tabela de autoria da pesquisadora.

Na categoria gênero, M se refere a masculino e F se refere a feminino.



## 1.2 AS DIFICULDADES DO CAMPO;

Antes de começar a entrar em contato com as pessoas explicando sobre meu trabalho e pedindo que me concedessem uma entrevista, eu acreditava que seria bem mais fácil esse processo.

Por se tratar da cidade onde mora minha família, onde as pessoas me conhecem, acreditei que isso facilitaria tudo para mim, que conseguiria todas as entrevistas pretendidas. No entanto, a partir do momento que adentrei o campo, fui me deparando com certas dificuldades. Ficou evidente que não seria tão fácil assim. Ainda que se trate de uma cidade pequena, onde não existem grandes distâncias de um lugar para outro, creio que o fato de eu ser de uma família tradicional na política local do município, por pessoas da minha família ainda hoje ocuparem cargos políticos na cidade ou liderarem grupos políticos, creio que isso foi um elemento que levou algumas pessoas a ficarem temerosas talvez, em me conceder uma entrevista. Esse fato foi explanado na introdução desse trabalho.

Ainda que eu estivesse ali propondo uma entrevista para contribuir com meu trabalho, não sei se todas e todos entenderam dessa forma, podendo ter algumas e alguns que optaram por não se manifestar ou não conceder a entrevista. Eu me lembrei de dizer a algumas pessoas que entrevistei que eles não me vissem como a “filha de Toinho” ou “sobrinha de Guto”, no sentido de que não se sentissem influenciados a falar algo ou a não falar movidas/os por isso. Porém, esse meu desejo e manifestação não foram, por pressuposto, suficientes para anular a realidade, quanto à questão familiar. Um entrevistado chegou a me dizer que não teria como olhar para mim e não ver uma figura política da cidade.

Creio que as pessoas que entrevistei conseguiram entender o propósito do trabalho e que eu não estava ali com nenhum interesse partidário ou representando um grupo político, ou mesmo algum lado de minha família. Mas não posso descartar que algumas pessoas que contatei e não me deram retorno quanto à entrevista ou que ficaram dizendo que podíamos marcar, contudo, sempre acabava acontecendo algum imprevisto até que eu desistisse, fizeram isso por desconfiança de que eu poderia estar agindo com interesses político-partidários. Também há a possibilidade de que o fizeram por medo das perguntas que seriam realizadas, embora eu dissesse desde o primeiro contato que se tratava de perguntas simples e que não precisariam se preocupar.

Assim sendo, não consegui entrevistar todas as mulheres que contatei, mas consegui entrevistar a maioria delas. Também não consegui contatar/entrevistar todos os presidentes dos partidos, mas por uma questão de que não houve tempo hábil. Entrevistei quase todos os presidentes que entrei em contato, exceto um, que alegou estar deixando o partido. Creio que

os presidentes partidários se mostraram mais abertos que as mulheres no geral, pelo meu tema se tratar da “mulher na política local”, então suponho que algumas delas podem ter pensado que não teriam muito a acrescentar, ou como já disse acima, por medo do tipo de perguntas, uma vez que estaria ligada diretamente a suas vivências e trajetórias.

Compreendi que o campo tanto favorece satisfação - quando conseguimos o objetivo pretendido e estamos, no meu caso, a partir das entrevistas, conseguindo material tão importante para nossa pesquisa, quando as pessoas se mostram dispostas e interessadas em contribuir, o que é importante para minha pesquisa – quanto de frustração, quando nos damos conta de que não será possível ou tão viável fazer a pesquisa da forma que pensamos que poderia ser, com um número menor de entrevistas do que o pensado a priori, quando pensamos que estamos incomodando as pessoas, etc. Aprendi com tudo isso. O que considero mais importante é ouvir a trajetória dessas mulheres e pensar no quanto a minha pesquisa poderá contribuir para a compreensão de como se dá a participação da mulher no poder local em um pequeno município do interior da Bahia.

## **CAPÍTULO 2 - AS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES NA POLÍTICA MUNICIPAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS;**

São várias as formas que uma pessoa, seja homem ou mulher, pode adentrar a política formal e constituir os meios necessários para essa imersão na vida pública, especialmente para a possibilidade de ser eleita e constituir carreira política. Inúmeros estudos apontam que o município é, normalmente, a porta de entrada para a política institucional (BOHN, 2009; MIGUEL 2003;). Nesse capítulo, discutirei sobre como se deu a entrada das mulheres entrevistadas (e também algumas não entrevistadas, mas que também fazem parte da vida pública na cidade) na política de Condeúba, qual tipo de capital constituíram, o recrutamento partidário e a relação com seus partidos e desafios enfrentados pelas mulheres em espaços de poder.

### **2.1 A IMERSÃO NA VIDA PÚBLICA E A FORMAÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO, SOCIAL E FAMILIAR;**

O ingresso de qualquer indivíduo na política requer dois fatores básicos: o desejo de adentrar a vida pública e a existência dos recursos necessários, tanto financeiros (tema do cap. 4) como recursos simbólicos (MIGUEL et al, 2015). Pierri Bourdieu estabeleceu em sua obra um conceito de capital, para além do seu sentido estritamente econômico, e esse conceito tem sido um mecanismo muito útil para analisar a formação das carreiras de políticos (MIGUEL, 2003). Na interpretação de Luis Felipe Miguel (2003), Pierri Bourdieu inicia a ideia de capital simbólico, considerando-o como uma espécie de “crédito social”, no sentido preciso do termo, isto é, algo que depende fundamentalmente da crença socialmente difundida na sua validade (BOURDIEU, 1980, p. 203-204 *apud* MIGUEL, 2003). Seguindo o entendimento do autor, a efetividade do capital simbólico se consolida a partir do reconhecimento que ele recebe, o que também pode ser válido para o capital financeiro. Alguns exemplos de capitais simbólicos são o capital político, social e familiar, aqueles que serão apresentados e discutidos nesse capítulo.

Capital político pode ser considerado um tipo de capital simbólico<sup>23</sup>, quando se refere ao reconhecimento e apoio recebidos de membros influentes do campo político, o que promove maiores possibilidades as pessoas possuidores desse recurso, uma vez que é conferida legitimidade àquele sujeito para agir politicamente (MIGUEL et al, 2015). Poderia

---

<sup>23</sup> Capital político nem sempre pode ser considerado um capital simbólico apenas, a depender de sua conceituação. Alguns autores como Teresa Sacchet (2012b; 2013), Bruno Speck (2012b; 2013) e Wagner Pralon Mancuso (2013), consideram capital político como acúmulo de experiência política. Teresa Sacchet pontua que, para facilitar a análise quantitativa, tem se considerado a participação das pessoas nos processos eleitorais, precisamente focando na recandidatura. Logo, nessa linha, CP não é somente um capital simbólico.

dizer que capital político e carreira política são pontos ligados um ao outro, uma vez que é necessário capital político para constituir uma carreira na vida pública, e o estabelecimento de uma carreira pública, fortalece e aumenta o capital político dos indivíduos (MIGUEL, 2003).

Capital social (CS), segundo Putnam (2000), são as conexões que se estabelecem entre os indivíduos de uma comunidade, as redes que se formam e a reciprocidade e confiança que resultam dessas conexões. Teresa Sacchet (2009) apresenta os tipos de capital social, que podem ser três: *bonding*, *bridging* e *linking*.

O CS tipo *bonding* é aquele que se forma por ligações fortes entre grupos, que tem experiências comuns, tais como membros da mesma família, vizinhos, comunidades, grupos organizados de mulheres (SACCHET, 2009). Este tipo de CS está mais relacionado ao ambiente da esfera “privada”, se estabelecendo através de redes informais e voluntaristas.

Os CS do tipo *bridging* e *linking* se relacionam entre si por serem capitais que se constroem em relações mais amplas e externas as relações do cotidiano das pessoas. O *bridging* concerne a ligações menos profundas, e mais extensas, que se estabelecem entre grupos heterogêneos e plurais, como por exemplo, membros de partidos, de clubes esportivos, etc, enquanto que o tipo *linking*, refere-se às redes entre pessoas e grupos em posições de poder e decisão, seja no âmbito econômico ou político (SACCHET, 2009).

Capital familiar diz respeito a pessoas que possuem relações de parentesco ou por afinidade com indivíduos que foram ou são participantes da política, líderes políticos, já tendo ocupado cargos ou não dentro da política formal, mas que já constituíram capital político suficiente para possuir reconhecimento e apoio dentro desse campo (MIGUEL et al, 2015; CARVALHO, 2018). Ter membros da família na política constitui um tipo de capital, visto que, em tese, isso fornece ao indivíduo diversos conhecimentos sobre como funciona o jogo político. Além disso, podem utilizar o sobrenome da família (já conhecido dos eleitores), acessar redes de contato com outros políticos influentes, cabos eleitorais, líderes partidários, inclusive, maior possibilidade de conseguir financiadores de campanha e acesso à mídia (MIGUEL et al, 2015), o que pode beneficiar a pessoa na carreira política.

É preciso frisar que o capital político, social e familiar está distribuído de forma desigual na sociedade, assim como o capital financeiro. Em se tratando da entrada de mulheres na política e das chances dessas alcançarem bom sucedimento no campo eleitoral, a ausência ou presença de determinados tipos de capitais podem favorecer como desfavorecer uma carreira na política. Por exemplo, quanto ao capital social, Teresa Sacchet (2009) traz

que, tanto homens como mulheres podem constituir CS elevados, porém, o tipo de CS das mulheres, geralmente é o *bonding*, são redes mais homogêneas e associadas ao âmbito privado, como relações familiares, com vizinhos, trabalhos na igreja, voluntariado, etc. Enquanto que o CS dos homens é constituído em sua maior parte pelos tipos *bridging* e *linking*, são redes mais heterogêneas e plurais, ligados a esfera pública, como por exemplo, sindicatos, clubes esportivos, associações profissionais, e isso os favoreceria na formação de uma carreira política, o que seria mais um ponto que explica a baixa representação feminina na política (SACCHET, 2009).

A partir daqui, discorrerei sobre a trajetória das mulheres entrevistadas na minha pesquisa, e o tipo de capital simbólico que constituíram e que forjou sua carreira na política municipal. Bem como, pontuarei a respeito do capital simbólico de outras três mulheres que ocuparam cargo majoritário na cidade: a ex-prefeita e as duas vices-prefeitas.

Diversos estudos que analisam e discutem sobre mulheres na política institucional do Brasil, indicam que o capital familiar é uma das principais rotas para elas alcançarem cargos políticos (ARAUJO, 2001; MIGUEL e QUEIROZ; 2006; ARAUJO, 2010; MENEGUELLO et al, 2012). Apesar de o capital familiar também ter peso para os homens, se entende que esse pode ser um recurso entre tantos outros utilizados por eles, enquanto que para as mulheres se mostra muito mais crucial para ingresso e sucesso na carreira política (MIGUEL et al, 2015; REZENDE e SILVA, 2018). Vários exemplos podem ser citados para legitimar essa afirmação. Como na citação abaixo:

Por exemplo, até hoje apenas sete diferentes mulheres elegeram-se governadoras de estados brasileiros. Cinco delas possuíam vínculos familiares com ex-governadores, fossem os de filha (Roseana Sarney, quatro vezes eleita para o governo do Maranhão), cônjuge (Rosinha Matheus, eleita no Rio de Janeiro em 2002, e Suely Campos, eleita em Roraima em 2014 após ter assumido a candidatura de seu marido, impedido de concorrer pela Lei da Ficha Limpa), ex-cônjuge (Wilma de Faria, eleita no Rio Grande do Norte em 2002) ou nora (Rosalba Ciarlini, eleita no Rio Grande do Norte em 2010) (MIGUEL et al, 2015, p. 728).

Das sete mulheres entrevistadas para essa pesquisa (candidatas e eleitas ao legislativo e uma ex-presidente do PT), mais uma ex-prefeita e duas vices, totalizando dez mulheres, sete tem algum familiar que já participou da política municipal, seja como candidato, eleito, e/ou líder de um grupo político. Amália, que foi vereadora (eleição de 2000), sendo a primeira mulher eleita para a câmara na cidade, é casada com um ex-prefeito da cidade, eleito por duas vezes (eleições 2004 e 2008), que já estava na vida pública antes dela, já tendo sido vereador

e um dos líderes do antigo grupo denominado “melecheus”, e possível candidato a prefeito nesse ano corrente.

Olívia, que já foi candidata por duas vezes, na eleição de 2012 e 2016, tem pai e tio (este último já falecido), que foram prefeito, vereador e vice-prefeito, assim como o ex-marido (já falecido) que participava da política na cidade, já tendo sido candidato a vereador. Elisa, que foi candidata à vereadora na eleição de 2016, tem um primo (falecido) que foi prefeito por dois mandatos (eleições 1996 e 2000) e líder político do grupo denominado “monturos” na localidade, ou grupo do PFL, por um período na cidade, até seu falecimento em 2004. Inclusive, Elisa menciona em sua entrevista, que o primo a influenciou a se interessar pela política e que ele a convidou para ser candidata certa feita, porém, ela só veio a se candidatar em 2016, anos após sua morte.

Raquel, que foi vereadora por dois mandatos (2008-2012 e 2013-2016) e candidata três vezes (2008, 2012 e 2016), tinha um vínculo familiar menor com a política, porém, seu marido já havia sido candidato a vereador antes dela. Por fim, a ex-prefeita, Djalma Sousa, era cônjuge do ex-prefeito e líder político, Antônio Terêncio, já citados na introdução, a atual vice-prefeita da cidade, Mara Queiroz, é cônjuge do ex-prefeito e atual vereador, Toinho Terêncio. A vice-prefeita da chapa de Guto Ribeiro do PT (2013-2016), Jesuína Pereira (que era do PT e depois foi para o PP para compor a chapa com Guto Ribeiro), é irmã da esposa de um ex-vereador chamado Joventino, popular “Tinín”, líder do bloco político mais forte à época da eleição, no Distrito do Alegre, pertencente ao município de Condeúba. Joventino já foi filiado em alguns partidos, entre eles o PMDB, à época que fazia parte do grupo político de dr. José dos Apóstolos, grupo esse denominado popularmente “melecheus”. Posteriormente se filiou ao PFL, quando se aliou ao grupo denominado “munturus” (do PFL). Também era tia do ex-vereador conhecido popularmente como “Fuscão” (falecido), que também transitou por alguns partidos, entre eles o PFL e tia de Doreedson Pereira.

O empresário Doreedson Pereira, conhecido popularmente como Dorinho, é membro-fundador de uma OSCIP denominada “Voluntários do Sertão”, que oferece e realiza inúmeros serviços ligados à saúde e cidadania, gratuitamente, para população em situação de

vulnerabilidade social no sertão baiano<sup>24</sup>. O trabalho desenvolvido pela OSCIP fez com Dorinho adquirisse notoriedade e gratidão por muitas pessoas no sertão baiano.

É importante ressaltar que o fato das mulheres citadas acima possuírem em algum nível, o capital familiar, sua história na política não se limita, na maior parte dos casos, a apenas esse fator. A fala abaixo é da ex-vereadora Amália, que tem como cônjuge um homem que é político.

“Eu vim de uma família que sempre se preocupou em ajudar as pessoas, uma família sempre preocupada com a coletividade. Meu pai morava numa região chamada de Feirinha, onde ele resolvia tudo lá, se tinha uma briga, ele tava lá pra resolver, o padre ia comer na minha casa, se tinha um médico atendia na minha casa, porque não tinha um local naquela época, a gente era muito envolvida com as pessoas, em ajudar, sem interesse político. Mas aí na época teve um problema com Dr. José [o antigo líder do grupo político denominado “melecheus”, partido PMDB, faleceu em 2000], não pode se candidatar, e aí veio o direcionamento para Odílio [seu esposo] ser o candidato. De início eu não queria, eu não tinha interesse de entrar, e aí foi aquela resistência e as pessoas cobrando e ele acabou entrando, e ele foi candidato a prefeito e eu fui candidata a vereadora. Ele perdeu pra prefeito e eu ganhei pra vereadora. Ganhei e fui a primeira mulher eleita aqui no município, fui eleita com 652 votos. Eu já tinha um serviço muito prestado, eu sempre gostei de ajudar as pessoas, não por parte política, minha casa sempre foi aberta a todos, eu gosto desse trabalho, gosto de estar ali ajudando as pessoas, é algo que faz bem, pro meu ego mesmo (...) fiz um bom trabalho na época”.

Observa-se que quando Amália fala de sua trajetória, ela enfatiza que vem de uma família conhecida em um povoado da zona rural de Condeúba, que prestava diversos serviços a comunidade. Ela mesma se afirma como uma pessoa que gosta muito de ajudar os outros e atribui a isso o fato de ter sido eleita quando veio a se candidatar para vereadora. Afirma também que não queria entrar para a política, mas devido aos convites e cobranças por parte de algumas pessoas, acabou resolvendo se filiar ao partido e se candidatar, juntamente com seu marido, que à época foi candidato a prefeito. Entendi, pela sua fala, que seu marido foi convocado pelo grupo da oposição na época (“grupo dos melecheus”) para ser o candidato em substituição a José Cardoso dos Apóstolos, médico e líder do grupo supracitado na cidade, que faleceu no ano corrente de 2000. Odílio não foi eleito, posteriormente, se candidatou de novo e se elegeu prefeito, exercendo dois mandatos (2005-2008/2009-2012). Sua esposa ocupou o cargo de Secretária de Assistência Social durante parte de seus mandatos e também o exerce atualmente.

<sup>24</sup> Fonte: site oficial dos Voluntários do Sertão < <https://voluntariosdosertao.com.br/conheca-o-projeto/> >, Voluntários do Sertão faz ação em Condeúba < <http://voluntariosdosertao.com.br/edicoes/edicao-2015/?portfolioCats=16> > acesso em 17/04/2020.

Diante o exposto acima, é possível considerar que ter uma família que presta serviços à comunidade, favoreceu a formação do capital político de Amália, tendo ela mesma, como afirma, realizado muitos trabalhos em prol da coletividade, antes mesmo de adentrar a vida pública, e esses trabalhos comunitários, seus e de sua família, constituíram seu capital social. Suponho que, em se tratando de uma cidade pequena, e no caso específico, de uma comunidade da zona rural do município, que o trabalho comunitário citado – abrir sua casa ao povo, doar o espaço para o médico atender na casa, intermediar conflitos no local, etc – forma um CS do tipo *bonding*, contudo, ao contrário do que a teoria afirma, esse capital pode ter sido de crucial importância para a eleição de Amália naquele ano. Numa cidade pequena esse tipo de capital social pode ter uma função tão importante talvez quanto os dois outros tipos de capital social (*bridging* e *linking*) destacados por Sacchet (2009) como preponderantes para a carreira política. Após o mandato, ela não se candidatou novamente a cargo eletivo, seguindo com o trabalho na secretaria de assistência social.

A ex-vereadora Raquel, ganhou a eleição em 2008 e 2012, pelo partido PHS. Candidatou-se em 2016, filiada a outro partido, o PC do B. Essa mudança de partido se deu, por um conflito que a então vereadora teve com o grupo político do qual fazia parte (grupo da oposição à época). Ela relatou que foi convidada pelo grupo da situação a fazer parte deste, após o conflito, e dessa forma, trocou de partido. Percebe-se que a mudança de partido, não foi por uma mudança ideológica, mas por uma troca de grupos estratégica, quando ela se viu acolhida e melhor aceita no outro grupo. Sobre isso, Clara Araújo (2010) observou nas respostas de homens e mulheres que participaram de sua pesquisa que, há grande trânsito entre siglas no Brasil, sendo poucas as pessoas que afirmaram nunca ter mudado de partido. O que tende a evidenciar, conforme a autora, a fraqueza das bases ideológicas e do projeto programático de parte considerável dos partidos.

A autora também menciona que “o pragmatismo eleitoral e os acordos baseados nos arranjos regionais parecem ser os fatores decisivos para esses trânsitos” (ARAÚJO, p. 575/576, 2010). Na cidade de Condeúba esse trânsito entre siglas partidárias ocorre com frequência, muitas vezes motivada por conflitos entre a pessoa e seu grupo político, ou como aponta Clara Araújo, por conta de arranjos estratégicos. Discorrerei mais a esse respeito no tópico 2.2 desse capítulo. Retomando a trajetória de Raquel, ela afirmou também que, após a troca de partido e de grupo, foi muito bem recebida e apoiada pelo então prefeito e líder do grupo da situação naquele ano, Guto Ribeiro. Contudo, não conseguiu se eleger novamente, puramente pela quantidade mínima de votos exigida para a coligação da qual fazia parte, na



eleição de 2016, pois conseguiu votação expressiva considerando o tamanho do município: 435 votos<sup>25</sup>, inclusive, votação maior que na eleição anterior, o que mostra que o mandato anterior, lhe conferiu ampliação do capital político. Sobre sua trajetória, ela contou:

“Eu antes de ter o conhecimento verdadeiro da política, eu achava que política deveria ser só os ricos que candidatavam, porque tinha dinheiro pra trabalhar, eu uso aquele conhecimento e eu tinha pavor da política, inclusive meu marido se candidatou primeiro, ele foi candidato 3 vezes, foi suplente 2 vezes, e na segunda vez que eu comecei aceitar, por conta de eu ter procurado o padre pra mim orientar sobre a política, inclusive foi o padre Vicente, que eu cheguei até ele e falei: Oh padre, eu tô muito chateada, eu tô tendo umas discussões com meu esposo, porque ele entrou na política e eu sou contra, nós somos pobres, e eu não acho que convém, e o aí o padre falou “não minha filha, calma, não é assim não, não importa qual seu poder econômico, o que importa é você saber viver a política, nós todos temos que ser políticos, nós não podemos fazer politicagem”, aí eu fui conversando com ele e ele foi me orientando (...), aí na primeira [eleição] eu fiquei realmente chateada, eu tinha as discussões com Lerinho [seu marido] pra sair, e ele insistiu. Quando foi na segunda, ele me falou “oh fia, se você não puder me ajudar, não me atrapalha, mas deixa eu continuar minha política”, aí eu não fui a fundo com ele, mas já dei o apoio, aí na terceira candidatura dele, eu já parti pra cima com ele. Aí no final, nessa última vez mesmo, ele foi suplente, aí eu brinquei com ele, eu falei assim “quem vai candidatar agora sou eu, agora eu vou me candidatar pra me eleger, não é pra ficar na suplência igual você não, realmente eu quero lutar”. Quando eu conversei isso com ele, meu intuito era esse, “a mulher na política”, a mulher tem o espaço dela também, a mulher tinha que ter realmente seu espaço na política, porque até então, nós mulheres fomos muito excluídas, até seu direito de votar e tal, e a partir do momento que a gente conseguiu esse espaço de direitos, eu acho que a gente tinha que lutar pelo nosso espaço enquanto mulheres, e na política, a gente teria mais forças.”

Nessa fala, se percebe que Raquel também tinha resistência a entrar na política, ou melhor, que seu marido participasse. Ela afirma que seu medo adivinha de uma ideia de que “só quem entrava na política era quem tinha dinheiro” e como eles não tinham um capital financeiro, aquele não era um lugar para eles. O pensamento dela não é equivocado, no capítulo 4, discutirei os vieses e a importância dos recursos financeiros nas eleições. Mas aqui, o foco é discutir o capital simbólico das mulheres e o que as motivou a adentrar o espaço da política. Quando foi perguntada a respeito da importância dos recursos financeiros, ela diz que a campanha dela não foi cara, que tinha pouco dinheiro na primeira candidatura, foi uma campanha muito no “boca a boca”, que ela tinha muito amigos, era popular na cidade e credita a isso sua vitória nas urnas. Contudo, diz que na segunda candidatura, em 2016, gastou mais, pois plotou um carro para rodar pela cidade, teve música de sua candidatura, etc. Ela diz sobre o momento que se filiou ao partido:

“Aí tive essa conversa com Lerinho, aí quando foi no dia da reunião pra filiação, pra convenção, ele falou: “eu vou **criar** (grifo nosso) Raquel

<sup>25</sup> Fonte: <<http://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/2016/apuracao/condeuba.html>>, acesso em 17/04/2020.

[nome fictício] e é Marina que vai ser candidata lá em casa”, eu tomei aquele susto, mas aceitei sem reclamar, aí enfrentei, fui a luta, por conta da gente ter uma caminhada longa, de longa data com o pessoal, aquele convívio também com o pessoal, tanto da zona rural como da zona urbana, mas eu vou ser sincera, que da zona rural eu tinha muito mais convívio, porque nasci na zona rural, e eu trouxe isso do berço, papai e mamãe eram muito populares, e eu também adquirei essa popularidade deles e Lerinho mesmo morando aqui, até antes de namorar comigo, ele também tinha um convívio, com o pessoal da zona rural e aí a gente foi unindo o útil ao agradável, e eu via o anseio das pessoas da zona rural. Que as pessoas da zona urbana, eles tem um interesse diferente, que é o crescimento aqui dentro, mas o pessoal da zona rural, eles pensam muito no crescimento pra eles.”

Chama atenção à parte em que Raquel discorre sobre a fala do marido: “ele falou: eu vou criar Raquel e é ela que vai ser candidata lá em casa”. Então, fica evidente que o marido, já tendo um certo capital político prévio por já ter sido candidato a vereador e suplente por algumas vezes, acreditou que poderia “fazer” de sua esposa, uma candidata eleita. No entanto, a história narrada por Raquel indica que o capital familiar que ela herdou do marido, não foi o principal motivo que a conduziu a ganhar a eleição. A priori, a influência, apoio e “ensinamentos” do marido (como ele já tinha uma vivência prévia na política municipal) pode tê-la impelido, mas observa-se, como ela ressalta, que sempre foi popular, que herdou isso dos pais, que tem muito convívio com o pessoal da zona rural (e a zona rural do município é bem extensa). Mais uma vez, pontuo que, na minha análise, o CS do tipo *bonding* fez a diferença na trajetória política de Raquel.

Pela trajetória da Raquel, poderíamos afirmar que na política municipal, especialmente num pequeno município onde as pessoas normalmente se conhecem ou conhecem sua família, ser popular, ter muitos amigos e participar de atividades comunitárias ligadas à igreja ou assistência social, pode impactar positivamente a trajetória de mulheres que decidem imergir na política, criando e aumentando seu capital político. Contudo, isso não é decisivo para o sucesso eleitoral.

A seguir, temos Elisa, filiada ao PRB, foi candidata na eleição de 2016, conseguindo 146 votos, o que é expressivo para uma primeira candidatura, já que ela não participava da política partidária anteriormente. Ela fala sobre sua trajetória:

“Bom, quando me aposentei – trabalhei na educação por 30 anos – então como eu não queria ficar ociosa, queria ter uma ocupação, e eu sempre admirei o trabalho dos políticos, Marcolino mesmo, que foi meu primo, sempre me incentivou, uma vez até me convidou para ser vereadora “porque você não se candidata”, aí quando eu resolvi, ele faleceu, faltava um ano pras eleições, quando ele faleceu, eu desanimei. Por esse fato de eu ter me aposentado, eu me lembrei, dele ter me convidado, será que não é assim, um designo de Deus que eu esteja ali pra ajudar, já que agora minha participação na educação se finalizou, agora eu poderia ajudar minha comunidade de outra maneira, e foi esse meu objetivo, fui convidada novamente e aceitei, mas aí

veio às decepções. Eu imaginava que seria uma coisa e foi outra. Primeiro, eu não tive o apoio da minha igreja. Eu imaginei que quando eu fosse me candidatar, a minha igreja [adventista] ia tá toda me apoiando, isso não ocorreu, teve até pastor que veio me dizer que política não era pra “crente” (...), e eu quis ser muito certinha, deixei pra fazer campanha só a partir de agosto, mas quando fui fazer campanha, as pessoas falavam “ah tal pessoa já veio aqui e já disse que ia votar nele”. Pela quantidade de amigos que eu tenho, fiquei surpresa. Até uma amiga, amiga do peito, disse que gostava muito de mim, mas que já tinha prometido voto (...).”

A partir dessa fala, é preciso pontuar algumas questões. Inicialmente, Elisa fala que o primo político (ex-prefeito e um dos antigos líderes do grupo do PFL), a incentivava e chegou a convidá-la para se candidatar. Porém, ele morreu em 2004, e ela só foi se candidatar em 2016, então não teve o apoio dele, não seria factível acreditar que isso lhe favoreceu, depois de tantos anos. Segundo, ela coloca como motivação para entrar na vida pública, o fato de ter se aposentado, de querer fazer algo pelo coletivo e porque sempre admirou o trabalho dos políticos, contudo demonstrou decepção ao adentrar o campo.

Nesse caso, observo como capital social da Elisa, o tipo *bolding*, tendo uma relação direta com o trabalho como professora – que ela aponta que exerceu por 30 anos – e sua atuação religiosa, dentro da Igreja Adventista do Sétimo Dia, da cidade. Ela deixa claro que se decepcionou por não ter tido o apoio da igreja, em ter sido criticada pelos seus pares de congregação por ter entrado na política, críticas essas norteadas pela ideia de que políticos são corruptos e que esse não seria um lugar para o cristão. É evidente que Elisa esperava que fosse apoiada pela comunidade religiosa da qual fazia parte, bem como pelos que ela considerava amigos, além do que imaginou que teria um alto índice de CS pelo seu trabalho na educação, como professora. Não recebeu apoio de muitas pessoas que ela imaginava que poderia ganhar um voto, porém, não se pode dizer que ela não tenha nenhum capital simbólico, pois o ato de ser recrutada pelo partido, se candidatar e na primeira candidatura ter uma votação expressiva, sugere que ela possui um capital político possível de ser ampliado, caso continue participando da política municipal. Talvez tudo que precise seja mais familiaridade com o campo político.

Olívia, filha do vice-prefeito por dois mandatos (1996-1999/2000-2004) que ficou no lugar de Marcolino Neto quando este faleceu em 2004, se tornando prefeito de Condeúba e sobrinha de Antônio Terêncio (falecido em 1992), prefeito por duas vezes, vereador e líder político durante décadas em Condeúba. Seu ex-marido, já falecido, também foi vereador. Olívia foi candidata pelo PC do B, nas eleições de 2012 e 2016, conseguindo 96 e 07 votos respectivamente. Ela relatou na primeira candidatura, fez mais campanha e acreditava que

poderia ser eleita, já na segunda candidatura, não foi para o campo com a mesma “animação”. Sobre os motivos que a levaram a querer entrar na política:

“Então, desde pequena sempre, na política, né, meu tio era político (Antônio Terêncio), meu pai (Lili Terencio), então desde pequena essa luta política aqui, foram muitos e muitos anos. Aí, quando me casei, casei com um homem político também, vereador, por algumas vezes, meu sogro também foi vereador, meu pai vice-prefeito, e foi isso que me fez entrar na política. Acho que é de família mesmo. Família Terêncio, depois meu marido, tudo na política. [pergunto se foi candidata por iniciativa própria ou se foi convidada]. Eu acompanhava a vida pública de meu marido e meu pai, claro, mas convidada eu fui quando o PC do B me chamou, o partido precisava de uma quantidade de mulheres, aí houve esse convite.”<sup>26</sup>

É possível observar pela narrativa de Olívia, que ela acreditou que por ter familiares com uma história na política condeubense, isso poderia ajudá-la na sua jornada, além do que se sentia familiarizada com a política local, pelo seu histórico familiar. Contudo, narrou que se sentiu decepcionada ao entrar na disputa, pois percebeu que não era como ela pensava, que foi no intuito de prestar um serviço coletivo, porém, se deparou com eleitores que “pediam muitas coisas”, que não era assim que ela queria fazer política. Esse tema é discutido no cap. 4 dessa dissertação. Como citado acima, na primeira candidatura Olívia recebeu uma quantidade de votos expressiva para uma primeira candidatura (noventa e oito), porém, relatou que esperava receber mais votos.

No segundo pleito, em 2016, não se sentiu entusiasmada em encarar a disputa e disse ter se candidatado para ajudar o partido a cumprir a porcentagem de 30% de mulheres candidatas. Recebeu uma quantidade de votos bem menor (sete). Então, presumo que Olívia contava com capital familiar elevado, em vista do histórico de sua família e cônjuge na política municipal, porém, isso acabou não sendo o suficiente para que fosse eleita, e ao menos na entrevista, não demonstrou interesse em se candidatar novamente.

A partir de agora, discorrerei sobre a trajetória e capital simbólico das outras três entrevistadas que não possuem nenhum vínculo familiar com políticos. Luma se candidatou e cumpriu mandato nas eleições de 2012 e 2016, pelo PSDB. Não tem nenhum parente na política e é moradora de um povoado na zona rural de Condeúba, que durante anos, foi reduto de um vereador que ficou no poder por 39 anos, segundo a entrevistada.

---

<sup>26</sup> Nessa narrativa, podemos observar a importância das cotas para uma mulher que já possui capital político, pois a obrigatoriedade em se cumprir as cotas leva o partido a recrutá-la e essa pode ser a possibilidade dela ingressar e crescer na vida pública, uma vez que já possui um capital prévio. Ao recrutar para preencher as cotas uma mulher já com capital político, em tese, aumenta-se a chance desta conseguir uma votação expressiva, e quem sabe, se eleger, o que favorece a candidata e o partido. Contudo, isso não pode ser tomado como fato, já que outros fatores também contam na hora do voto, para além de ter uma família já inserida na política local.

“Bom, eu te confesso que não pensava em entrar na política não (...), ela surgiu quando eu fui convidada. Eu sempre gostei de fazer trabalhos comunitários. Hoje em dia, não sei se foi sempre, quando as pessoas vê a gente fazendo trabalho comunitário, eles já acham que a gente tem interesse político, mas não era isso. Mas tinha uma coisa que sempre me intrigava, porque na região que eu moro, um vereador só ficou na política por 39 anos! E eu cresci vendo aquilo acontecendo, chegava a época de eleição, o vereador simplesmente, chegava e dizia para os meus pais, “ah, aumentou um voto”, nem conversava com a gente...eu fui crescendo, vendo aquilo, e vendo que tava errado. E também via os comentários. A comunidade dizia, se o vereador “tal” falecer, a gente morre junto, ele que resolve as coisas aqui. Coisas tão pequenas, eu achava tão supérflua, tipo “preciso registrar meu filho, mas preciso chamar o vereador pra ir”. Então eu percebia que aquele vereador não ensinava a comunidade a andar, ele mantinha seu povo ali [eu falo: num curral eleitoral, ela diz:] sim, num curral eleitoral. Eu me sentia humilhada. Chegou um determinado ano, ele chegou na casa dos meus pais e deixou uma quantidade de chapinhas, e falou: “tem mais esse e esse, só que dessa vez não quero que vote pra mim, quero eleger meu amigo, então eu vou dar 100 votos pra ele”. Pra mim foi a gota d’água, fiquei pensando e falei pra minha mãe, “eu não vou votar e também não vou votar pra ele”. Minha mãe ficou pra morrer, disse “você nem mencione isso perto do seu pai”. Comecei a explicar pra minha mãe, que a gente não trocava votos por favores, por nada, que a gente ia votar em quem nos representasse de verdade. A minha mãe acabou entendendo. E eu disse: mãe, um dia eu vou ser uma política, mas vou ser uma política diferente”, mas falei por falar.

“Aconteceu que Odílio [prefeito à época e líder do grupo do PMDB] me convidou para a política e eu tomei um susto. Não tive vontade de entrar, imaginei as pessoas me xingando, não quis. Meu esposo falou na hora “se ela quiser entrar, dou meu total apoio”. [eu interfiro e pergunto, que motivos ela acha que levaram Odílio a chama-la, que tipo de trabalho ela desenvolvia na comunidade]. Eu fazia trabalhos na comunidade e procurava me informar do direito das pessoas, pra não ficar tão atrelado àquele vereador que tinha seu curral eleitoral ali. Eu me confrontei algumas vezes com filhos desse vereador. Eu confrontei porque teve um filho que ficou sabendo que eu não concordava com as ideias do pai dele e ele achou que era uma falta de respeito, aí eu falei “falta de respeito é um vereador levar as pessoas num fórum, pra registrar um filho e falar “você sente aqui que eu vou ajeitar tudo”. Entra lá no cartório e fica batendo papo e voltar e dizer “eu já arrumei tudo, é só entrar lá e dá o nome e pagar”, porque naquela época pagava. E as pessoas ficavam achando que ele fez um grande feito com isso e eu não gostava.”

“Depois de Odílio ir em minha casa três vezes me convidar, e eu dizendo não, ele me chamou pra uma reunião. Quando eu entrei no salão todo mundo bateu palmas e falou: “chegou nossa vereadora, uma mulher guerreira pra representar nosso povo”. E ali eu não tive outra escolha, diante do pessoal me convidando, dizendo que queria que eu representasse a população, eu não podia dizer não, mas confesso que fiquei muitas noites sem dormir (risos). Aquele medo, não sabia o que eu ia encontrar pela frente, preconceitos que eu ia encontrar, como encontrei e encontro até hoje. [pergunto se ela vê preconceito com relação aos políticos no geral, ou pelo fato de ser mulher] Olha, as duas coisas! Infelizmente até nos dias de hoje a gente ainda encontra, eu encontro preconceitos, eu me sinto muitas vezes, assim, até constrangida. Quando a gente vai entrar numa reunião, a gente percebe que a mulher ainda é muito excluída na política, só que hoje eu não tenho medo, hoje eu superei esses preconceitos, porque me dá vontade de ir mais além, dá vontade de lutar mais. Eu incentivo as minhas amigas a entrarem também, pra gente ter mais força, pra ocupar cargos públicos, porque a gente tem que mostrar pros homens que a gente não é melhor que eles, mas que a gente pode andar do lado deles”

A fala de Luma sinaliza que, com os trabalhos comunitários que ela menciona, constituiu o capital social do tipo *bolding*, e mais uma vez, vemos que ter esse capital, provavelmente, foi o que a conduziu a ser eleita vereadora. Com os trabalhos realizados e a popularidade adquirida, Luma foi capaz de “desafiar” o vereador que tinha um curral eleitoral<sup>27</sup> na sua comunidade há décadas e decidiu se candidatar. Enfrentou os receios que surgiram, percebendo que tinha o apoio necessário a sua candidatura. Mesmo não sendo eleita na primeira tentativa, não desistiu, sendo eleita na segunda candidatura. A partir do primeiro mandato, seu capital político se ampliou, sendo reeleita e ao que percebo, Luma tem hoje um reduto eleitoral considerável na sua comunidade e pretende seguir na política.

Débora candidatou-se ao legislativo por três vezes, a primeira pelo PSB e a segunda e terceira, pelo PT. Foi eleita vereadora em 2012 e se reelegeu em 2016. Débora narrou que a priori foi convidada para se filiar e se candidatar para contribuir com o partido, no preenchimento obrigatório de 30% de candidatas<sup>28</sup> do sexo feminino. Foi a campo, mais no intuito de fazer campanha para o candidato a prefeito à época. Acabou por conseguir votação expressiva, e se sentiu fortalecida para se recandidatar na próxima eleição. Conseguiu se eleger em 2012, com 542 votos e em 2016, com 555 votos, tornando-se a mulher mais votada para o cargo de vereadora na história da cidade. Sobre os motivos que a levaram a entrar e permanecer na política, ela diz:

“No meu primeiro mandato, não foi uma coisa planejada, eu entrei pra ajudar o partido, “cê” sabe que existem partidos que exige uma cota de mulheres, eu entrei até pra ajudar, a fechar um número, pelo partido, e eu acabei fazendo uma quantidade de voto razoável que seria o que? Um quarto, ou menos, um terço do que eu precisaria pra ser eleita, aí na eleição seguinte eu já lancei uma candidatura com a intenção de ganhar, fui eleita com 542 e na terceira candidatura, e segundo mandato, também fui com intenção de ganhar e tive 555 votos. (eu falo sobre a questão das cotas) ela: pois é e facilita, né, facilita, porque a gente começa a ganhar campo, conhecer pessoas, a gente começa a ganhar espaço, então eu acho que isso também incentivou. Na primeira candidatura, eu fiz campanha, mas fiz campanha mais pra o candidato da chapa majoritária do que propriamente pra mim. Não que nas outras eu não venha a fazer, também faço atrelado, mas eu vi muito na primeira, mais essa questão assim, de levar o nome do prefeito”.

<sup>27</sup> Curral eleitoral é um termo que tem origem no período histórico da República Velha, época em que foi promulgada a 2ª Constituição do Brasil, em 1891, onde foi instituído o voto aberto a todos os cidadãos. Os coronéis exerciam o controle dos votos da população na política local, através da intimidação, ameaça ou em troca de trabalho, produto ou moradia. Esses redutos de votos dos coronéis ganhou a alcunha de “curral eleitoral”, aludindo aos espaços onde as pessoas eram mantidas, sob o controle de jagunços ou cabos eleitorais, aguardando o momento da votação, para poder provar que votaram no candidato escolhido pelo coronel ou líder político local. Mesmo depois da instituição do voto secreto, ainda continuou havendo por muito tempo a prática dos currais eleitorais.

<sup>28</sup> A relevância da política de cotas para o recrutamento e candidaturas de mulheres será analisado no capítulo 3 desse trabalho.

“O meu estímulo, por exemplo, veio num segundo momento. Eu não entrei lá estimulada, eu consegui esse estímulo no caminho, não foi o partido que me estimulou, não foi o presidente do partido, foi o campo que me estimulou, a experiência, as pessoas, “porque você não volta, vem, candidata de novo” [ela relata que as pessoas falavam para ela].”

Diante as falas supracitadas, infere-se que Débora foi um caso de sucesso da política de cotas nos partidos, esmiuçada no cap. 3 desse trabalho. A princípio, candidatou-se para “ajudar” o partido a preencher o mínimo de 30%, mas ao adentrar o campo, foi se familiarizando, conhecendo pessoas e se fazendo conhecida também, ganhando a confiança dos eleitores. Desse modo, percebeu com a votação alcançada na primeira candidatura, que já possuía algum capital político, e se candidatou novamente na outra eleição, já com muito mais foco em se eleger, como narrou. Na terceira candidatura, ela diz que, por ter contato com alguns deputados, conseguiu a realização de obras em algumas localidades da zona rural, teve muito serviço prestado e atribui a isso sua reeleição em 2016. Pressuponho que seu primeiro mandato lhe conferiu ampliação do capital político, condizente com a literatura a respeito, que indica que quando uma pessoa já ocupa cargo político, seu capital se abrange, favorecendo a reeleição (SACCHET e SPECK, 2012b; ARAUJO e ALVES, 2007;), o que também se verifica no caso de Luma e Marina.

Carolina nunca se candidatou a cargo político, contudo, militou no Partido dos Trabalhadores durante dezesseis anos, onde foi presidente no período entre novembro de 2017 a dezembro de 2018. Durante a gestão do ex-prefeito Guto Ribeiro, ocupou o cargo de secretária de assistência social. Quando realizei a entrevista, ela me disse que havia saído do PT, depois de 16 anos de militância no partido (seus motivos serão relatados no tópico 2.3) e estava estudando a possibilidade de filiação ao PSOL. Carolina começou a ter seu nome cotado para ser a candidata à prefeita na eleição desse ano, por parte de alguns membros da oposição. Atualmente, o grupo da situação é do PMDB e o prefeito é Silvam Baleeiro, do mesmo partido. No momento dessa escrita, Carolina já anunciou sua pré-candidatura à prefeitura. Dessa forma, se torna a segunda mulher a concorrer à prefeitura em toda história da cidade. A primeira foi Djalma Sousa, prefeita nos anos 80.

Entrevistei Carolina enquanto presidente do PT em Condeúba, pois ela havia saído há pouco tempo do partido, e seria importante entrevistar uma diretora partidária, inclusive porque todos os outros presidentes eram homens à época das entrevistas. Outro motivo que me levou a conversar com ela, foi porque ouvi rumores de que seu nome estaria sendo cogitado para ser a próxima candidata a prefeita pelo grupo da oposição.

A problemática em torno da ausência de candidaturas femininas para a prefeitura todos esses anos, é apontada na literatura como uma dificuldade que afeta mulheres na política em todo o país. Parte da literatura especializada mostra que as mulheres tem maiores chances de serem selecionadas pelos partidos e se eleger para cargos proporcionais (vereadora, deputada estadual ou federal), do que cargos majoritários (prefeitura, governo e senado), em vista do número de vagas ser maior no legislativo, o que torna a disputa menos acirrada (BOHN, 2009; ARAUJO, 2005;).

Nos cargos majoritários, quando um partido ou coligação escolhe um nome, seja homem ou mulher, normalmente não há diferença quanto a apoio e disponibilização de recursos, pois nesse tipo de cargo, a disputa se fixa em uma pessoa, então todo o partido se mobiliza para elegê-la (SACCHET, 2013). Por conta disso, é mais difícil que mulheres sejam escolhidas como candidatas a cargos majoritários, pois se tem uma ideia de que os homens são mais competitivos, com CS que lhe confere vantagem política, e diante a importância do cargo majoritário no processo político, a tendência é evitar escolher mulheres para a disputa (SACCHET, 2009; SACCHET e SPECK, 2012a; MEIRELES e ANDRADE, 2017; SACCHET, 2013;).

A importância e motivações da indicação do nome de Carolina como pré-candidata a prefeitura nas eleições 2020 ainda será tratada no tópico seguinte. Por fim, pontuo sobre o tipo de capital e trajetória da ex-prefeita, Djalma Sousa e das vices-prefeitas, Mara Queiroz e Jesuína Pereira. Sinalizo que para a ex-prefeita e as vices, não utilizei nomes fictícios, uma vez que não as entrevistei.

Djalma Sousa iniciou sua trajetória na política, se filiando ao PFL, cuja denominação atual é Democratas. Transitou bastante pelo meio político durante a década de 70 e 80 do século passado, pois seu companheiro, Antônio Terêncio, já participava ativamente da política partidária na cidade de Condeúba, tendo sido vereador e prefeito por dois mandatos, além de líder político do grupo “monturos” (grupo do PFL na cidade). Chegou a ser comerciante juntamente com Terencio, antes de entrar na vida pública. Antes de se candidatar, foi presidente do Sindicato de Empregadores Rurais de Condeúba, e representante do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural). No ano de 1982, foi lançada pelo companheiro como sua sucessora na prefeitura, sendo eleita.

A pesquisa demonstrou que das mulheres estudadas, a única que constituiu CS do tipo *bridging e linking* foi à ex-prefeita Djalma Sousa. Ocupou cargos de poder com relevância a



nível regional e estadual antes de se candidatar. Após cumprir seu mandato, seguiu como assessora de seu filho, Antônio Terencio Filho, prefeito nos anos 1993-1996. No ano 2000, com 72 anos de idade, decidiu retornar a política, se candidatando a vereadora, contudo, obteve apenas 108 votos, o que foi surpresa para toda a família, uma vez que acreditaram que pelo capital social e político acumulado há décadas atrás, Djalma ainda poderia ser eleita.

Com o decorrer dos anos, muitas coisas mudaram na política local, e evidentemente, o capital político dos Terêncio, se reduziu bastante. Mas retomando a época em que Djalma foi prefeita, considero que seu capital simbólico era elevado, tanto o capital familiar, o capital social, do tipo *bridging*, como o capital político.

A vice-prefeita Mara, foi iniciada na política pelo seu companheiro, Toinho Terêncio, foi filiada e presidente do PR e depois PSD, no qual é filiada atualmente. Nunca havia se candidatado a cargo público e sua participação na política até o ano de 2018, era fazer campanha para seu cônjuge no período eleitoral, visto que Toinho concorreu à prefeitura dos anos 2004, 2008 e 2012. Foi seu cônjuge que fez toda a articulação para coloca-la na chapa junto com Silvam Baleeiro, atual prefeito. Já acostumada com as andanças pela zona rural e pela cidade no período de eleição, fazendo campanha para Toinho, no ano de 2018, percorreu toda a região fazendo campanha para sua chapa com Silvam e para seu companheiro, que era candidato a vereador. Ante o exposto, creio que o capital político da vice-prefeita foi forjado a partir do capital familiar, tendo em vista o histórico do seu companheiro na política local.

A vice que cumpriu mandato de 2013 a 2016, Jesuína Pereira, teve seu nome escolhido para compor a chapa de Guto Ribeiro do PT, primeiramente, porque já havia decisão de que a pessoa a compor a chapa seria do Distrito do Alegre, zona rural de Condeúba. Lá, o grupo político mais preponderante tinha como líder um ex-vereador chamando Joventino, popular “Tinim”. Jesuína é irmã da esposa de Joventino e também tem como sobrinho um ex-vereador já falecido e Doreedson Pereira, popular Dorinho, membro fundador de uma OSCIP que presta serviços voluntariamente no sertão da Bahia, como já foi explicado acima. Na primeira candidatura compondo a chapa com Guto, em 2008, Jesuína, que era do PT, teve que se desfiliar e se filiou ao PP, porque a cabeça da chapa já era do PT. Nesse ano eles não ganharam a eleição, porém, na eleição seguinte (2012), novamente Jesuína compôs a chapa com Guto e foram vitoriosos naquele ano. Foi relatado a mim pelo ex-prefeito Guto Ribeiro, que Jesuína contribuiu com ações em prol da população condeubense, em especial a população mais carente e que construiu um legado na cidade. Pelas questões explicitadas, pode-se inferir que a vice-prefeita possuía um capital familiar considerável, pela influência de

sua família no Distrito do Alegre e por todas as contribuições sociais que seu sobrinho, Dorinho, forneceu ao povo condeubense. Também, como me foi relatado que ela tinha muita determinação para ajudar as pessoas que mais precisavam, suponho que constituiu um CS do tipo *bonding*.

Concluo com o entendimento que, em consonância com a literatura, e com base em minha pesquisa na cidade de Condeúba, a maioria das mulheres adentram a política através da via familiar. Que o capital familiar ainda se mostra preponderante para a familiaridade com o meio político e a garantia de espaço, apoio e recursos dentro dos partidos, para a candidatura e para exercer mandato. Contudo, observei que, em se tratando de capital social, ao contrário do que indica parte da literatura, o CS do tipo *bonding* se mostra muito útil para as mulheres adentrarem e permanecerem na política, em se tratando de uma cidade de pequeno porte, com zona rural extensa. Percebi que os trabalhos comunitários ou mesmo “popularidade”, especialmente em localidades rurais<sup>29</sup>, favorece a emergência de nomes femininos na política local.

## 2.2 MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS: RECRUTAMENTO E PARTICIPAÇÃO;

Os partidos políticos são ferramentas indispensáveis à democracia representativa e tem papel de suma importância nas eleições (SACCHET e SPECK, 2012a; MERLO, 2018; ARAUJO, 2005;). Num país como o Brasil, onde não se tem candidaturas independentes, eles são cruciais para fazer o chamamento à política. Teresa Sacchet e Bruno Speck (2012a) apontam:

“Em países onde inexistente a possibilidade de candidaturas independentes, como no Brasil, os partidos são essenciais para o recrutamento para a vida pública. São eles que selecionam os candidatos, comandam as campanhas, seus tópicos e questões programáticas, organizam os representantes em bancadas, entre outras atividades centrais para o processo representativo. Assim, um aumento na presença política das mulheres requer necessariamente ação partidária.” (SACCHET e SPECK, 2012a, p. 420).

Parte da literatura especializada do Brasil aponta que os partidos políticos exercem considerado grau de controle de suas listas e candidaturas, com os recursos que possuem, a partir da diferente distribuição deles aos candidatos, seja dinheiro, tempo de propaganda

---

<sup>29</sup> Tanto na minha pesquisa, como na minha experiência (de quem conhece de perto a política local), afirmo que ter maioria de votos num determinado distrito, numa localidade rural populosa do município, pode ser decisivo para conseguir sucesso nas urnas. Qualquer candidato, seja homem ou mulher, sabe que precisa se dedicar a visitar os distritos e povoados ao redor da cidade durante a campanha e também geralmente já se sabe quais os políticos que tem reduto de votos na maioria das localidades.

eleitoral gratuita, recursos humanos e outros capitais da máquina partidária (CARNEIRO, 2008; REZENDE, 2016; REZENDE e SILVA, 2018; SACCHET, 2011; MERLO, 2018).

Há tempos se discute sobre o papel central dos partidos, em fazer o recrutamento de mulheres para a política e fornecer os recursos necessários para que estas possam competir em igualdade com os homens. Há disposições específicas para os partidos acerca da formação de lista dos candidatos e de distribuição de recursos dos quais o partido disponha tanto na Lei Eleitoral, na Lei de Partidos Políticos, bem como decisões recentes do STF e do TSE a esse respeito. A obrigatoriedade no preenchimento das listas de candidaturas com o mínimo de 30% e no máximo 70% para cada sexo, o repasse de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para as candidatas estão entre as principais medidas (temas explorados nos caps. 3 e 4, respectivamente).

Porém, pode-se considerar que mesmo com as disposições legislativas, os dirigentes partidários têm um grau de liberdade para fazer o recrutamento, compor suas listas e distribuir os recursos. Isso fica claro, quando se vê a indicação de candidaturas e o apoio maior a uns em detrimento de outros (MERLO, 2018; SILVA, 2018;). A tendência dos dirigentes partidários é recrutar, lançar candidaturas e distribuir a maior parte dos recursos a quem julgam “bons de voto”, candidatos que tenham chances maiores de se eleger (MEIRELES e ANDRADE, 2017).

Seguindo essa linha, temos o primeiro óbice ao recrutamento e indicação de candidaturas de mulheres, pois os dirigentes partidários tem a ideia de que as mulheres são menos competitivas e que é mais difícil serem eleitas (MEIRELES e ANDRADE, 2017). Também há uma preferência em lançar candidatos que possuam um capital político considerável, já conhecidos no meio político e que já ocuparam algum cargo eletivo anteriormente (ARAÚJO, 2005). Como a política foi formada historicamente por homens, as mulheres muitas vezes ainda são novas e desconhecidas nesse campo, o que também dificulta a escolha de seus nomes para candidaturas e para disponibilização dos recursos partidários.

Segundo Clara Araújo (2005), a tendência é que os partidos de esquerda elejam mais mulheres que os de direita. O que se coaduna com Daniela Rezende (2016), cuja pesquisa traz que estudos apontaram que partidos de esquerda elegeram mais mulheres que os de direita ou centro. Contudo, outro estudo mostra que mulheres em partidos de centro e direita, são as que mais se elegem para cargos de vereadora, então é possível supor que as mulheres ativas politicamente no Brasil estão sob diversos espectros ideológicos (BOHN, 2009). Assim como

a literatura aponta que em partidos de direita é onde predominam mais mulheres com relações familiares com políticos, enquanto que nos de esquerda, esse fator se reduz consideravelmente (MENEGUELLO et al, 2012). No caso de Condeúba em particular, isso se verifica parcialmente. De fato, parte das mulheres eleitas a um cargo eletivo na cidade (prefeita, vices prefeitas, uma das vereadoras) pertence à elite política local. Tinham/tem parentesco com líderes políticos ou herdeiros desses líderes na cidade ou zona rural e estas, pertencem/pertenceram em sua maior parte a partidos de direita ou centro (PFL, PMDB, PSD, PP)<sup>30</sup>. Assim como mulheres que vieram de núcleos mais populares e não estão ligadas por parentesco a nenhum líder político, tanto se encontram em partidos de esquerda e centro-esquerda (PC do B, PT, PSB), mas também de direita (PHS<sup>31</sup>, PSDB).

Em verdade, no caso da política local, numa cidade pequena, por mais que a ideologia defendida pelo partido possa contar para filiação e militância dentro desse, bem como haja uma fidelidade partidária, especialmente dentro daqueles partidos de esquerda<sup>32</sup>, contudo, muitas vezes, o aspecto ideológico não é considerado, tanto em partidos de direita como de esquerda. Porque o que acaba se sobrepondo são os interesses dos grupos políticos locais e para as pessoas que se filiam, que trocam de partido, o que está preponderando ali na maioria das vezes, não é sua ideologia política, mas sim o quanto pode ser estratégico a mudança de partido para se inserir em outro grupo, por conta de conflitos internos com a cúpula do partido, ou para compor uma coligação forte, com grandes chances de obter mais votos.

Na minha pesquisa, entrevistei oito mulheres e cinco homens (presidentes partidários), que responderam a perguntas relacionadas ao seu partido como: seu partido incentiva a participação de mulheres? Já houve mulheres ocupando cargos no diretório do partido? As mulheres pertencem ao PT, PMDB, PSDB, PC do B, PRB e PSOL e os presidentes e a presidenta partidária são do PSDB, PC do B, PSD, PMDB, PRB e PT.

---

<sup>30</sup> Lembrando que quanto ao PP, trata-se da ex-vice Jesuína, que era filiada ao PT e depois se filiou ao PP, apenas para compor a chapa com o então candidato a prefeito, uma vez que ele já era do PT, e não seria possível formar a chapa com o candidato a prefeito e a vice do mesmo partido. Aqui temos um exemplo de coligações e alianças entre partidos de espectro ideológico distinto, (PT e PP) que ocorre com frequência em diversos locais do país, mostrando que alianças locais e questões estratégicas se sobressaem a ideologia partidária no Brasil. Ex: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes.nas-eleicoes-2018-pt-se-alia-a-partidos-que-apoiaram-impeachment.70002436822>>, acesso em 28/04/2020.

<sup>31</sup> O PHS (Partido Humanista da Solidariedade foi incorporado recentemente a outra sigla partidária, o PODE (Podemos). Fonte: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Setembro/plenario-aprova-incorporacao-do-phs-ao-podemos>>, acesso em 29/04/2020.

<sup>32</sup> Essa observação se coaduna com os dados trazidos por Clara Araújo (2010) com relação à fidelidade partidária: “O partido como espaço ideológico tem algum ou mais significado para aqueles informantes pertencentes às agremiações de esquerda; e isso é válido para ambos os sexos” (ARAUJO, p. 575, 2010).

As mulheres, no geral, foram incisivas quando perguntadas sobre se os seus partidos incentivam a participação de mulheres. A maioria disse sim, principalmente pela questão da obrigatoriedade da cota de 30%. Acreditam que a criação dessa política favoreceu o recrutamento de mulheres, porém, reconhecem que muitas delas são recrutadas e inscritas candidatas apenas para cumprir as cotas, que não há uma formação, uma conscientização dentro dos partidos para que as mulheres tenham candidaturas competitivas, para que elas adentrem o campo de fato.

Helena, com quem conversei, já fez parte do PMDB, na época em que os grupos políticos na cidade eram chamados ainda de “monturos” e “melecheus”, militante do PSOL atualmente (se filiou há pouco tempo), militante do PT por cinco anos, me relevou que já quis ser candidata à vereadora três vezes e teve sua candidatura desestimulada pelos dirigentes partidários à época. Acredita que os presidentes dos partidos na cidade não incentivam a participação efetiva de mulheres, apenas há o interesse em inscrevê-las para cumprir as cotas. Também pontuou que ainda não há na cidade uma consciência da população sobre a importância de mulheres estarem ocupando o espaço da política e teve uma fala que me chamou atenção: “Quando a gente quer se candidatar, eles sempre dizem para não ser agora, para fazer campanha para outra pessoa, é como se a gente sempre fosse um trampolim para outros candidatos se elegerem”. Essa frase me chamou a atenção, por expressar algo que a literatura mostra incisivamente, que as mulheres não são estimuladas a se candidatar, que acabam “servindo” apenas como meio para eleger outros homens (SILVA, 2018;).

A ex-presidente partidária Carolina, também mencionou isso em determinado momento de sua entrevista. Ela disse que quando alguém do grupo colocava o nome dela como possível candidata a prefeita nessa eleição, há quem dizia que “ainda não é esse o momento”. E ela indagou na entrevista: “Aí eu me pergunto, qual seria o momento então? Porque sempre dizem pra gente: esse não é o momento ainda, deixa para depois”. Quantas mulheres podem ouvir o mesmo? Contudo, a própria Carolina disse que acreditava precisar de mais experiência antes de se lançar candidata, mas é possível que tenha mudado de ideia, pois já se apresenta como pré-candidata a prefeita e seu nome já vinha sendo citado como candidata à prefeitura por parte da oposição.

Quanto ao que foi apresentado e em se tratando de recrutamento partidário e incentivo as candidaturas femininas, é preciso pensar na concepção de gênero de homens e mulheres. Estudos indicam que lideranças masculinas dos partidos e também as mulheres filiadas ainda

tem arraigada à ideia de que mulheres não são competitivas e por isso não são recrutadas (ARAÚJO, 2005). Muitas mulheres não se reconhecem como “boas de voto”, o que as afasta da arena política, sem contar o conservadorismo da população, ainda arraigada à ideia de que a política não seria um lugar adequado à mulher. Duas das mulheres entrevistadas me disseram que há pessoas na cidade que falam “Uma prefeita mulher? Ah, podia colocar a mulher como vice, e um homem na cabeça da chapa, mas uma mulher?”. Esse tipo de fala evidencia os preconceitos ainda existentes a presença da mulher em espaços de poder, a ideia de que elas são menos competitivas e com menos chances de se eleger. Considerando também uma percepção de que os espaços de poder são para os homens – e homens brancos em particular - essa ideia de que o poder é eminentemente masculino e corrupto, afasta e desmotiva grupos excluídos e *outsiders*, o que inclui as mulheres, a adentrarem esse espaço da política (ARAÚJO, 2010).

Outro ponto que prejudica as mulheres, mesmo quando recrutadas e filiadas a um partido, é o peso que o capital financeiro tem na disputa política. No Brasil, onde o sistema é proporcional de listas abertas, o candidato tem que adquirir recursos individualmente para campanha e a competição é intrapartidária, o que torna as campanhas caras. Estudos indicam que as mulheres normalmente arrecadam menos que os homens na disputa, mesmo quando estão buscando a reeleição, então, como deter recursos financeiros confere vantagem na disputa, à tendência é que menos mulheres sejam eleitas (SACCHET e SPECK, 2012a; SACCHET e SPECK, 2012b; SACCHET, 2013).

Por outro lado, ainda que as mulheres sejam preteridas para candidaturas e distribuição de recursos, aumenta cada vez mais a necessidade delas dentro dos partidos e o lançamento de candidaturas femininas. Isso porque, além da política de cotas que já movimentou bastante os dirigentes partidários a recrutarem mulheres para cumprir a cota de 30% de candidatas femininas, temendo sanções da Justiça Eleitoral, outra questão surgiu no decorrer do tempo: a crescente demanda social por representatividade de grupos sociais diversos nos processos políticos, incluindo as mulheres.

Como já explicado no tópico anterior, as mulheres tem mais chances eleitorais no sistema proporcional do que no majoritário. Em se tratando do sistema proporcional, os partidos tem a possibilidade de lançar uma lista com vários candidatos. Como são numerosas vagas, há possibilidade de compor a lista com candidatos representando grupos sociais variados, atendendo um apelo coletivo da sociedade por mais diversidade e representação de grupos nos sistemas de poder (ARAÚJO, 2005; SACCHET, 2013;). “A não inclusão de

pessoas oriundas de grupos sociais considerados relevantes socialmente e com apelo eleitoral, como são as mulheres atualmente, poderia ser vista como discriminatória” (ARAÚJO, 2005, p. 195).

É importante frisar que partidos não são estruturas imóveis no tempo, eles mudam para se adequarem ao contexto sócio-político a que estejam vinculados (ARAÚJO, 2005). Por isso algumas legendas e líderes partidários querem recrutar mulheres e lançar candidaturas femininas, nem sempre por conta de uma questão ideológica ou consciência de que é preciso dar espaço a mulher na política, mas por uma questão estratégica, com uma ideia de que candidaturas femininas darão uma imagem inovadora à sigla, o que também pode gerar voto.

Outra questão que merece destaque no que tange o lançamento de candidaturas de mulheres é, o quanto é crucial que sejam escolhidas candidatas competitivas (BOHN, 2009). Esse ponto merece destaque porque se os líderes partidários lançarem candidaturas de mulheres visando apenas o cumprimento das cotas, não se preocupando em lançar candidaturas competitivas<sup>33</sup>, o que se terá é o lançamento de “candidatas laranjas” (assunto tratado no cap. 3) e elas serão derrotadas nas urnas (MERLO, 2018; BOHN, 2009), portanto, homens continuarão sendo eleitos em grande escala e mulheres permanecerão sub representadas. Se não forem inseridas mulheres competitivas, sendo o sistema proporcional de lista aberta, a política de cotas acaba não tendo eficácia.

Algumas pontuaram que também há falta de conscientização das mulheres, da importância do seu papel na política. A maioria dos entrevistados (mulheres e homens), opinaram que grande parte das mulheres não se engajam politicamente, por medos e preocupações diversas, medo de estar num ambiente predominantemente ocupado por homens, medo do julgamento que os políticos enfrentam no geral, medo do preconceito, por ser mulher (MENEGUELLO et al, 2012), também porque historicamente, as mulheres foram colocadas como as responsáveis pelos trabalhos domésticos e cuidados com os filhos e desde sua inserção na esfera pública, ou mundo do trabalho remunerado, estas enfrentam uma dupla ou tripla jornada de trabalho (SILVA et al, 2011), o que constitui mais um obstáculo e temor para as mulheres adentrarem a política. Duas ex-candidatas disseram que não consideram que seus partidos incentivem de fato a participação feminina e que não lhes deu todo apoio

---

<sup>33</sup> Sobre candidaturas competitivas, Simone Bohn (2009) aduz: “se o(a) candidato(a) concorre à reeleição, seu nível educacional e, sobretudo, seu portfólio pretérito de posições políticas eleitas e não-eleitas, entre outras, são características que tornam cada candidatura mais ou menos competitiva” (BOHN, 2009, p. 69).

necessário que precisavam em sua candidatura. Uma das entrevistadas relatou que nunca foi convidada para uma reunião do seu partido. A maioria disse que só frequentava as reuniões na época da candidatura e apenas três relataram ter participação ativa no partido.

Da fala das mulheres, se percebem algumas questões centrais: os dirigentes dos partidos vem fazendo um recrutamento, principalmente por causa da política de cotas, mas não trabalham dentro deles com a formação das mulheres para criar candidatas competitivas. Também pude perceber, pelas suas narrativas, que a maioria das mulheres entrevistadas não tem atuação dentro das siglas, se voltando a elas apenas na época da candidatura. Isso tanto pode ser um sintoma de que não há um engajamento real com o partido, como também pode exprimir a ausência do chamamento das filiadas às reuniões, como foi dito por uma das entrevistadas, ou mesmo a ausência de reuniões frequentes.

Quanto aos homens, todos os presidentes de partidos ativos na cidade, afirmaram categoricamente que suas legendas incentivam a participação de mulheres, pelo menos em âmbito local. Disseram que fazem o recrutamento delas, que as convidam a se filiar, a militar no partido, a se candidatarem. Mas encontram resistência nelas em aceitar. A maior parte deles reconhece que existem muitos óbices para esse engajamento feminino. Opinam que ainda há preconceito contra mulheres no meio político e que estas muitas vezes são impedidas de participar da política por questões familiares (dupla jornada de trabalho, “proibição” por parte do cônjuge, falta de recursos financeiros, etc). Dois deles pontuaram que também tem a questão vocacional. Se a mulher é vocacionada para a política, ela vai entrar na vida pública, mesmo com os obstáculos. Quase todos os entrevistados declararam que tem muita dificuldade em encontrar mulheres dispostas a se candidatar e competir efetivamente. Mas alguns deles consideram Condeúba, um exemplo em termos de participação feminina, pelo fato de já ter tido prefeita, duas vices e quatro vereadoras, pois em outras cidades da região, esse número ainda é mais baixo ou zero.

O que mais se destaca na maioria das entrevistas, especialmente as que foram feitas com os presidentes partidários, é o que relatam sobre a dificuldade de encontrar mulheres que queiram de fato entrar na política. Um disse que elas não se interessam pela vida pública. Mas a maioria concordou que independente de querer ou não, são muitos os obstáculos que uma mulher precisa superar para ser ativa na política. Outro fato digno de nota, é que, no período de eleição, as mulheres se organizam em grupos para fazer campanha para o candidato a prefeito geralmente. Na eleição de 2012, existiram dois grupos organizados nessa linha: “as



mulheres do PT” e “as mulheres do 55”. Essas mulheres organizaram reuniões, passeatas, se engajaram bastante na campanha. E não foi apenas nessa eleição. “As mulheres aqui são muito ativas na época da eleição, fazem campanha, porém, não se vê o mesmo interesse quando a questão é se candidatar”, disse um dos presidentes partidários.

Os motivos que levam a essa falta de engajamento, ou coragem de adentrar a política formal, são inúmeros, como já citado acima, a dupla ou tripla jornada de trabalho, o medo de estar num espaço hegemonicamente masculino, o medo do preconceito. E também a crença de que os espaços de poder não são para mulheres (ARAÚJO, 2010), considerando ser uma cidade pequena, que tende a ser mais conservadora e perpetuar valores patriarcais, essa questão se amplia (COSTA, 1998).

Em contraponto, uma das entrevistadas, ex-candidata a vereadora, disse que há muitas mulheres capacitadas no município, para estarem na política, porém, acredita que elas são desestimuladas.

“Eu acredito mais que é o machismo, porque as pessoas acham que a mulher não tem a mesma capacidade que o homem, inclusive uma decepção minha também foi essa, eu me sentia capacitada, pra estar ali, eu achei que eu, pela experiência que eu tinha de direção, até na assistência social, de lidar com alunos a tanto tempo, das pessoas me conhecerem tanto, eu imaginei que não ia ter essa dificuldade, mas quando eu cheguei lá, “ah, porque você escolheu isso pra você” [se referindo a ter entrado na política], já vai desanimando...” (EM03)

“eu acho que deveria dar mais oportunidade para as mulheres, que deveria ter mais cotas, e tem muita mulher aqui com capacidade de liderança, pra fazer muito por Condeúba, não tem a oportunidade, e não tem o incentivo, quando ela pensa nisso, aí já vem “você só tá concorrendo, né”, “não tá valendo não né”, isso faz a mulher desanimar. E ela sabendo que ela pode! Tanta coisa que a gente pode fazer pelas mulheres, não é feito quase nada pelas mulheres aqui em Condeúba. [sobre possíveis candidaturas só pra cumprir as cotas] não, não é efetivo. Acho que as mulheres deveriam ser mais incentivadas, para que elas tivessem coragem de lutar, inclusive para que essas cotas fossem aumentadas, tivessem mais pessoas, porque existem muitas mulheres aqui que tem essa condição...” (EM03)

Também precisa ser pontuado que os presidentes partidários informaram que mulheres já ocuparam algum cargo na diretoria do seu partido em algum momento. Três relataram que já tiveram presidenta, o PT, o PMDB e o PSD. O presidente do PC do B disse que o partido foi o que mais lançou candidaturas femininas desde 2012 e a ex-presidenta do PT, informou que o partido cumpre com a obrigatoriedade na paridade de gênero dentro da diretoria do partido. O presidente do PC do B pontuou que ele é um dos membros da oposição que sugeriu o nome de Carolina, ex-presidenta do PT, como candidata a prefeita nas eleições desse ano. Miguel (nome fictício) me disse que defende a candidatura de Carolina, tanto pelo fato de que

ela fez uma boa gestão à frente da secretaria de assistência social, bem como por ser um nome novo na política municipal e também por ser mulher, para ter uma prefeita novamente no município. Uma frase de Miguel que se destacou foi: “A gente tem que inserir as mulheres na política, não só pela questão da igualdade, mas também por uma luta de melhoria na política, na corrupção. A imagem dos políticos tradicionais está muito desgastada. Muita corrupção, a nível nacional. E a política até hoje tem sido feita por homens, então, a mulher representa a inovação, quem sabe, o combate efetivo da corrupção”.

Essa fala expõe uma percepção que não é só dele e encontra respaldo na literatura. A ideia das mulheres como sinônimo de inovação na política, de serem menos corruptas, pode ser apontada como motivo de recrutamento e escolha de candidatas.

Estudos demonstram que um fator decisivo na entrada da mulher nos parlamentos é a força de suas candidaturas, algo que pode estar ou não associado ao seu gênero – ou seja, à sua condição de mulher. Em eleições específicas, as candidaturas femininas ganham vantagem pelo fato de as mulheres – justamente por serem novas na política – serem vistas como menos corruptas, menos envolvidas com interesses privados e mais comprometidas com o bem-estar geral da nação. (BOHN, 2009, p. 69).

Também poderia ser pontuado que, quando um partido recruta mulheres, incentiva outros também a fazê-lo (ARAÚJO, 2005; BOHN, 2009;), pelo temor de serem considerados retrógrados e não se adequarem as demandas sociais de que mais mulheres participem da política.

Os argumentos levantados acima mostram que, a depender do contexto da eleição, ou mesmo da estratégia usada pelo dirigente partidário, pode se apresentar oportuno (ou não) lançar candidaturas femininas. Então, se por um lado, parte dos dirigentes partidários pode achar arriscado lançar e apoiar candidaturas de mulheres por estas serem novas na política e acumularem menos capital político, por outro lado, há aqueles que consideram isso positivo, como um chamariz de votos para sua legenda. O contexto e a localização também irão influir nessa escolha.

Diante tudo que foi exposto sobre recrutamento partidário e participação partidária de mulheres na política local, pode-se concluir que ainda há controvérsia quando se trata de entender a razão de porque poucas mulheres são engajadas na política partidária, se candidatam e são eleitas na cidade. Nesse texto foram exploradas duas linhas argumentativas para tentar explicar porque os partidos políticos falham no quesito de recrutamento de mulheres, bem como de lançar candidaturas competitivas femininas.

A primeira é de que os dirigentes partidários não enxergam as mulheres como competitivas e a perpetuação do machismo e da visão de que a política não é para elas acentua esse óbice. O segundo é de que o problema reside no fato de as mulheres, por inúmeros motivos, não se engajarem na política partidária, e por isso a dificuldade em fazer esse recrutamento. Também foi exposto que o contexto da eleição, a posição ideológica do partido ou mesmo questões estratégicas, contam para a decisão de lançarem mais candidaturas de mulheres ou não, especialmente se for candidatura a cargo majoritário. No caso específico da cidade de Condeúba, com base nas entrevistas, eu poderia considerar que há de fato baixo engajamento das mulheres na política formal, por motivos que serão discutidos no capítulo 5. Por outro lado, há que se pensar, de que modo os dirigentes partidários estão incentivando e promovendo a filiação de mulheres e o lançamento de candidaturas como afirmam fazer.

### 2.3 OS DESAFIOS E CONFLITOS VIVENCIADOS PELAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER;

São muitos os desafios que permeiam a trajetória de mulheres na sua entrada e ascensão à vida pública. Na minha pesquisa, bem como na literatura, vemos citados relatos que evidenciam os obstáculos que mulheres políticas enfrentam, de modo que dificultam e até mesmo impendem o protagonismo delas no meio político-partidário (SALOMÃO, 2006; BEARD, 2017;). Seja barreiras institucionais como o sistema eleitoral do país, ausência de apoio do partido quando quer se candidatar, ausência de recursos financeiros (SACCHET, 2015; SACCHET, 2013; ARAUJO, 2010;) a falta de incentivo, sobrecarga de atividades, na esfera privada e pública, bem como preconceitos ligados ao seu gênero/sexo (BEARD, 2017).

Nessa seção, discutirei as situações narradas por cinco mulheres que entrevistei na minha pesquisa, com relação a circunstâncias nas quais se sentiram vítimas do machismo em espaços de poder. Quatro foram de antigas ou atuais vereadoras e uma da ex-presidente municipal do partido dos trabalhadores – PT. A partir das questões apontadas por elas, podemos observar como mulheres de vida pública podem ter suas posições, falas e modo de gestão, colocados à prova ou desconsiderados dentro de espaços de poder.

Carolina, presidente do PT em Condeúba no período entre novembro de 2017 a outubro de 2018, e militante no partido há 16 anos, estava sem partido à época da entrevista e pensando na possibilidade de filiação ao PSOL. Perguntei o que a motivou a deixar a presidência e sair do partido depois de tanto tempo, e ela me relatou que os problemas em sua gestão no partido se deram pelo fato de que ela não conseguia “caminhar com as próprias

pernas”, isto é, que outras pessoas dentro do partido queriam sempre interferir nas decisões. Ao falar sobre isso, ela pontuou que é o que muitas mulheres podem passar em cargos políticos ou de gestão, em qualquer cidade e partido.

“Porque você não consegue conduzir, as mulheres não conseguem conduzir esse processo de administrar o próprio partido, de também colocar o seu jeito, mostrar o seu jeito de pensar, você precisa ser conduzida pelos homens, como se você fosse um boneco de ventríloquo, algo que alguém vai te manejando. “Olha, você faz isso aqui”, “olha isso aqui”, como se você não tivesse visão própria. [pergunta se o que ela identifica como motivo da saída da presidência foi porque não se viu com autonomia para conduzir o partido] ela disse: Isso! Há esse jogo, infelizmente, um jogo político dentro dos partidos. Não vou dizer que é a maioria, mas alguns que sempre estiveram à frente do partido, pessoas que já caminharam, que já foram presidentes, eles tomam posse do partido, do papel que fizeram ali dentro, então não abrem espaço para que outras pessoas coloquem sua forma de pensar, que implementem seu trabalho, sua forma de trabalhar, de fazer, de conduzir a política. Então ficam querendo manipular, fazendo com que as decisões do partido passem sempre por eles. Se fosse a maioria, tudo bem, porque a gente sempre tem que trabalhar com a maioria [quanto às decisões do partido], mas o mais triste da política é a manipulação, de opiniões, de ideias, é o que entristece. Acho que não foi uma realidade local e não só o PT, mas que acontece em muitos lugares.”

A fala de Carolina, citada acima, exhibe uma realidade vivenciada por muitas mulheres que ocupam posições de decisão e poder tanto dentro como fora da política (MIRANDA et al, 2017;). Percebe-se pela sua fala, que ela não sentiu que sua voz era ouvida, que suas posições e ideias eram desconsideradas, ainda que de forma sutil. Observe quando ela diz “mas alguns que sempre estiveram à frente do partido, que já caminharam, que foram presidentes, eles tomam posse do partido, do papel que desempenharam ali dentro, então não abrem espaço para que outras pessoas coloquem sua forma de pensar, que implementem seu trabalho”. Essa fala pode evidenciar não apenas a hipótese do machismo - quando homens não aceitam a condução dos trabalhos e decisões de uma mulher em posição hierarquicamente superior a sua, quando elas são diminuídas no lugar que ocupam, tendo seus posicionamentos desconsiderados - mas também demonstra como se estabelecem determinadas relações e arranjos de poder dentro dos partidos políticos. Isso porque pessoas que já ocuparam cargos de poder dentro das siglas, e na maioria das vezes foram homens, uma vez que esses historicamente ocupam esses tipos de posições, se sentem “donos” da sigla, a ponto de querer que sua ideia ou vontade prevaleça nas decisões partidárias, ao invés de haver um respeito quanto às decisões da executiva do partido ou diretório<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Pontuo que não estou afirmando que isso tenha acontecido nesse caso, a minha análise e as hipóteses que surgem se baseiam no relato da entrevistada.

Ao falar sobre essa questão dos problemas que Carolina enfrentou a frente do partido, eu a questioneei sobre um conflito do qual eu já tinha um conhecimento prévio, que foi o momento em que a cúpula do partido não chegou a uma decisão unânime acerca da indicação do candidato a presidência da câmara legislativa da cidade. O partido se dividiu e não conseguiram chegar a um consenso, pois dois vereadores do PT queriam lançar sua candidatura à presidência, e de fato lançaram. Sobre isso ela disse:

“Foi um momento muito turbulento do partido. Eu fiquei chateada, foi um momento muito difícil para mim à frente da presidência do partido. Tanto porque eu queria que a chapa da vereadora Débora fosse lançada, como porque foi muito ruim não termos chegado a um consenso dentro do partido sobre quem lançaria a chapa. Queria que fosse a candidatura dela e que fosse única. No fim nenhum dos dois desistiu de colocar seu nome. O vereador Maurillo foi eleito tanto por vereadores da oposição, como da situação”.

O contexto narrado acima evidencia o conflito dentro do partido, diante dessa questão que surgiu. Mas essa situação de uma mulher colocar seu nome para disputar a presidência da Câmara Municipal e ser deslegitimada não aconteceu só uma vez. Duas entrevistadas me relataram ter almejado a presidência da Câmara, durante seu período de legislatura, e não obtiveram todo apoio que precisavam dentro do seu partido ou grupo político, fato esse que lhes causou decepção e frustração. Diferenciarei uma mulher da outra as denominando EM01 e EM02, para garantir seu anonimato.

As duas mulheres que me narraram esse evento, demonstraram decepção com pessoas que acreditavam que as apoiaria, e que acabou apoiando o vereador que veio a se eleger naqueles contextos. Disseram-me que acreditam que existiu sim, uma parcela de machismo naquelas situações, por parte dos homens que lançaram suas candidaturas e se negaram a apoiá-las, assim como de outras pessoas que tentaram fazê-las desistir de disputar o cargo. A vereadora EM01 tinha o apoio do presidente do seu partido na época, e de outras pessoas dentro e fora do partido, segundo me contou, e outra parte dos membros partidários apoiavam a candidatura do outro vereador. Como não houve consenso, os dois lançaram suas chapas e o vereador venceu a disputa com votos de vereadores da oposição e da situação. Já a EM02, contou-me que tinha o apoio do seu partido, mas não teve o apoio do líder do grupo<sup>35</sup> que fazia parte (e que também era o prefeito à época - anos 2008-2012 -), que apoiou o outro vereador. O conflito gerado por essa falta de apoio a candidatura para presidência da câmara

---

<sup>35</sup> Lembrando aqui o que já foi explicado na introdução: quando me refiro a grupo, se trata de um conjunto de pessoas que podem fazer parte de partidos distintos, mas que são aliados políticos na cidade. Fala-se “grupo do PMDB” ou “grupo do PT”, porque seus maiores líderes são dos partidos, contudo, também fazem parte desse grupo outros partidos.

pelo seu próprio grupo político, fez com que EM02 rompesse com ele e mudasse de grupo e de partido na legislatura seguinte.

A partir das questões narradas, é preciso discutir dois pontos. O primeiro é que, em se tratando de disputas políticas por cargos de poder e decisão, não podemos atribuir apenas ao machismo a razão pela qual essas mulheres não conseguiram apoio suficiente para se eleger presidentes da câmara. As entrevistadas creditam – também – ao machismo o motivo de não terem conseguido conquistar o apoio que precisavam naquele momento, mas é preciso frisar que pode ter havido diversos outros motivos que levaram a isso, como disputas internas de membros partidários, análise da conjuntura política naquele momento pelos líderes partidários e dos grupos, etc.

O segundo ponto que precisa ser discutido é, quando da eleição da primeira vereadora na cidade, no ano 2000, esta chegou à presidência da Câmara. Então é possível haver esse questionamento: porque Amália conseguiu a presidência e essas outras duas mulheres não conseguiram, mesmo tendo apoio de várias pessoas nos seus respectivos grupos? Temos que considerar que Amália era esposa de um líder político na cidade. Claro que outros fatores também podem ter contribuído para sua eleição, como a sua capacidade de diálogo, articulação, de formar alianças, etc. Porém, não podemos desconsiderar a influência e alianças políticas que seu marido possivelmente tinha àquela época, ao ponto dela conseguir maioria de votos e se eleger presidente da casa legislativa, sendo inclusive, a única mulher na Câmara naquele momento, em sua primeira legislatura e sendo a primeira mulher a se tornar vereadora na cidade.

Em contraponto, nos anos 2008-2012 e 2017 – 2020, as mulheres que pleitearam a presidência, não tinham ninguém da sua família com influência política para contribuir com as suas candidaturas. A narrativa de EM02 expressa à dimensão do conflito naquele contexto:

“Eu almejei a presidência da Câmara, na verdade não fui nem eu, foi o partido pelo qual eu estava eleita, o PHS, ele colocou “você vai ser, vamos colocar a chapa pra você se candidatar presidente da câmara”. E eu não vou negar, eu tive medo, mas o incentivo do partido foi grande e eu não podia me acovardar diante do partido, eu tive que ser corajosa, quando eles abraçaram a causa, eu enfrentei, eu fui discriminada não pelos vereadores por unanimidade, mas pelo candidato que também estava colocando a chapa dele, ele me humilhou muito, em frente os meus colegas na Câmara, ele batia com as mãos na mesa (...) então ele dizia: “quem vai ser o candidato sou eu, eu que vou mandar aqui, e vou lutar com todas as armas, nem que eu tenha que fazer...as palavras até foge”. Mas no final, teve a negociação deles lá com os vereadores, e na época, acho que agora não é diferente, o prefeito se envolve com essas situações, e o prefeito estava ali e dizia, “pra mim tanto faz você

quanto fulano”, mas eu via por trás dos bastidores, que o prefeito estava com outra ideia, para que fosse ele lá.”

“E esse candidato chegou até minha casa, quando os vereadores na época tanto situação quanto oposição, a oposição tinha maioria e eles me chamaram e falaram “coloca sua chapa, porque nós queremos você pra presidente da câmara, nós vamos votar em você”, só que eu, ainda com medo na época, “ah não, vou fazer uma briga dentro do grupo, e eu vou ser xingada, todo mundo vai achar que eu fui desonesta dentro do grupo, eu não vou fazer isso”, mas o candidato que estava almejando o mesmo cargo, ele veio até minha casa após essa situação, e me chantageou: se você não abrir mão da presidência da câmara pra mim, eu vou me aliar ao partido de oposição e vou ganhar”, eu disse: fulano, você não está sendo ingênuo, ele disse: não, porque o prefeito é do lado nosso, ele sabe já”. “Ele sabe porque vocês já estão combinados”. “Eu sei que o grupo pelo qual eu estou eleita não me quer como presidente, mas eu tenho direito lá dentro e vou enfrentar, e a maioria me querem como presidente” [ela disse].

Nessa última fala, a entrevistada diz que sabia que não tinha o apoio do grupo (grupo no sentido amplo, composto com partidos diversos) que fazia parte, mas que o seu partido, o PHS naquela época, queria e apoiava a candidatura dela e por isso ela sabia que tinha o direito de entrar na disputa, que era um desejo do partido e não somente dela. Então, diante a falta de consenso sobre quem lançaria sua chapa no grupo da situação, já que tanto ela, como o outro vereador, queriam a candidatura e tinham apoio dos membros do seu partido, foi pensado um acordo, como EM02 narra a seguir:

E aí teve um acordo, o prefeito chamou o presidente do meu partido, pra gente fazer uma ata, e a gente assinar, pra que ele [o vereador que também queria se candidatar] comandasse um ano e eu outro, que são dois anos. Ele gritava fortemente que ele não aceitava. “Fulano, vamos fazer o acordo, e eu ainda te dou o primeiro ano... “não aceito”. O prefeito da época assinou respondendo por ele, que no final do mandato de um ano, ele ia fazer uma reunião para que ele aceitasse que isso acontecesse. Mas ele não era obrigado porque não assinou a ata. Então, eu abri mão de botar a chapa, se fosse hoje eu não abriria mão. Mas nessa época eu tive medo, ainda estava iniciando na política, e tive medo, achei que poderia cair na política. [pergunto se acha que o fato de ser mulher implicou na resistência] sim, porque apesar do apoio do meu partido, me incentivando, eles [o grupo dele] estava realmente vendo a questão de eu ser mulher, ainda teve um que disse assim “mas tem que ser valente, EM02, tem que gritar, tem que bater na mesa”. E eu dizia que pra gente ter autonomia no seu trabalho, você não precisa gritar, você precisa ter regra, ter limites nas suas ações. Além da questão mulher, teve também a questão de interesses. Se o grupo estava querendo aquele candidato, é que já sabia que conseguiria fazer do jeito dele”.

Da fala acima, se observa que EM02 acredita que o fato de ser mulher contribuiu para que eles (seu grupo político) não aceitassem que ela fosse candidata, mas ela também opina que não foi apenas por isso. Que se o prefeito e outras pessoas queriam o vereador na presidência e não ela, é porque tinham outros interesses nisso. A vereadora EM01 não quis falar sobre o ocorrido no áudio de gravação, por isso não vou descrever sua fala aqui, mas no caso dela, ela não desistiu da candidatura e lançou a chapa, concorrendo com seu

companheiro de partido. Contudo, ele ganhou por maioria de votos. Considerando essas duas situações bem parecidas vividas por essas mulheres que ocuparam o cargo de vereadora na cidade, se percebe não apenas os interesses e alianças políticas se movendo junto com os grupos, como também a questão do gênero atravessando essas escolhas e decisões. Os fatos e opiniões narradas podem indicar que é mais difícil para mulheres conseguirem protagonismo em suas práticas profissionais, até mesmo quando já estão dentro de um espaço de poder, como é a Câmara dos Vereadores, como é mais difícil para fazerem alianças e ganharem apoio quando se trata de um cargo almejado, e que conseqüentemente gera uma disputa mais acirrada para alcança-lo.

A dificuldade expressa no parágrafo anterior, como se vê, não se trata de uma barreira institucional. Não há uma lei ou norma que impeça mulheres de serem eleitas vereadoras, deputadas, prefeitas, assim, como serem eleitas presidente da Câmara Legislativa, ser nomeada diretora executiva de uma empresa, etc. Essa barreira invisível é como um “teto de cristal”, ela impede/dificulta a ascensão das mulheres para ocupar cargos de tomada de decisões e poder sem que haja necessariamente um impedimento legal ou explícito a isso (MIRANDA et al, 2012). Teto de cristal, também chamado teto de vidro, é um conceito criado no final dos anos 80, nos Estados Unidos, e se refere a uma barreira sutil ou níveis de hierarquia, que as mulheres geralmente não conseguem transpor, pois parece que essas posições estão destinadas apenas aos homens (STEIL, 1997).

Esse teto de cristal que faz com que muitas mulheres, mesmo possuindo capital social e político, competência, e até mesmo aliados, muitas vezes não consigam apoio dentro dos seus partidos para se candidatarem, ou mesmo se candidatando, não conseguem apoio financeiro, nem espaço em propagandas e inserções eleitorais, o que as invisibiliza no processo eleitoral. Outra atitude recorrente, impedir mulheres de serem a “cabeça da chapa” e as destinarem sempre a cargos de vice, suplentes (SILVA, 2018).

Sobre a primeira vereadora eleita na cidade e primeira e única presidenta da Câmara até hoje, a qual nomeiei de Amália, quando a entrevistei, perguntei como foi ser uma vereadora num espaço onde só tinha homens.

“Sofri muito quando entrei, eram 10 homens, era só eu de mulher, eu sentia que os homens tinham aquela resistência, mas eu consegui mostrar pra eles o meu trabalho, depois que eles me conheceram eles foram ver que o trabalho da mulher não era aquilo que eles pensavam, né, então foi um trabalho bom. Fiquei muito amiga, consegui contornar muita coisa, a mulher tem aquele jeitinho, né, aquele jeitinho de dialogar, e com isso eu conseguir me manter, né, num trabalho tranquilo. Consegui também, melhorei muito na



época, porque na época que eu entrei, a Câmara não recebia o duodécimo, só recebia assim, fazia a conta de água, conta de luz, não passava o que era de direito da câmara, que era 8%, então ela não recebia, eu entrei na justiça, consegui! Comprei a sede própria, comprei carro, informatizei a câmara, né, então deixei um legado e tá aí até hoje.”

Ela me disse a seguir, que acredita que a resistência inicial a sua presença ali naquele espaço, se deveu ao fato da mulher estar mais ligada a maternidade, ao cuidado. Mas afirma que depois eles viram que ela conseguia fazer um bom trabalho e houve uma aceitação. Esse tipo de situação é recorrente, quando a mulher precisa provar que é capaz, competente, para estar ocupando um espaço de poder (MIRANDA et al, 2012), assim como também a ideia de que as mulheres pertencem ao espaço privado, aos cuidados com o lar e os filhos (OKIN, 2008).

Após as narrativas apresentadas e discussões levantadas nesse capítulo, foi possível observar quantos óbices, tanto institucionais como culturais, se interpõe no caminho de mulheres que querem entrar para a vida pública, ou que acabam adentrando esse espaço, mesmo não havendo um desejo prévio. Inclusive, um dos trabalhos que li discutia a respeito de que a maioria dos parlamentares homens entrevistados na pesquisa em questão, respondiam que tinham um desejo prévio de entrar na política, de ser candidato, enquanto que a maioria das parlamentares mulheres, disseram que entraram motivadas por circunstâncias diversas, embora não tivessem um desejo claro quanto a entrar na política e se candidatar, o que seria em outras palavras, definido como “a política como objetivo” e a “política como circunstância” (ARAÚJO, 2010). Na literatura e nas entrevistas, vemos como muitas vezes, as mulheres, por conta de sua socialização e contexto social, não veem a política como um caminho a seguir, e mesmo assim acabam entrando e constituindo uma carreira pública, mesmo com todas as dificuldades. Ao passo que também, há aquelas que são “preparadas” para a política pelos seus pares, familiares na maioria das vezes. Há aquelas que acreditavam ter capital social ou familiar suficiente para se eleger e foram frustradas nos resultados eleitorais. E também aquelas que são engajadas, querem se candidatar e não impedidas, desestimuladas. E percebemos como o universo da política ainda é perpetuado pelo machismo, pela ideia de que mulheres não são “boas de voto”, mas também vemos que a depender do contexto, candidaturas de mulheres representam inovação e possibilidade de melhorias na política, conforme alguns acreditam. Ao longo desse trabalho outros temas importantes que permeiam a jornada de mulheres que adentram a política serão explorados e discutidos, com a perspectiva de que, compreender as dificuldades que impedem a

representação igualitária entre homens e mulheres, é o primeiro passo para conseguir superá-las.

### **CAPÍTULO 3 - CANDIDATURAS E POLÍTICA DE COTAS;**

#### **3.1 SOBRE A POLÍTICA DE COTAS NO BRASIL;**

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, nossa legislação prevê a igualdade de gênero como algo crucial para uma democracia plena. Diante disso, se tornava necessário criar um cenário no qual o Estado e suas instituições deveriam produzir mecanismos para promover todas as mudanças necessárias para que as desigualdades entre homens e mulheres fossem sanadas (SILVA, 2015).

A partir do surgimento de uma lei, que é um instrumento no qual são formalizadas as conquistas jurídicas, é possível criar uma política pública passível de obter êxito. Aqui se entende políticas públicas como ações promovidas pelo Estado e que também podem estar articuladas com movimentos da sociedade civil, que objetiva consertar injustiças sociais. De acordo com Eloísa de Mattos Hofling (2001), política pública é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores diversos da sociedade.

No que tange a questão da paridade de gênero na política, conforme Sônia Wright (2011) embora o eleitorado feminino tenha crescido desde a conquista do direito ao voto para as mulheres, até os tempos atuais, a ponto de atingir a paridade com os eleitores homens, a representação das mulheres não seguiu a mesma proporção. Com isso, observou-se que não bastava à remoção das barreiras legais à participação das mulheres na esfera pública, para que elas alcançassem igualdade de resultados no campo político, e então se partiu para a experimentação de diversas estratégias políticas visando à ampliação da participação feminina na política institucional (WRIGHT, 2011).

Conforme Luis Felipe Miguel (2000), as propostas de ação afirmativa ganharam espaço cada vez maior nas últimas décadas, e é possível entender a razão. É como uma manifestação de desencanto com a democracia liberal. Durante muito tempo, a luta de grupos subalternizados foi pelo acesso aos direitos individuais e políticos prometidos pelo liberalismo e pela democracia, e ainda o é, até os dias atuais.

Em outras palavras, os mecanismos de ação afirmativa são a confirmação de que a mera igualdade formal é insuficiente; que ela perpetua, encobre e, em última análise, legitima a desigualdade substantiva (MIGUEL, 2000).

Conforme Luis Felipe Miguel (2000), no contexto brasileiro, o período de transição da ditadura militar para a democracia, incluindo a Assembleia Nacional Constituinte no final dos anos 1980, no movimento das feministas brasileiras se priorizava formas de ação basilares no campo da competição política, a necessidade da inserção de temáticas relativas aos direitos das mulheres nos programas partidários e campanhas eleitorais. Porém, a ideia de cotas ainda não era levantada e um maior número de candidatas era visto como algo positivo, mas secundário (ALVAREZ, 1990, SOUZA LOBO, 1991 *apud* MIGUEL, 2000).

A mudança de ação na década de 90 revelou o rápido desencanto, após a redemocratização, com a prática política tradicional. Esse fenômeno, inclusive, não atingiu somente as feministas (MIGUEL, 2000). Houve o reconhecimento dos limites da “política das ideias” – em que se julga que a *background* (grifo nosso) do representante possui relevância nula, contanto que o programa incorpore as demandas consideradas relevantes – e um deslocamento em busca de uma “política de presença”, isto é, a defesa de que todos os grupos sociais devem ocupar os espaços de poder (PHILLIPS, 1995).

Observa-se no trabalho de Phillips (1995), que ela traz uma revalorização do que chamamos de representação descritiva, uma vez que acredita que as instâncias de poder devem espelhar a sociedade. Não que uma (a presença) anule a outra (as ideias), mas é preciso entender os limites de cada uma e buscar um sistema mais justo que combine tanto a representação substantiva quanto a descritiva.

Conforme Teresa Sacchet (2013), um dos argumentos para uma maior presença de mulheres nas instâncias políticas é de que não é justo e democrático que sendo estas mais de 50% da população, estejam representadas em números tão baixos em esferas de tomada de decisão política. Para a autora, a democracia, nessa perspectiva, pressupõe que deve haver uma proporcionalidade na participação de diferentes grupos sociais no processo político-decisório.

Afirma Sacchet (2013), que mesmo autores tradicionais da teoria democrática como Dahl e Lijphart consideram a participação de diferentes grupos no processo decisório como um elemento necessário ao desenvolvimento democrático. Outro argumento evocado pela autora é de que o processo democrático requer a participação de uma gama de diferentes

atores sociais, com experiências diversas, para que dessa forma, possa ser consolidado um governo potencialmente mais representativo das visões e dos interesses de um número maior de pessoas.

Ainda que haja discussão em torno da política de cotas, por priorizar determinado grupo, teoricamente se contrapondo ao princípio da igualdade formal, assegurada pela Magna Carta, é crucial pensar como ela é um instrumento necessário para o processo de democratização, no sentido de ampliar a presença feminina nas instâncias da política institucional.

Conforme Teresa Sacchet (2013), as cotas podem ser aplicadas de três formas: preenchimento das listas eleitorais dos partidos ou coligações; reservas de cadeiras nas casas legislativas; e reserva voluntária de vagas pelos partidos, nas suas listas eleitorais. Quanto aos dois primeiros modelos citados, eles surgem a partir de norma constitucional ou criação de leis regulamentando tal política, e que é incorporada a legislação eleitoral. Sobre a terceira hipótese, pode ser adotada pelos partidos voluntariamente através de seus estatutos internos. No Brasil, o primeiro partido a instituir cotas para paridade no seu estatuto foi o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1991 e implementada em 1993 (SACCHET, 2013). Muitos países, incluindo os da América Latina que adotam cotas<sup>36</sup>, utilizam o modelo de preenchimento das listas eleitorais dos partidos ou coligações.

Nos últimos vinte anos, a maioria dos países da América latina sancionou leis de cotas objetivando reduzir as desigualdades de gênero na esfera política e garantir o efetivo cumprimento dos direitos políticos das mulheres. Quanto ao funcionamento e à efetividade desses mecanismos, existe variação em conformidade com o sistema normativo e de sua relação com o sistema eleitoral de cada país (MARTELOTI, 2016). Não obstante os progressos alcançados, ainda há grandes desafios pela frente, pois no caso do Brasil particularmente, a sub-representação feminina ainda vigora. A discussão sobre participação política de mulheres tem progredido na direção de cotas para paridade, o que já vem sendo alcançado por vários países. Porém, esse debate não pode ser traçado apenas num viés numérico e restrito ao âmbito público, mas vinculado com outras dimensões da autonomia feminina, em vista de que, somente quando forem alcançadas todas as condições para uma

---

<sup>36</sup> Países que adotaram alguma modalidade de cotas na América Latina: México, Argentina, República Dominicana, Haiti, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa, Brasil, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai, Paraguai. Fonte: IDEA International 2018 < <https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas> > acesso em 21/11/2019.

plena autonomia das mulheres, será provável alcançar uma democracia integral (MARTELOTI, 2016).

A Argentina foi o primeiro país da América Latina a aprovar uma lei de cotas de gênero, em 1991. A Lei 24.012<sup>37</sup>, que estabeleceu a obrigação de incorporar pelo menos 30% de mulheres nas listas no nível nacional, tornou-se um marco para a representação política das mulheres no poder Legislativo, em razão de que, a partir disso, a adoção de medidas de ação afirmativa se espalhou não só pela região, mas também pelo mundo (MARTELOTI, 2016).

Quanto ao Brasil, a medida das cotas para mulheres foi proposta inicialmente pela então deputada Marta Suplicy com a Lei 9.100/95:

“Artigo 11[...] § 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”.

Inicialmente, as cotas eram válidas apenas nas eleições municipais. Pode-se considerar que o percentual de 20% era exíguo para a pretensão desejada, que era a de buscar a igualdade entre homens e mulheres na política. Em 1997, na Lei 9.504/97, essa porcentagem foi aumentada para 30%. O artigo 10º, §3º da referida norma previa que cada partido ou coligação preenchesse com mínimo de 30% e máximo de 70% candidaturas de cada sexo nas próximas eleições, estendendo também as eleições estaduais e federais, para os cargos do legislativo. A questão era que essa disposição não era obrigatória e muitos partidos não cumpriam essa porcentagem com candidatas mulheres.

Luís Felipe Miguel (2000) considera que a legislação de cotas foi desde o seu início, no mínimo, tímida. O autor destaca que não há reserva de vagas no parlamento, apenas para candidaturas. Importante ressaltar que após o ano de 2009, com as mudanças na legislação eleitoral, o texto da Lei mudou de “reservará” para “preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”<sup>38</sup>. Retomando o pensamento do autor, ele dispõe que, além de não se reservar vagas nos parlamentos, não se inclui os cargos preenchidos por eleição majoritária, assim como os de “confiança”, ou seja, os cargos preenchidos por critérios políticos no Executivo, ou seja, a porcentagem de 30% para candidaturas nas listas partidárias está bem aquém da desejada paridade entre os sexos (MIGUEL, 2000).

Seguindo essa linha, se observa como a legislação de cotas não entrou em vigor com força suficiente para alterar de forma significativa a participação de mulheres na política.

<sup>37</sup> Disponível na íntegra em: “Ley 24012 [...]” InfoLEG, 03/12/1991, <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=4>> Acesso em 20 de outubro de 2018.

<sup>38</sup> Fonte: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm)> acesso em 02/11/2019.

Existiam brechas que foram bem utilizadas pelos partidos, como o ponto citado acima de que no início a orientação normativa era “reservar” vagas nas listas eleitorais.

Quando muda para “preencher”, se torna obrigatório que as vagas sejam de fato ocupadas pelo mínimo de 30% e máximo de 70% de cada sexo. Então se pode considerar que essa mudança de nomenclatura foi positiva. Alves, Cavenaghi e Alcântara (2007), ao analisarem a participação de mulheres nas eleições de 2004, afirmam que a política de cotas contribuiu para o aumento de representação parlamentar feminina, contudo, os resultados ainda eram baixos, devido à forma como a Lei foi estabelecida, quanto a não obrigatoriedade de se cumprir 30% e 70% por sexo. Após discorrer sobre isso, os autores fazem uma sugestão, ao dizer que a política de cotas estava funcionando, mas poderia ser mais efetiva, se houvesse uma reformulação na redação da Lei, que fosse garantido o preenchimento efetivo do percentual de 30% para candidaturas de mulheres.

Em 2009, com a emergência da Lei 12.034/09, que ficou conhecida como “mine-reforma eleitoral”, o dispositivo supracitado foi modificado para tornar obrigatório que o partido e/ou coligação preencha as candidaturas com os percentuais mínimos e máximos já citados acima. Esse percentual só se aplica aos cargos do sistema proporcional: vereadora, deputada estadual e deputada federal. Da observação dos dados das eleições de 2006, 2010 e 2014, é possível perceber que a obrigatoriedade no cumprimento da cota de 30%, reverberou num aumento do número de candidatas, mas não numa elevação considerável do número de eleitas<sup>39</sup>. É preciso ressaltar que em 2014, mesmo com a obrigatoriedade de preencher as cotas, o número de candidaturas foi de 30% e o de eleitas, 10%.

Com relação às eleições municipais, Vítor Peixoto (2017) traz que, mesmo com a Lei de cotas, o número de candidatas à vereadora se manteve abaixo de 20%, nas eleições de 1996 e 2000. Nos pleitos seguintes, em 2004 e 2008, esse percentual se elevou para pouco mais de 20% e somente após a mine-reforma eleitoral de 2009, o número de candidaturas femininas se estabeleceu acima de 30% (PEIXOTO, 2017). É possível inferir que houve um aumento no número de candidaturas devido o advento da política de cotas, especialmente após as alterações feitas na mine reforma eleitoral, contudo, quando se observa porcentagem de eleitas, não há aumento considerável.

---

<sup>39</sup> Os dados relativos a número de candidatas e números de eleitas nas últimas eleições foram consultados na nota técnica “As mulheres nas eleições de 2014”, elaborada no âmbito da Secretaria de Política para Mulheres, no ano de 2014, que objetivou fazer uma análise da participação, perfil e desempenho das mulheres, nas eleições de 2014.

Uma das estratégias sugeridas por mulheres políticas e alguns estudiosos da área é que fossem implantadas cotas nas casas legislativas e não apenas nas listas eleitorais, isto é, 30% das cadeiras da Câmara Federal, Estadual e Municipal estariam reservadas para mulheres, o que motivaria os dirigentes partidários a lançar candidatas competitivas. Num sistema eleitoral proporcional de listas abertas, como é o nosso, é preciso lançar candidatas competitivas, uma vez que, se isso não ocorre, as mulheres não serão eleitas e a política de cotas não será eficaz (BOHN, 2009).

Paradoxalmente a sub-representação feminina na política no Brasil, outros países da América Latina, com histórias parecidas no que se refere à exclusão das mulheres dos espaços de poder e o tardio direito ao voto feminino, a exemplo da Bolívia, onde o direito ao voto fora conquistado em 1947 e a participação efetiva das mulheres na política só se iniciou em 1949, alcançam números muito mais elevados que neste país no que se refere à participação de mulheres na política, inclusive a Bolívia já alcançou a paridade com 53.1% de mulheres na última eleição e ocupa o 3º lugar no ranking da Inter-Parliamentary Union, enquanto o Brasil ocupa nessa mesma lista, atualmente, a posição 131º, o que será explicado adiante.

### 3.2 SISTEMA ELEITORAL E POLÍTICA DE COTAS;

É importante frisar que para se entender porque países da mesma região global, que abarcam similitudes nos processos emancipatórios das mulheres, e que inclusive, possuem cotas para mulheres nas competições eleitorais, podem gozar de índices tão díspares quando se refere à representação feminina. Essa é a pretensão da maioria dos pesquisadores que visam compreender porque a política de cotas não tem a mesma eficácia no Brasil que tiveram ou tem em outros países da América Latina (SANTOS e BARCELOS; 2018; ARAUJO, 2010;).

Um dos elementos apontados pela teoria especializada sobre a dificuldade de superação da sub-representação feminina na política aqui no Brasil, se deve ao seu sistema eleitoral, que é o proporcional de lista aberta, sendo este tipo de lista problemática, quando se observa os percentuais de mulheres eleitas (HTUN, 2001; ARAUJO, 2010; SACCHET, 2015; SANTOS e BARCELOS; 2018;). Enquanto que na Bolívia e no México, por exemplo, que já alcançaram a paridade de gênero na política, os sistemas são mistos, tendo a parte proporcional com lista fechada. Fica evidente uma diferença relevante entre os países citados que poderiam explicar a diferença na porcentagem de mulheres ocupando cargos na política.

É importante pensar como questões culturais podem influenciar sobre a dificuldade na entrada e permanência de mulheres na política, quando visualizamos a construção social que, historicamente, colocou como lugar da mulher o espaço privado (cuidado com o lar, família,

filhos, etc) e o lugar do homem, o público (política, economia, empreendedorismo, participação em grêmios, sindicatos, clubes). À dicotomia público x privado estabelecida por uma sociedade machista não é uma peculiaridade do Brasil, sendo Bolívia, Peru, México e outros países com porcentagem maior de mulheres na política, locais que passaram por processos históricos similares aos daqui e que foram excludentes para as mulheres. Então diante disso, caberia pensar que as medidas institucionais estabelecidas em diversos outros países da América Latina, foram cruciais para superar a sub-representação feminina nesses países. Ainda seguindo a linha de Santos e Barcelos (2018), é necessário pontuar que na Bolívia também se criou medidas para garantir a igualdade na competição eleitoral, como por exemplo, obrigando os partidos a promover a igualdade de oportunidade entre os militantes, homens e mulheres e promover a participação de mulheres.

Tendo como base as leituras e a minha pesquisa, é possível inferir que a política de cotas não é suficiente para que se modifique o quadro da sub-representação de mulheres na política, ao passo que essa afirmação coaduna com diversas obras da literatura especializada (SANTOS e BARCELOS, 2018; SACCHET, 2015; HTUN, 2001; MIGUEL, 2000; ARAÚJO, 2006; SACCHET, 2012;). Santos e Barcelos (2018) mencionam sobre como no Brasil ocorrem fraudes e desonestidade no que tange ao cumprimento das cotas, aquilo que é chamado vulgarmente de “laranjas”: mulheres filiadas a partidos e inscritas como candidatas apenas para cumprirem a lei e que não recebem nenhum tipo de incentivo para competir efetivamente. Podemos observar até esse momento alguns pontos que distanciam o Brasil da Bolívia no caminho para a paridade de gênero: o tipo de sistema eleitoral de cada país, e pelo que houve no quesito criação e efetivação de políticas para promoção da participação feminina na Bolívia, enquanto que no Brasil, as mulheres são as que menos arrecadam (SACCHET, 2013) para fazer campanha e são preteridas pelos partidos. Assim como a Bolívia, vários países da América Latina já alcançaram índices elevados no desempenho eleitoral de mulheres, tais como Nicarágua, Equador, México, Argentina e Costa Rica (SACCHET, 2015).

Entender porque o Brasil ainda está tão distante da paridade de gênero nas câmaras altas e baixas, na contramão de vários dos seus vizinhos latino-americanos e outros países do mundo, vai além da legislação de cotas, por tudo que foi exposto até aqui. Outros pontos possuem grande relevância e se mostram como alguns dos principais desafios a serem enfrentados para a igualdade de gênero na política: financiamento de campanha - o que será discutido posteriormente - e o sistema eleitoral, conforme indicado por alguns autores.



O ponto a ser destacado nesse momento, é o sistema eleitoral vigente no Brasil. Como já foi dito anteriormente, o sistema eleitoral aqui é o proporcional de lista aberta, onde os eleitores escolhem diretamente seus candidatos, geralmente sem levar em consideração os partido ou coligações (NICOLAU, 2006). Há no mundo, os sistemas majoritário, proporcional e misto. E o sistema proporcional pode operar com listas abertas<sup>40</sup> e fechadas.

Teresa Sacchet (2015) aponta que pesquisas comparativas em diversos países indicam haver uma possibilidade maior de que mais mulheres venham a ser eleitas em sistemas de representação proporcional que em sistemas majoritários ou mistos. Porque desse modo, a disputa por elas é menos acirrada e é de interesse dos partidos comporem suas listas com representantes de diferentes grupos sociais tendo em vista a conquista de votos de diferentes setores da população. Segundo a autora supracitada, não obstante as cotas serem recomendadas por sua capacidade de alterar de pronto a composição do espaço político decisório, a sua eficácia depende de outros fatores.

Um dos fatores principais se refere a um Sistema de Representação Proporcional com listas fechadas e alternadas, isto é, quando existem regras que definam a posição dos candidatos de cada sexo nas listas de acordo com o percentual das cotas; e quando a justiça eleitoral no país é efetiva na penalização dos infratores da lei, compelindo assim o seu cumprimento (SACCHET, 2008). No sistema proporcional com listas fechadas, onde seja obrigatória a inserção das candidatas em posições favoráveis nas listas, respeitando a porcentagem de cotas, garante maiores chances para a elegibilidade dessas mulheres (SACCHET, 2008; BOHN, 2009). Como exemplo, dois casos de implementação de cotas bem sucedida na América Latina, que foram na Costa Rica e Argentina – países os quais em novembro de 2012 tiveram 38,6% e 37,4%, respectivamente de mulheres em suas Câmaras Baixas – demonstram que esses três elementos são substanciais no que se refere a uma maior elegibilidade de mulheres (SACCHET, 2013).

Os parágrafos acima dispõem alguns pontos indispensáveis para refletir sobre como o sistema eleitoral vigente no país hoje também pode contribuir para que as mulheres tenham menos chances de elegibilidade. Comparativamente, países que adotaram um sistema

---

<sup>40</sup> No sistema majoritário, o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos é eleito. O sistema proporcional é usado no Brasil para determinar os representantes da Câmara dos Deputados e Câmara dos Vereadores. O Sistema Eleitoral do País prevê a adoção de um sistema de lista aberta, na qual se reúne os votos gerais dos candidatos de cada partido. Tal ranking dá origem às listas partidárias, compostas pelos candidatos mais votados de determinado partido naquele pleito. Nos sistemas desse tipo, cada partido obtém um número de vagas proporcionais à soma dos votos em todos os seus candidatos, e estas vagas são distribuídas, pela ordem, aos candidatos mais votados daquele partido. Fonte: < <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/eleicao-majoritaria-e-proporcional> > acesso em: 04/11/2018. Na modalidade lista aberta, os eleitores votam diretamente no candidato e é esse candidato que tem que conseguir recursos para campanha.

proporcional de lista fechada conseguiram caminhar mais rapidamente para a paridade entre mulheres e homens em cargos na política institucional (ARAUJO, 2010). Embora a mudança do sistema eleitoral de lista aberta para lista fechada pudesse ser uma medida que beneficiaria as mulheres, segundo alguns especialistas em direito eleitoral, seria possível que essa medida também resultasse em questões negativas, como o fortalecimento das elites políticas (NETO, 2017; NICOLAU, 2004; SILVA, 1999;). Porém, pensando no quesito participação feminina na política, o fator sistema eleitoral de lista fechada e alternada é um ponto que tem se mostrado vantajoso para as mulheres em outros países, e também seria um instrumento para o fortalecimento dos partidos políticos e para baratear as campanhas eleitorais, como indicado por grande parte da literatura, uma vez que com as listas fechadas, não haveria mais o foco no candidato especificamente e sim na lista partidária, e todos os candidatos teriam que trabalhar em prol de conseguir votos para a lista partidária.

Dialogando com o trabalho de Teresa Sacchet em “Que Reforma Política Interessa as Mulheres?” (2015), fica demonstrado que o sistema representativo proporcional possibilita uma maior pluralidade e participação de grupos sociais diversos nos processos eleitorais, uma vez que possui mais vagas aos cargos. Quando há poucas vagas, ou uma, como no caso do sistema majoritário e misto, a tendência é que se escolha um homem para concorrer, porque eles normalmente possuem maior capital político e conseguem maiores arrecadações financeiras para a campanha. E que embora o sistema RP de lista aberta possa aparentar ser o mais democrático possível, no aspecto de permitir que o eleitor vote no candidato e não numa lista pré-ordenada, essa possibilidade acaba por favorecer aqueles que possuem maior capital financeiro (SACCHET, 2015) pelo que será discutido no próximo capítulo (a relação entre capital financeiro e elegibilidade).

Ante o exposto, temos premissas consideráveis para pensar como o sistema eleitoral é um ponto chave para uma maior ou menor elegibilidade de mulheres e porque o Brasil, apesar de já adotar a política de cotas, possui um dos índices mais baixos de representação feminina na política entre os países da América Latina. Como exemplo, no Brasil, nas eleições de 2018, foram eleitas 77 mulheres para o cargo de deputada federal, mediante a existência de 513 vagas, o que representa 15% de mulheres na Câmara Federal a partir do ano de 2019.

A teoria mostra pontos importantes que se relacionam com a política de cotas no Brasil. Os principais pontos destacados foram: as motivações para criar a política de cotas, mediante a baixa presença de mulheres nas instâncias da política institucional; o fato de que ainda que as cotas tenham gerado um aumento no número de candidaturas, não se observa no decorrer dos anos, um aumento considerável de mulheres eleitas; a situação de mulheres só

serem inscritas por conta das cotas, sem fazer campanha, nem obter votos; o entendimento de que apenas as cotas não conseguem por si só mudar o cenário político no que se refere às mulheres; e que outros pontos devem ser considerados, tais como o financiamento de campanha, apoio partidário e o tipo de sistema eleitoral do país, para o sucesso ou não de uma medida como a política de cotas.

A partir daqui, passo a analisar trechos das entrevistas realizadas, no que diz respeito a essa política. Os principais elementos destacados na literatura articulados com a pesquisa empírica serão: a importância da existência de uma medida como a Lei de Cotas; sua (não) eficácia; as mulheres colocadas como candidatas “laranja”; a falta de formação/apoio dos partidos. Os elementos da literatura escolhidos para serem articulados com as entrevistas são aqueles que melhor problematizam as questões trazidas pelas pessoas entrevistadas.

### 3.3 AS COTAS E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE AS CANDIDATURAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS;

Após as discussões acima, partimos para investigar como a política de cotas repercute na cidade estudada nesse trabalho. Nas entrevistas, entre outras coisas, se pretendeu buscar a perspectiva das mulheres que já concorreram a cargo no legislativo e dos presidentes dos partidos ativos na cidade, sobre se a política de cotas é mais ou menos eficaz numa cidade pequena como Condeúba, se ela gera efeitos consideráveis no âmbito de aumentar a participação de mulheres dentro dos partidos, nas candidaturas e também, se favorece indiretamente, uma maior elegibilidade feminina no município, também se buscou saber a forma como é vista a obrigatoriedade das cotas. Uma das perguntas do questionário para entrevistas foi: Qual sua opinião sobre a política de cotas? Acha que elas foram devidamente implementadas? Essa política impactou de alguma forma sua trajetória política? (essa pergunta somente no questionário das mulheres entrevistadas).

As respostas, embora diversas, tiveram um ponto em comum: todas e todos os entrevistados afirmaram que só as cotas não são suficientes para inserir as mulheres na política. Um fator importante, além das cotas, segundo as entrevistadas, é de que os partidos deveriam dar mais espaço e incentivo à participação feminina. Que as mulheres deveriam ter uma formação, para entenderem seu papel dentro da política e não serem apenas recrutadas a fim de cumprir as cotas. Há uma relação direta entre a teoria e a pesquisa empírica sobre os partidos não incentivarem de fato a participação ativa de mulheres, salvo aquelas que visivelmente possuem capital político para tal. E são pouquíssimas.

Em contrapartida, a maioria dos presidentes partidários entrevistados alega que seus partidos incentivam a participação das mulheres – na cidade em questão ao menos - que eles as “chamam” frequentemente para se filiar, candidatar, porém, há resistência. E discorrem que em vista da baixa quantidade de mulheres participantes dos processos políticos em Condeúba, isso acaba obrigando os partidos a buscar candidatas só para compor, em vista da legislação, que dispõe que deve haver o número de 70% e 30% para cada sexo nas candidaturas. O que foi dito pelos presidentes partidários entra de certo modo em conflito com as falas das mulheres de vida pública entrevistadas, pois elas dizem que não há formação para se gerar o interesse das mulheres pela política e algumas entrevistadas afirmam que não receberam o apoio que achavam ser necessário dentro dos seus partidos atuais ou outros dos quais fizeram parte, enquanto eram candidatas ou até mesmo durante mandato eletivo em alguns casos.

Outra resposta recorrente sobre a política de cotas foi a de que ela não deveria existir, porque as mulheres deveriam querer se filiar aos partidos e se candidatar por conta própria, sem necessitar de uma Lei que obrigasse os partidos a inscreverem um número x de candidatas. Não obstante a essa ideia, parte das pessoas que dizem que não deveriam existir cotas, reconhecem que “às vezes” os partidos não têm interesse em candidaturas femininas, então a existência das cotas favorece que as mulheres comecem a participar dos processos. Por outro lado, houve quem dissesse que realmente é importante a criação de uma medida como a política de cotas e que deveria ser mais que 30%, inclusive. Quanto àqueles que dizem que não deveria existir a Lei de Cotas e que as mulheres deveriam ir por conta própria, no meu entendimento, ignoram toda a história de exclusão feminina do espaço da política e todos os entraves encontrados por mulheres que tem muito potencial para a vida pública e que por insegurança, medo, falta de recursos, dupla jornada de trabalho, se afastam da política. Seguindo a análise das entrevistas, vou começar com uma fala de uma das respondentes, que é atualmente vereadora em seu segundo mandato na cidade. Ao ser perguntada sobre o que pensa sobre a política de cotas, diz:

“Eu tenho uma visão muito diferente do que se prega sobre as cotas, eu acho que deveria ser aberto a todos. Mas o próprio partido enxerga que as mulheres não tem coragem de ir por si só, então de certa forma, não todas as mulheres, né, toda regra tem exceção, pela coragem que eu tenho eu não iria só pra cumprir cotas, claro que eu fui convidada, mas tem mulheres que vão sem ser convidadas. Mas na maioria dos casos só vão pra cumprir cotas, é por isso que eu acho válido até mesmo pra levar a mulher. Não deveria haver as cotas, mas ajudou, porque a mulher vai muito mais por causa delas, pra ajudar o partido, porque antes ela não era convidada nem pra participar das reuniões”. (Débora)

A fala supracitada evidencia que a entrevistada Débora, embora diga que não concorda com a existência de ter cotas femininas, quando diz que deveria ser “aberto a todos”, entende que a

existência das cotas contribuiu para que muitas mulheres pudessem ser inseridas no espaço da política. Ela disse também que o partido dela “entende que é importante” (ter cotas). O partido é o PT, primeiro partido do Brasil a instituir cotas para paridade de gênero no seu estatuto interno. Creio que é relevante citar essa informação, uma vez que demonstra que possivelmente, dentro do partido há de alguma forma, uma conscientização sobre a importância de medidas como as cotas. Ela traz um ponto chave ao mencionar que “antes de ter cotas às mulheres não eram nem convidadas para participar das reuniões”. Interpreto essa afirmação como algo que ela pode ter vivido na sua própria experiência, ou provavelmente visualizou isso ocorrendo com outras mulheres, seja dentro do seu partido atual, ou o anterior (PSB), ou em outros partidos. Considero um ponto chave, porque aí se evidencia o efeito mais imediato da Lei de Cotas, que é obrigar o partido a recrutar mulheres, ainda que com todos os problemas e controvérsias existentes nesse “recrutamento”, isto é, recrutar só para cumprir a obrigatoriedade legal de 30% de candidatas, ou de fato buscar a participação da mulher, convidá-la para as reuniões, dar espaço dentro daquele lugar e conferir apoio para candidatura. Partindo para outra perspectiva sobre a política de cotas, Amália, vereadora por um mandato na cidade e Ofélia, que foi candidata à vereadora em duas eleições (2012; 2016;), pelo mesmo partido, assim se pronunciaram:

“Eu achei que essa cota incentivou os próprios homens (dos partidos) a procurarem as mulheres para participar. Achei bom.” (Amália)

Eu falo sobre candidaturas só pra cumprir as cotas:

“eu consigo ver isso, eu acho que elas (mulheres) precisam ser mais trabalhadas, pra entrar e participar, não pra compor apenas”. (Amália)

“Então, acaba a gente entrando como “laranjas”, vc precisa entrar e até competir, eu me filio no partido, mas eu não quero candidatar, (eles dizem) “não, mas tem que candidatar, porque a gente tem que ter essa cota, senão a gente vai perder...”, mas vc é meio laranja no meio disso (risos)”. (Olívia)

Pergunto sobre o impacto das cotas na sua trajetória:

“foi mais isso mesmo, porque disse que precisava e também porque eu já tinha um nome político (por causa da família)” (Olívia)

Nas falas citadas acima, se percebe que as entrevistadas têm noção de que algumas mulheres são inscritas sem ter nenhum tipo de incentivo ou apoio para a candidatura. Amália sabe que esse não foi seu caso, na época de sua candidatura, preencher a cota de 30% não era obrigatório e na entrevista ela discorre que inicialmente não queria entrar para a política, porém, por muita insistência (suponho que a insistência partiu das pessoas ao redor e do grupo

político que apoiavam), ela e seu marido entraram para a vida pública. Já a perspectiva de Olívia, embora se coadune no sentido de afirmar que há mulheres que são inscritas e não competem efetivamente, diverge da de Amália, pela experiência pessoal de sua candidatura. Fica demonstrado em sua entrevista uma decepção com sua primeira candidatura, tanto pelo fato de que ela acreditava que ganharia mais votos (entre outros motivos, pelo fato de ter tido pessoas da sua família na vida pública do município por muito tempo), como também pelo que ela diz sobre os eleitores “pedirem muitas coisas”, o que ela vê como algo negativo, mas esses pontos serão explorados em outro capítulo desse trabalho. Nesse momento, focando no que ela fala sobre as cotas, é notório que ela se percebeu como uma candidata “laranja<sup>41</sup>”, ou seja, indica que ela vê que as mulheres que são inscritas candidatas por conta da obrigatoriedade de cotas, não recebem o apoio necessário para se eleger e só estão ali porque a lei obriga os partidos a inscrevê-las.

Percebo uma disparidade de caminhos quando comparo a trajetória de Débora, citada acima, que é vereadora em seu segundo mandato consecutivo na cidade e Olívia, que foi candidata duas vezes e não conseguiu se eleger. A comparação se deve ao fato delas duas afirmarem que foram convidadas a priori por causa das cotas, para “ajudar o partido” (a preencherem a porcentagem mínima exigida de mulheres). Porém, Olívia se frustrou com o resultado da eleição em sua primeira candidatura e diz que na segunda praticamente nem fez campanha. Enquanto que Débora descreve uma experiência bem diferente, pois ao ver que ela tinha conseguido votação expressiva na primeira candidatura (porém não foi eleita), isso a estimulou a tentar novamente na próxima eleição. Ela diz que o campo a estimulou, que as pessoas falavam que ela deveria voltar como candidata na próxima eleição, e de fato, na eleição seguinte, em 2012, ela venceu o pleito com votação expressiva. Diante disso, posso concluir que quando se entra como uma candidata por causa das cotas, pode surgir rotas divergentes e convergentes nesse processo, no qual algumas mulheres ganham seu espaço dentro da política local e outras se frustram e veem na sua experiência, alguém que foi usada como “laranja”.

Quanto aos presidentes dos partidos que entrevistei, um deles já ocupou cargo eletivo na cidade e ocupa o cargo de vereador na atual legislatura. Três já foram candidatos, mas não se elegeram e dois, onde se inclui a única mulher que foi presidente do PT até pouco tempo antes da entrevista (de novembro de 2017 até dezembro de 2018), nunca concorreram em uma

---

<sup>41</sup> Para entender o significado de candidatas “laranjas”, visitar <<https://camilavazvaz.jusbrasil.com.br/artigos/437619026/candidatas-laranja-a-falacia-da-inclusao-de-mulheres-na-politica-brasileira>> acesso em 02/11/2019.

eleição, mas participam da vida pública ativamente na cidade, e no caso da mulher, já ocupou o cargo de secretária de assistência social. Os presidentes entrevistados pertencem aos partidos PSDB, PSD, MDB, PRB, PC do B e PT. Ao serem perguntados sobre sua opinião acerca da política de cotas, respondem:

“A opinião que eu tenho, é que é uma abertura para que as mulheres tenham uma plena participação do processo político, mas ao mesmo tempo, eu vejo uma grande dificuldade, em se convencer pessoas que a gente acha que tem aquela linha...o duro é descobrir a verdadeira vocação dessas pessoas. E existem muitos entraves as mulheres que querem e por problemas familiares, né, elas são impedidas e acabam não participando. São poucas aquelas que de fato encaram essa questão política, que é uma missão muito árdua, trabalhosa, é uma crítica assim, expor seu nome, a crítica de todos, é complicado. Mas ao mesmo tempo eu vejo assim, aquelas que abraçam a luta em prol de uma comunidade, de um município, ou até mesmo de um país, são verdadeiras guerreiras. A mulher é muito talentosa, muito competente, até mesmo mais que certos homens. É uma questão vocacional também, quando a mulher é realmente vocacionada na política, eu vejo ela superar certos homens, na forma de pensar, agir, de apresentar seus trabalhos, defesa dos direitos dos cidadãos. Então a mulher quando é realmente vocacionada, ela supera muitos homens, também vocacionados.” (Arthur)

Dessa fala podemos observar alguns pontos. Primeiramente, Arthur entende a política de cotas como uma abertura, no sentido de que foi criada para incentivar a participação de mulheres, o que na minha percepção, ele vê como positivo. Segundo, percebe-se em sua fala, que ele atribui muito a entrada e permanência das mulheres na política a uma questão de vocação para a vida pública, coisa que o homem também deve ser (vocacionado), como ele mesmo diz. Pois, segundo ele, seguir uma trajetória na política, se candidatar, participar dos processos eleitorais é tarefa árdua, deixa as pessoas vulneráveis a críticas e por isso só cabe a quem de fato for vocacionado/a. Em terceiro lugar, ele diz que quando a mulher é vocacionada, ela supera muitos homens, o que dá a entender que, na perspectiva dele, o imaginário coletivo vê as mulheres como menos aptas a esfera política que os homens, daí ele fazer questão de ressaltar “que existem mulheres muito competentes, que superam até certos homens”. Outro presidente assim expõe:

“Eu acho necessária, apenas necessária. Não deveria haver, porque a mulher própria deveria se conscientizar do papel dela, se abrir mais pra questão das candidaturas, estar mais presente nas disputas, etc. Como o homem às vezes, ocupa todo esse espaço, foi necessário abrir essa política de cotas, para garantir pelo menos os 30%. Deveria ser igualitário 50 a 50 (por cento)” (João)

Eu questiono sobre a fala dele a respeito de “as mulheres se conscientizarem”, e falo sobre os entraves que muitas mulheres encontram para entrar na política partidária e das cotas terem surgido num viés de exigir que os partidos fizessem o trabalho correto no recrutamento de mulheres. Falo também sobre a política ainda hoje ser espaço hegemonicamente ocupado por homens. Ele concorda comigo, e reconhece isso, que inclusive está na sua própria fala,

quando ele diz que “os homens, às vezes, ocupam todo esse espaço”. Pergunto sobre a implementação das cotas e candidaturas “laranjas”, ele diz:

“Eu penso que existe isso, de lançarem candidatas na última hora...que a condição é essa, pra preencherem lacuna. Mas eu como presidente de partido, digo, o partido já concorreu em algumas eleições, e estamos sempre lançando candidatas. Mas a gente oferece esse espaço e as vezes não consegue preencher, talvez por causa do histórico, não é do dia pra noite que vai se conseguir conscientizar, as mulheres, os preconceitos, as barreiras todas, para ela vir de maneira igualitária ocupar esses espaços. É tudo por conta de um histórico ruim que a gente tem na política, do machismo, da exclusão”. (João)

Da fala acima, depreende-se que o referido presidente partidário entende que as cotas para mulheres na política são necessárias, uma vez que a política ainda é um espaço ocupado em sua maioria, por homens. Porém, se percebe, não apenas nessa resposta, mas em outras, dadas por outras pessoas, particularmente os presidentes dos partidos, uma culpabilização da mulher. Ouvi com frequência que deveria partir da mulher a atitude de se filiar ao partido e querer se candidatar, que isso não ocorre na maioria dos casos. Alguns reconhecem que esse aparente desinteresse das mulheres da cidade se deve aos inúmeros fatores que podem travar essa participação política, como por exemplo, as atividades da casa e cuidados com os filhos, o marido que pode “não permitir”, a indisponibilidade para estar em contato com os eleitores, falta de recursos e a socialização da mulher, voltada as atividades privadas e ligadas ao cuidado. Um dos presidentes entrevistados, aqui identificado pelo nome fictício de Oscar, disse que sempre convida mulheres para a participação político-partidária e para se candidatar, porém, elas não se interessam pela vida pública. Mas ao mesmo tempo, menciona que no período de campanha eleitoral, muitas mulheres se organizam em grupos e participam ativamente das campanhas<sup>42</sup>, mas não querem se candidatar. Afirma também que apesar de ser difícil encontrar mulheres que queiram se candidatar, o partido dele já conseguiu algumas mulheres que estão dispostas a se candidatar a prefeita, vice ou vereadora nas eleições de 2020. Vejamos o que ele diz ao ser questionado sobre as cotas:

“Eu acredito que essa política de cotas não deveria nem existir. Eu acho que os partidos deveriam trabalhar na busca de ambos os sexos, trabalhando em prol da política e dos municípios e do Brasil. Deveria ser livre, ser o quanto quisessem (de porcentagem para cada sexo), no entanto existe essa cota hoje de 30 e 70% para cada um dos sexos, que estimula inclusive (a participação de mulheres). Porém aqui no nosso município muitas vezes, não se acha nem 30% de mulheres para se candidatarem nos partidos. Como existe a obrigatoriedade, os partidos colocam mulheres apenas para compor, para cumprir a lei e essas mulheres muitas vezes não tem nem o próprio voto delas, votam em outros vereadores. Então eu acho que é uma coisa que não funciona muito bem essa política de cotas. Deveria ter uma

---

<sup>42</sup> Durante as eleições de 2012, por exemplo, dois grupos de mulheres se formaram para fazer a campanha política dos candidatos a prefeito daquele ano. Um grupo intitulado “Mulheres do 55” para o candidato do PSD e outro “Mulheres do PT” para o candidato do mesmo partido. Organizavam reuniões, participavam de todos os comícios.



liberdade de colocar as pessoas que quisessem colocar, isso seria bem vindo”.  
(Oscar)

Eu falo sobre a exclusão histórica de mulheres da política e das cotas como algo que é positivo no sentido de obrigar os partidos a fazer esse chamamento. Ele diz:

Isso é histórico. Os homens se acham os donos do poder, querem as mulheres submissas. Isso não é mais uma realidade. O que a gente tem visto é que às mulheres estão se sobressaindo, inclusive na política. Hoje existem no Congresso muitas mulheres, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de vereadores hoje temos duas mulheres. Já tivemos uma presidente mulher. Já tivemos uma prefeita mulher e hoje temos uma vice-prefeita, que inclusive é do PSD, que é mulher, que também já foi presidente do partido. A gente busca que essas mulheres tomem mais espaços, independente da lei exigir. Seria interessante que as mulheres buscassem esse espaço. Eu tenho feito campanhas, eu disse aos filiados do nosso partido, para buscarmos mulheres que tenham interesse na política, para ingressar no nosso partido, para que a gente possa reforçar essa parte de mulheres na nossa política municipal em Condeúba (...) eu acho que as mulheres tinham que vir conscientes de que elas são necessárias ao nosso desenvolvimento, elas deveriam vir porque gostam da política (...) e não por obrigatoriedade de uma lei. É muito ineficaz essa lei”.  
(Oscar)

“O que eu acho, é que ela é meio, tendenciosa, porque enquanto a justiça obriga deixar 30% de cotas pras mulheres no caso – que hoje nós temos 52% da população brasileira, eleitora, ela é mulher. No entanto nós temos no meio político, militantes, independente do cargo, cerca de 10%. Aqui no município não é diferente. Se for ver, vai chegar a esses números. Então ela é tendenciosa, de forma que, fere até os direitos dos homens, porque no momento que temos um quadro de 70% de homens e 30% reservado pra mulher e nós não conseguimos atingir esses 30% da mulher, tá prejudicando uma classe. O que temos que fazer nesse caso: eu acho, incentivar mais a participação da mulher, eu acho muito importante a igualdade entre homens e mulheres, está na Constituição, no entanto, na prática, não é dessa forma, então, por isso que não deveria existir a cota, e sim o chamamento às mulheres para participarem da política, colocando a importância da mulher na política”. (Gael)

Nas falas de Oscar e Gael, mais uma vez fica indicado que há uma ideia geral entre várias pessoas que compõem a política local, de que as mulheres deveriam entrar por conta própria, que não deveriam existir as cotas. A perspectiva de Oscar é de que muitas mulheres do município não querem participar da política partidária, principalmente se for para se candidatar e ocupar cargo eletivo, porém, considera que já houve muitos avanços pelo fato de no município já ter tido uma prefeita, uma vice (foram duas vices, uma com mandato de 2016 a 2020, chapa com MDB e a outra do mandato anterior, chapa com o PT) e por já ter tido uma presidente na Câmara dos Vereadores e duas vereadoras na atual legislatura. Gael também se afirma contrário às cotas, e considera que ela “tira vagas” dos homens, ao passo que 30% das candidaturas têm que ser de mulheres. Ao mesmo tempo, que reconhece a sub-representação feminina e diz que os partidos deveriam fazer o chamamento para as mulheres participarem dos partidos e das eleições.

Trazendo o que já foi discutido no início desse capítulo, as mulheres passaram séculos excluídas dos espaços de poder e tomada de decisão. O simples direito a votar e a se

candidatar não faria com que uma exclusão histórica se apagasse. Seria necessária também a mudança na cultura e que o Estado criasse medidas para modificar esse cenário. Medidas como a política de cotas, como a obrigatoriedade de que 30% dos recursos do fundo eleitoral sejam destinados às mulheres, como o dispositivo que criava a obrigatoriedade de que os partidos reservassem em conta bancária específica uma porcentagem de dinheiro do fundo eleitoral, para ser investido em campanhas para fomentar a participação de mulheres, etc, são medidas que objetivam isso, essa inserção das mulheres. Elas não podem ser culpabilizadas por terem medo ou insegurança em se arvorar num espaço ocupado hegemonicamente por homens, em não ter estímulo, em estarem sempre ocupadas. O recrutamento é função dos partidos. E esses mesmos partidos deveriam fazer essa formação. A minha indagação quando ouço falas como a de Oscar e Gael (e que pensam da mesma forma que muitas outras pessoas, provavelmente) é essa: será que, em verdade, por livre e espontânea vontade, sem leis, sem obrigatoriedade, sem Justiça Eleitoral fiscalizando, os presidentes dos partidos e os militantes partidários fariam o recrutamento de mulheres? Fomentariam a participação feminina de uma forma mais ampla, por entenderem que as mulheres estarem no espaço da política é algo essencial a democracia? Principalmente numa cidade de pequeno porte, onde muitas vezes o conservadorismo e as práticas políticas machistas ainda se mostram frequentes. Eis a minha indagação!

Como se pode perceber, pelos trechos das entrevistas transcritos acima, ainda que algumas mulheres e também alguns dos presidentes partidários homens digam que as cotas não deveriam existir, também há um reconhecimento da necessidade de haver algo que impulse os partidos a incentivarem as mulheres a participar dos processos eleitorais. Das mulheres entrevistadas, duas afirmaram que se candidataram inicialmente a convite do diretório partidário, por conta das cotas, mas uma delas conseguiu votação expressiva mesmo sem ter feito muita campanha, e dessa forma, na próxima eleição, já foi disposta a vencer o pleito de fato, e foi eleita vereadora em 2012 e novamente em 2016:

“O que a gente pode perceber, como você colocou aí, a política de cotas, só pra preencher, acaba sendo uma coisa que diminui o espaço da mulher, ela fica limitada, mas como a gente chega lá? Se eu tivesse sido candidata uma segunda vez só para preencher cotas, eu poderia nem ter sido eleita, mas eu saí da situação de cotista e fui a luta.” (Débora)

Pergunto sobre a implementação das cotas:

“Eles colocam as cotas só pra bater tabela, é preciso x pessoas, é preciso x negros, é preciso x mulheres, e isso o que eu não acho certo é porque coloca a mulher lá, mas não tem nada que valorize a gente, que estimule a gente ali naquele momento, num primeiro momento não tem. O meu estímulo, por exemplo, veio num segundo

momento. Eu não entrei lá estimulada, eu consegui esse estímulo no caminho, não foi o partido que me estimulou, não foi o presidente do partido, foi o campo que me estimulou, a experiência, as pessoas, “porque você não volta, vem, candidata de novo”, diziam as pessoas”. (Débora)

A história da vereadora citada no trecho acima é um exemplo prático de como a política de cotas pode favorecer a inserção de mulheres na política, ao passo que ela, depois de ser convidada para se candidatar para compor os 30% de mulheres, ao adentrar o campo, percebe que se identifica com a vida pública e vê a possibilidade real de vencer a eleição e se manter na vida pública. Porém isso não é o que ocorre na maior parte dos casos, como mostrado pela discussão teórica feita nesse capítulo, uma vez que o número de mulheres ocupando cargos no legislativo está distante do esperado, depois de mais de vinte anos da implementação das cotas nos partidos (MARTELLOTTI, 2016; SANTOS E BARCELOS, 2018; SACCHET, 2015;).

Mais um aspecto que precisa ser problematizado é o fato de que, em várias entrevistas se observa um padrão em separar as mulheres candidatas como “cotistas” ou como “candidatas legítimas”, àquelas que vão à luta, que vão para o campo. Aparentemente, existe uma noção de que pelo fato da lei exigir que tenha no mínimo 30% de mulheres, as que irão compor esses 30% serão apenas cotistas, estarão lá apenas para compor. Enquanto que a que faz campanha é a candidata “de verdade”. Não parece claro, que essa cota de 30% existe apenas para garantir que no mínimo essa porcentagem esteja sendo ocupada por mulheres, e que elas estando candidatas, independente de comporem 30% da lista partidária ou coligação, são candidatas legítimas, que devem competir, captar recursos, fazer campanha. Isso demonstra, em meu ponto de vista, que se criou uma espécie de estereótipo das cotas e esse estereótipo só se confirma a cada eleição quando várias mulheres saem candidatas sem fazerem campanha e não receberem o voto nem delas mesmas. Enquanto que somente algumas poucas mulheres participam de verdade da campanha eleitoral. Embora haja, ao menos, uma história nesse trabalho, de uma mulher que entrou a priori a convite por conta das cotas e acabou se firmando na política local da cidade.

Outro ponto também importante de ser frisado quando se fala em política de cotas em Condeúba, é que quase todos os entrevistados e entrevistadas comentam que apenas o fato da mulher ser inscrita como candidata por conta das cotas não é suficiente para uma maior inserção das mulheres na política e na disputa eleitoral, se não for dada a essa mulher os recursos e apoio necessário para que ela possa disputar o pleito e principalmente, para que ela desenvolva o interesse pela política e se encoraje para participar, diante de todos os obstáculos encontrados, como a tripla jornada de trabalho, o machismo preponderante nos espaço público

e a própria socialização da mulher para a seara da família e do cuidado, afastando-a do espaço da política, questões essas problematizadas no capítulo II dessa dissertação.

“A gente vive uma realidade contraditória, as mulheres só se candidatam mesmo pra fazer aquela porcentagem, mas na realidade não são ativas dentro da política, não vão para o campo, trabalhar essa política, fazer essa campanha, apenas nos últimos dias ali que tem aquele prazo, vão lá e se candidatam para compor essa exigência dos partidos, existe (as cotas), é um avanço muito grande, mas infelizmente nos nossos municípios, eu acredito, não só nos pequenos, mas em todos os outros, acaba acontecendo isso, as pessoas se candidatam somente pra cumprir essa regra. Há umas que vão para o campo, para a batalha, mas infelizmente tem aquelas que não vão”. (Carolina)

Pergunto sobre a implementação das cotas:

“Nós percebemos que apesar de ter tido avanços em diversos partidos, e aqui não coloco só os de esquerda aos quais fiz parte, mas também os de direita, centro direita, há uma formação, mas muito pequena ainda. Então as mulheres são filiadas, mas não tem uma formação, uma inclusão mesmo, nessa política, uma conscientização do papel da mulher na política, uma formação, capacitação, que eu acho que deveria ser mensal dentro de cada partido, e não acontece”. (Carolina)

Os trechos acima trazem uma proposição de como deveriam agir os partidos políticos, o que perpassa para além de incentivar a entrada das mulheres, mas também por fazer essa formação necessária para que todas as filiadas tenham uma maior consciência da importância de estar ali, ocupando aquele espaço. Considero relevante assinalar, que quando a Carolina diz acima, que “tem mulheres que vão para o campo, mas outras não”, eu não percebi da parte dela, uma culpabilização da mulher por não ir para o campo, porque ela deixa claro que entende a situação, que as mulheres não têm muito espaços dentro dos partidos e que muitas não têm uma consciência e/ou coragem para adentrar a vida pública. Nas suas falas fica demonstrado que ela considera indispensável que os partidos façam capacitações para conscientizar as mulheres sobre a importância em se participar da política e ser ativa dentro do partido e nas eleições. Obviamente, não são todas as mulheres que querem a vida pública, mas essas “capacitações” (eu particularmente prefiro nominar como formações) serviriam para estimular e conscientizar e inclusive despertar o interesse pela política e pelos assuntos ligados ao município. Lembrando que existe dispositivo legal já mencionado nesse trabalho, que dispõe que os partidos devem manter 5% de recursos do fundo partidário para financiar campanhas de fomento a participação da mulher na política. Contudo, nenhuma das mulheres entrevistadas disse ter conhecimento desse recurso, inclusive, todos os presidentes dos partidos foram unânimes em dizer que não há repasse de fundo partidário para os municípios, ou pelo menos para Condeúba. No que tange os recursos financeiros, serão tratados em capítulo específico nessa dissertação.

Dentro de todos os partidos, em meu entendimento, podem existir tanto mulheres de fato interessadas na política e em concorrer no pleito eleitoral, como aquelas que são filiadas apenas por interesse de cumprir as cotas em período eleitoral, que não tem envolvimento ou interesse pela vida pública. Isso não se restringe a Condeúba. Nessa mesma linha, há aquelas, como em um dos casos citados nesse capítulo, em que mesmo a priori a mulher tendo sido convidada a se filiar e se candidatar para compor a exigência mínima de mulheres, a candidata saiu em campanha, e apesar de ter dito que fez mais campanha para o candidato a prefeito que ela apoiava, do que para ela mesma, ao adentrar o campo, conversar com as pessoas e conseguir uma votação expressiva no dia da eleição, se sentiu motivada a tentar um novo pleito na eleição do ano seguinte.

A política de cotas na cidade de Condeúba, pelo que é demonstrado tanto pelas entrevistas quanto pelos resultados das últimas eleições<sup>43</sup> – onde várias mulheres possuem entre 5 e 0 votos- que essa cidade não se difere de tantas outras no Brasil<sup>44</sup>, onde mulheres são inscritas pela exigência legal de preencher as cotas, não reverberando num aumento da participação delas na política, em especial como candidatas competitivas e eleitas. Grande parte dos presidentes partidários entrevistados afirma que o seu partido incentiva à filiação partidária para que as mulheres participem efetivamente da política e do pleito, porém, a dificuldade é encontrar mulheres que se interessem em disputar a eleição de fato. Independente da dificuldade, como já foi dito aqui, o recrutamento é função dos partidos e é indispensável que estes, através de seus presidentes, líderes e diretórios, cumpram sua função, não apenas de fomentar a participação feminina e recrutar mulheres para os partidos, como lhes forneçam a formação e recursos necessários.

É possível concluir que as cotas de gênero sozinhas não promovem um aumento no número de eleitas, o que se coaduna com a discussão teórica realizada nos tópicos anteriores: mesmo com a inscrição de 30% de mulheres, isso não gera necessariamente um aumento no número de eleitas. Diante disso, se levanta a questão: então é necessário acabar com as cotas em vista delas não gerarem o resultado esperado? Ou melhorar essa política, englobando outras ações que conjuntamente favoreceriam a inclusão de mulheres na disputa política e também um aumento no número de eleitas, tanto nos municípios, quanto nas câmaras legislativas dos estados e na Câmara Federal? Para mim, o indispensável é que outras medidas

<sup>43</sup> Fonte: < <http://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/2016/apuracao/condeuba.html>> < <http://g1.globo.com/ba/bahia/apuracao/condeuba.html>> acesso em 21/09/2019.

<sup>44</sup> Levantamento do TSE chegou a dados indicando que mais de 16 mil candidatos tiveram votação zerada nas eleições de 2016, a maioria mulheres. Fonte: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/mais-de-16-mil-candidatos-tiveram-votacao-zerada-nas-eleicoes-2016>> acesso em 21/09/2019.

sejam promovidas junto com as cotas, pois assim haveria maior probabilidade de conduzir o Brasil à paridade de gênero na política: a ampliação da consciência política, mudanças na divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega mulheres, disposição de recursos para campanha, a possibilidade de mudança no sistema eleitoral para lista fechada alternada, como já discutido nesse capítulo, ou mesmo a reserva de vagas para mulheres nas câmaras legislativas (o que seria uma medida de menor impacto para o sistema eleitoral), que obrigaria os partidos a buscarem mulheres competitivas e interessadas na vida pública para concorrerem. Se o problema de alguns locais é de que é difícil encontrar mulheres com interesse pela política, como dizem alguns entrevistados, o que pode ser feito, como dito também por entrevistadas (os), e eu considero crucial: investir em formação e conscientização da importância de se estar dentro dos espaços de poder e associar essa medida com as outras propostas acima.

## **CAPÍTULO 4 - CAMPANHAS ELEITORAIS: IMPACTO DOS RECURSOS FINANCEIROS NAS CANDIDATURAS DAS MULHERES;**

### **4.1 A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS NAS ELEIÇÕES;**

A relação entre recursos financeiros e desempenho eleitoral é um elemento chave para analisar a igualdade eleitoral entre grupos diversos. É necessário, para além do direito de votar e ser votado, conferir iguais oportunidades na disputa, para que não haja desvantagens às candidatas e candidatos, fator esse crucial a democracia (SACCHET e SPECK, 2012b). Diversas pesquisas apontam para a necessidade de se levar em conta o fator recursos financeiros quando se trata de analisar eleições e a (des)igualdade no campo da disputa eleitoral (SACCHET, 2011; SACCHET e SPECK, 2012b; PEIXOTO, 2009; VILLELA, 2005;).

Segundo Teresa Sacchet e Bruno Speck (2012b), no sistema eleitoral de representação proporcional com listas abertas, como é para as eleições legislativas no Brasil, que já fora explorado no capítulo anterior, parte considerável da campanha fica a cargo dos candidatos/as. São estes/as que na prática disputam o voto, que arrecadam grande parte dos recursos de suas campanhas e que por lei devem prestar contas à justiça eleitoral. O que gera uma “corrida” em busca de recursos para campanhas, uma vez que cada um disputa o voto individualmente e não há uma lista pré-ordenada de candidaturas, como ocorre nos sistemas proporcionais de lista fechada.

No debate público há consenso quanto ao fato de que uma maior arrecadação de recursos para a campanha dará mais chances de sucesso eleitoral, e análises acadêmicas que se baseiam nos dados das prestações de contas à Justiça Eleitoral, desde 2002, indicam que existe uma alta correlação entre arrecadações de campanhas e resultados nas urnas.

Para Clara Araújo (2006), além da política de cotas, que foi discutida no capítulo 3, outro assunto a ser levantado quando se pensa sobre ações para fomentar a participação feminina na política e sua eficácia, concerne ao polêmico financiamento público de campanha (algo que já se discutia, porém que ainda não era regra no Brasil, à época deste trabalho da supracitada autora) e dos custos financeiros da competição eleitoral no Brasil.

A autora traz que desigualdades estruturais históricas geraram diferenças de rendimento financeiro a mulheres e homens, sejam na forma de bens, heranças ou salários. Acrescenta que no Brasil, as mulheres recebem em média cerca de 70% dos salários

masculinos e que estudos da ONU mostram que elas possuem menos de 20% dos bens no mundo.

Um estudo realizado em 2000 pela União Inter-Parlamentar mostrou como este é um sério e generalizado obstáculo para as candidatas, sobretudo porque as campanhas eleitorais vêm se tornando estratégias de marketing e propaganda, mais do que exposição de propostas e compromissos. (ARAUJO, 2006, p. 06)

O exposto acima problematiza uma situação real até os dias atuais, não obstante o trabalho de Clara Araújo ser do ano de 2006: para os candidatos de modo geral, fazer-se conhecido em um mercado eleitoral competitivo e tornar-se elegível requer alto investimento em material, propaganda e deslocamentos, tanto no que se refere a disputas municipais, como estaduais e federais - logicamente, quanto maior o território a percorrer, maior será o dispêndio -. Dessa forma podemos apontar que, competir no Brasil implica ter um considerável aporte financeiro (seja na forma de patrimônio próprio ou arrecadação) e este é um cenário claramente desfavorável à parcela feminina.

Um levantamento feito por Teresa Sacchet e Bruno Speck (2012c) sobre a relação de bens declarada pelos candidatos/as a deputado/a federal nas eleições 2010 concluiu que as mulheres declararam possuir valores menores que os homens – na forma de bens - em todos os níveis econômicos, tanto entre os candidatos que declararam possuir “zero bens” a candidatos milionários e multimilionários (mais de 10 milhões em bens). Ainda considerando o ‘Gráfico 2’ elaborado por Sacchet e Speck, na categoria que os autores denominaram “bens: R\$ 0” (isto é, candidatos que declararam não possuir bens), a porcentagem de candidatos homens foi de 32,9% e a de mulheres foi de 51,9%, mais um indicativo de que as mulheres possuem patrimônio inferior aos homens na maioria das vezes<sup>45</sup>.

Diversos estudos demonstram que há uma desvantagem de arrecadação de recursos para campanha das mulheres em relação aos homens (SACCHET, 2011; SACCHET, 2013; SACCHET e SPECK, 2012b), sendo assim, o debate sobre financiamento eleitoral, doação de recursos a partidos e candidatos de forma igualitária é de fundamental importância para as chances eleitorais de mulheres. Antes da proibição de doação de empresários para candidaturas, como demonstrados nos estudos supracitados, era mais difícil para mulheres conseguirem arrecadar tanto dinheiro quanto os homens, para campanhas, tanto no que se

---

<sup>45</sup> O levantamento e análises completas do patrimônio dos candidatos/as nas eleições de 2010 se encontram no artigo “Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil” de autoria de Teresa Sacchet e Bruno Speck (2012c).



refere a investir recursos próprios, como recursos arrecadados de terceiros (SACCHET, 2011).

Uma das hipóteses para essa situação é que os homens tem um capital social diferente do das mulheres, com mais contatos e relações estabelecidas com as empresas e pessoas influentes financeiramente, enquanto que as mulheres participam mais de atividades das igrejas, normalmente de voluntariado, assistência social, conselhos de saúde, etc. (SACCHET, 2009). Agora, com a proibição e a instituição do Fundo Eleitoral<sup>46</sup>, seriam maiores suas chances de arrecadação, o que será oportunamente averiguado nesse trabalho.

Relativo a esse assunto de recursos financeiros, a Lei 9.096/1995 já dispunha a respeito da criação de uma conta específica nos partidos, utilizando-se dinheiro do fundo partidário, para estimular a participação feminina na política, financiar campanhas de candidatas e também, a fixação de um tempo mínimo garantido nas inserções e propaganda partidária.

Embora esta Lei seja de 1995, até 2006, ano em que Clara Araújo escreveu “Porque as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil?” – que traz informações e percepções dos processos eleitorais - o índice de mulheres candidatas e eleitas era muito baixo. Vinte anos após, os dispositivos da Lei de 1995 foram modificados pela Lei 13.165/15, fixando o mínimo de 5% dos recursos do fundo partidário para direcionamento à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, designando também que esses recursos poderão ser acumulados em diferentes exercícios financeiros, mantidos em contas bancárias específicas, para utilização futura em campanhas eleitorais de candidatas do partido.

Diante o apresentado, fica evidente que desde a década de 1990, já havia leis – ainda que por pressão dos movimentos feministas – que visavam compelir os partidos a conferirem subsídios as mulheres que se candidatam aos cargos políticos, não ficando restrito apenas a cotas. Pois, ainda que a política de cotas tenha sido e seja uma conquista muito importante para que as mulheres tenham maiores chances de entrar na política e concorrer a um cargo, evidente que apenas a existência das cotas (ou da garantia de poder estar inscrita como

---

<sup>46</sup> Conhecido como Fundo Eleitoral, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) foi criado em 2017 pelo Congresso Nacional para compensar o fim das doações por empresas, proibidas desde 2015. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) divulgou em 18/06/2018, o valor que cada partido receberia do Fundo Eleitoral para o financiamento de campanhas nas eleições 2018, que somam R\$1,7 bilhão. Tanto este como o Fundo Partidário são abastecidos com recursos do Orçamento da União. Fonte: < [https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/qual-a-diferenca-entre-fundo-partidario-e-fundo-eleitoral\\_a\\_23462163/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/qual-a-diferenca-entre-fundo-partidario-e-fundo-eleitoral_a_23462163/) > acesso em: 03/11/2018.

candidata) não confere à mulher os meios imprescindíveis para que esta possa fazer campanha, participar de eventos, ser conhecida perante os eleitores, distribuir material informativo, montar equipes de trabalho para formular questões relativas à campanha e propostas de governo, etc, elementos necessários a disputa eleitoral.

Portanto, conforme diferentes estudos, possuir recursos financeiros confere maiores chances de sucesso eleitoral (SACCHET e SPECK, 2012b). Ainda mais quando se está concorrendo a cargos no Legislativo estadual e federal, pelo fato da campanha ter de ser feita numa área territorial e populacional muito maior à do município, especialmente municípios de pequeno porte, com território e população muito inferior a dos grandes centros urbanos, tal qual o estudado nesse trabalho. Sobre os contornos que os recursos financeiros tomam nas cidades pequenas, esse tema será tratado no tópico seguinte.

Se as mulheres não possuem outros incentivos além das cotas, poderia se tornar prevalente uma prática ainda costumeira: mesmo cumprindo o percentual de 30% e 70% para cada sexo nas candidaturas, os diretórios dos partidos inscrevem mulheres apenas cumprir o dispositivo legal, temendo sanções por parte da Justiça Eleitoral, sem reais intenções de eleger estas candidatas, o que já foi explorado no capítulo anterior.

Análises sobre a importância do dinheiro e a desvantagem financeira das mulheres, levaram pesquisadoras/es à conclusão de que o financiamento eleitoral é um dos principais fatores para explicar o baixo desempenho eleitoral das mulheres. Pesquisas em âmbito acadêmico também demonstraram que o capital político, representado especificamente pelo fator “reeleição”, similarmente confere vantagem quanto a chances de êxito nos votos, isto é, uma pessoa que já se encontra em algum cargo político tem mais chances de se reeleger do que alguém novo na política (SACCHET e SPECK, 2012b; ARAUJO e ALVES, 2007).

No entanto, mesmo quando considerado o fator supracitado, ainda se verifica que as desigualdades em arrecadação de homens e mulheres continuam, com desvantagem para as últimas (SACCHET e SPECK, 2012b). E também podemos entender dessa forma, que independente das mulheres ampliarem seu capital político, quando já ocuparam algum cargo, ainda ficam prejudicadas quando se compara com os homens que também estejam concorrendo a reeleição, pois os homens tem maiores chances de sucesso eleitoral.

Diante as pesquisas analisadas e citadas nesse trabalho, a conclusão é de que o fator sexo contribui para a baixa arrecadação – mesmo quando considerados fatores que ampliam o capital político, como a reeleição - o que resulta também em baixo desempenho nas urnas, uma vez que se observa que, as pessoas que possuem maior capital financeiro para utilizar em campanha, conseguem mais chances de se eleger. Se as mulheres arrecadam menos, se

elegirão menos também. Referente à grande correlação existente entre financiamento e sucesso eleitoral no Brasil, já identificada em outros estudos e a questão das mulheres arrecadarem quantias significativamente inferiores à dos homens de recursos de campanha, a probabilidade é de que menos mulheres virão a ser eleitas em todos os distritos eleitorais, incluindo os municípios (SACCHET, 2011; SACCHET e SPECK, 2012b; SACCHET, 2013;).

Existem dois tipos de financiamento de campanha: o privado e o público. Até esse momento a discussão estava focada no financiamento privado. Em determinado ponto do texto, falo da importância de haver um financiamento público de campanha, de modo que este poderia resolver as assimetrias quanto a valores arrecadados pelos candidatos e assim igualar as condições da disputa no que tange o acesso aos recursos, o que favoreceria, entre outros grupos, as mulheres. Sobre isso, é preciso mencionar algumas questões.

Até a eleição de 2014, era permitida a doação de pessoa jurídica para campanhas de candidatos. Essa prática gerava algumas situações problemáticas, entre elas, a desigualdade na disputa entre candidatos (incluindo por gênero) e os favorecimentos que os empresários poderiam ter posteriormente no âmbito do poder público, caso os candidatos ou partidos que apoiaram (com quantidades significativas de dinheiro<sup>47</sup>), ganhassem a eleição (ou no caso dos partidos, elessem vários políticos de sua legenda). Ao falar sobre a importância do dinheiro no financiamento de campanha, Vítor Moraes de Peixoto discorre:

Nesse contexto, um fenômeno tem chamado à atenção: os sistemas de financiamentos dos partidos políticos. Longe de ser um “privilégio” para os países recém-democratizados, a regulamentação do apoio financeiro aos partidos tem gerado debates acalorados também em países de longa tradição democrática. Em grande medida, a discussão acerca do financiamento de partidos deve-se à estreita relação existente entre as esferas econômica e política, ou seja, entre *dinheiro* e *eleições*. Relação essa que desafia os arranjos institucionais que têm como propósito limitar a influência dos gastos de campanha nos resultados eleitorais e, por conseguinte, leva a um suposto “desvirtuamento” do sistema representativo (PEIXOTO, 2009, p. 92).

A possibilidade de doação de empresas a campanhas eleitorais de candidatos ou partidos, deixava dúvida (ou claro) os interesses por trás dessas doações: querem os empresários que os legisladores e governantes favoreçam seus negócios? Violam um dos maiores princípios que regem a Administração Pública que é o princípio da impessoalidade, para privilegiar suas empresas com contratos milionários com o poder público?

---

<sup>47</sup> Exemplos: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/construtoras-sao-fonte-de-55-das-doacoes-partidos-em-2012.html> >, acesso em 15/03/2020. < <https://exame.abril.com.br/brasil/as-empresas-que-mais-doaram-para-os-candidatos-ate-agora/> >, acesso em 15/03/2020.

Diante dessas questões e considerando inconstitucionais as normas que possibilitavam a doação de pessoa jurídica, o STF proibiu esse tipo de financiamento de campanha, no ano de 2015. Em 2017, foi criado o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como Fundo Eleitoral, pelo Congresso Nacional. O valor que os partidos receberam do Fundo Eleitoral para o financiamento de campanha nas eleições 2018 somou R\$1,7 bilhão<sup>48</sup>. Tanto este como o Fundo Partidário, são abastecidos com recursos do Orçamento da União.

Diante essa mudança, era esperado pelos membros de partidos e políticos que não detêm capital financeiro e não aceitavam doações de empresas, que com esse financiamento público, as assimetrias quanto aos recursos para campanhas de candidatos se reduziria consideravelmente. Uma parcela da sociedade que via de forma crítica as doações milionárias de pessoas jurídicas a partidos e candidatos, também tinha uma expectativa de que com o financiamento público, se reduziria a possibilidade de vantagens ilícitas a grandes corporações.

Contudo, não é proibida a doação por pessoa física. Empresários e outras pessoas detentoras de grande capital financeiro continuaram doando polpudas quantias a políticos<sup>49</sup>. Dessa forma se percebe quão complexo é regular/limitar financiamentos de partidos por entes privados. E também evidencia o poder que o dinheiro exerce na hora da disputa política, onde geralmente quem possui maior capital político e relação próxima com pessoas de expressivo capital financeiro, receberá maiores doações e continuará tendo maior vantagem nas urnas.

Cabe aqui uma observação. Após a eleição de 2018, começou a ser discutido o papel que a internet desempenhou no sucesso eleitoral de diversos candidatos, sobretudo os do Partido Social Liberal (PSL) que elegeu a segunda maior bancada da Câmara Federal<sup>50</sup> e o presidente do país, Jair Bolsonaro. Os políticos desse partido declararam poucos gastos em campanha e muito utilizaram as redes sociais como plataforma política. Entretanto, é preciso ressaltar que, embora Bolsonaro tenha declarado baixa despesa em campanha, investigações jornalísticas apontaram que empresas, cujos donos apoiaram o então candidato, compraram pacotes de disparos em massa de mensagens pró-Bolsonaro ou contra seus adversários na

---

<sup>48</sup> Fonte: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Janeiro/partidos-politicos-receberam-r-1-7-bilhao-do-fundo-eleitoral-em-2018> >, acesso em 15/03/2020.

<sup>49</sup> Fonte: < <https://exame.abril.com.br/brasil/doacoes-de-empresarios-ampliam-caixa-de-partidos-politicos/> >, acesso em 15/03/2020.

<sup>50</sup> Fonte: < <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/10/08/psl-cresce-e-se-torna-segunda-maior-bancada-da-camara-dos-deputados.ghtml> >, acesso em 27/03/2020.

eleição, no aplicativo whatsapp<sup>51</sup>. Isso se configura como doação ilícita para a campanha, em razão da proibição de doação por pessoa jurídica e porque não foram declaradas a Justiça Eleitoral. Esse ponto foi mencionado, pois indica que, mesmo que aparentemente a campanha do atual presidente tenha sido “barata”, comprovadas as doações ilícitas, fica evidente que houve gastos milionários para bancar esse envio de mensagens em massa, o que mais uma vez, coloca em evidência o peso do dinheiro na disputa eleitoral.

Retomando a discussão sobre financiamento público, é preciso discorrer acerca das mudanças legislativas e decisões de tribunais superiores a respeito da distribuição de recursos públicos levando em consideração o gênero nas eleições.

Em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5617<sup>52</sup>. A ação foi ajuizada pela Procuradoria Geral da República - PGR, questionando o art. 9º da Lei 13.165/2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015) – lei já citada neste capítulo. O artigo dispõe que, “nas três eleições que se seguirem à publicação da lei, os partidos reservarão, em contas bancárias específicas para este fim, no mínimo 5% e no máximo 15% do montante do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais para aplicação nas campanhas de suas candidatas”. A PGR defendeu que o disposto na lei contrariava o princípio da igualdade e que o limite máximo de 15% só ampliava as desigualdades no campo de gênero.

Representantes da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP) e da Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), se manifestaram na tribuna e respaldaram a procedência da ADI, afirmando que o dispositivo legal questionado fere princípios fundamentais, como o princípio democrático – que se alicerça na pluralidade no campo político e a diversidade de representação – e estabelece uma discriminação de gênero. Um dos representantes da ABRADEP ainda apontou que o dispositivo também fere a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

O ministro Edson Fachin, relator, seguiu no entendimento de que de fato o artigo é inconstitucional e claramente discriminatório, fazendo com que homens na prática, tivessem a

---

<sup>51</sup> Fontes: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml> >, < <https://oglobo.globo.com/brasil/empresas-brasileiras-contrataram-envio-de-mensagens-pro-bolsonaro-na-espanha-durante-eleicoes-diz-jornal-23747439> >, < [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/18/politica/1560864965\\_530788.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/18/politica/1560864965_530788.html), acesso em 27/03/2020.

<sup>52</sup> Fonte: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=372485> >, acesso em 23/03/2020.

possibilidade de um financiamento público muito maior ao das mulheres<sup>53</sup>. Dessa forma, o STF decidiu, no julgamento da ADI 5617, por maioria de votos, que 30% dos recursos do Fundo Partidário deveriam ser destinados a candidaturas de mulheres.

Posteriormente, um grupo de parlamentares, sendo oito senadoras e seis deputadas federais<sup>54</sup> solicitou que o Tribunal Superior Eleitoral decidisse se a regra do fundo partidário de destinação de 30% dos recursos para campanhas de mulheres, exposto nos parágrafos acima, também caberia ao fundo eleitoral<sup>55</sup>. O TSE decidiu que os recursos do fundo eleitoral, deveriam ser distribuídos na mesma proporção das candidaturas de ambos os sexos, respeitado o limite mínimo de 30% e o mesmo teria de ser feito em relação a tempo de propaganda eleitoral em rádio e TV<sup>56</sup>.

Dessa forma, vemos que no ano de 2018, com as decisões supracitadas dos Tribunais Superiores (STF e TSE), houve avanços para as mulheres em termos de garantias jurídicas, no que tange a questão do financiamento público e distribuição de recursos de campanha. As próximas eleições municipais, do ano de 2020, serão um campo de pesquisa futuro para análise quanto aos repasses do fundo eleitoral e fundo partidário da forma correta para as mulheres candidatas.

#### 4.2 OS DIFERENTES CONTORNOS DADOS AOS RECURSOS FINANCEIROS NUM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE;

A maioria dos estudos sobre financiamento de campanha e recursos financeiros na política brasileira, apontam dados de candidaturas ao legislativo estadual e federal, fazendo comparativos sobre votos e declaração de arrecadação dos candidatos ao cargo de deputado (a). Quanto a trabalhos que tratem dessa dinâmica em nível municipal, Teresa Sacchet (2013) analisa em um dos seus artigos, os dados de arrecadação e nível de desempenho eleitoral de candidatos (a) ao cargo de vereador nos municípios do Brasil, separando-os conforme dimensão territorial e populacional.

A autora conclui, com base nos dados analisados, que quanto maior a população do município, maior a disparidade de arrecadação entre homens e mulher, sendo a dos homens

<sup>53</sup> Informações sobre o julgamento da ADI 5617/2018 retiradas do site do Supremo Tribunal Federal < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=372485> >, acesso em 30/03/2020.

<sup>54</sup> Fonte: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020> >. Acesso em 15/03/2020.

<sup>55</sup> Fonte: <https://www.migalhas.com.br/quentes/280629/fundo-eleitoral-deve-reservar-minimo-de-30-para-candidaturas-femininas> >, acesso em 23/03/2019.

<sup>56</sup> Fonte: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/tse-fundo-eleitoral-deve-destinar-30-dos-recursos-para-campanhas-de-mulheres.ghtml> >, acesso em 15/03/2020.

superior. Também verifica que todas as mulheres eleitas tiveram arrecadação média superior a dos homens, o que indica que estas precisam de uma arrecadação maior que a dos homens para que consigam bom desempenho nas urnas. Outro dado importante trazido na literatura, a exemplo do trabalho de Teresa Sacchet (2013), é de que os municípios menores elegem mais mulheres.

Essa ideia contrasta com os dados da cidade de Condeúba, que se trata de um município de pequeno porte, com menos de cinquenta mil habitantes, e até o momento atual, elegeu apenas quatro mulheres ao cargo de vereadora em toda a sua história, uma mulher eleita prefeita e duas vices-prefeita. Números esses que já são considerados positivos por alguns dos presidentes partidários entrevistados. Falaram com orgulho que na cidade já houve prefeita, vice-prefeita, e as quatro vereadoras. Pesquisei informações de um dos municípios vizinhos de Condeúba, chamado Cordeiros, com uma população menor que a de Condeúba, e me foi informado pelo presidente da câmara dos vereadores de lá que nunca houve uma mulher eleita prefeita e só teve uma vice-prefeita e uma vereadora eleita na história da cidade.

Não posso refutar dados analisados em inúmeras cidades do país, a partir de pesquisa em um ou dois municípios de pequeno porte do sudoeste da Bahia, contudo, é fundamental ressaltar essa informação. Ela pode indicar que o índice de elegibilidade de mulheres nos municípios da região não coaduna com os dados que mostram que em cidades menores às mulheres tem mais chances de se eleger e deixa claro o quanto há sub-representação feminina nesses municípios.

Quanto à arrecadação de recursos, em minha pesquisa na cidade de Condeúba, verifiquei que na eleição de 2016, os homens candidatos a vereadores arrecadaram em média o valor de R\$1.830,30, enquanto as mulheres arrecadaram em média R\$793,54<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Fonte: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2016/2/34738/candidatos>> acesso em 21/09/2019. Coletei os valores declarados de arrecadamento no TSE, de cada candidato na eleição de 2016 e calculei a média de arrecadamento dos homens e das mulheres.

**TABELA 2 - RECEITA DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS AO CARGO DE VEREADOR(A) EM CONDEÚBA, ELEIÇÃO DE 2016**

MULHERES	HOMENS	TOTAL
Candidatas (27 mulheres) R\$ 21.425,83	Candidatos (47 homens) R\$ 86.024,42	Candidatos (a) 107.450,25
Eleitas (2 mulheres) R\$ 7.560,83	Eleitos (8 homens) R\$ 31.835,48	Eleitos (a) 39.396,31
Média de arrecadação das candidatas R\$ 793,54	Média de arrecadação dos candidatos R\$ 1.830,30	Média de arrecadação homens e mulheres R\$ R\$ 1.452,03

Fonte: Site do Tribunal Regional Eleitoral  
Cálculos: elaboração própria.

Houve homens que arrecadaram valores bem divergentes entre si, por exemplo, houve candidatos que declararam possuir valores de 200 reais, 820 reais para campanha, enquanto um dos eleitos declarou R\$7.448,92 (o maior valor). A segunda maior arrecadação entre homens também foi de um dos eleitos, no valor foi de R\$5.543,70. Entre as mulheres também há diferenças consideráveis de dinheiro arrecadado. Houve desde 200 reais declarados pela maioria, enquanto a maior arrecadação, que foi de uma das eleitas, foi de R\$4.561,00 e a segunda maior arrecadação foi de uma mulher não eleita, no valor de R\$3.190,00. Ficou claro que no geral os homens arrecadaram consideravelmente mais.

É importante frisar que, segundo os entrevistados, o dinheiro para campanha foi de recursos próprios ou doação de pessoa física (amigos que contribuíram). Todos afirmaram que não há repasse de recursos do Fundo Partidário (pelo menos até aquele momento) aos partidos nos pequenos municípios, ou em Condeúba especificadamente. Algumas das mulheres entrevistadas disseram ter recebido de apoio dos seus partidos, apenas material de campanha na forma de santinhos<sup>58</sup>.

Nas entrevistas, no momento em que perguntei “Como foi o acesso a recursos financeiros para campanha? Teve apoio do partido? De quem teve apoio?”, dois pontos ficaram em destaque: (1) todas as mulheres disseram ter gasto pouco dinheiro em suas campanhas e (2) parte das mulheres e um dos presidentes partidários afirmou que era difícil se

<sup>58</sup> Santinho é material de campanha, feito de papel, onde consta normalmente foto, nome e número do candidato e que é distribuído a eleitores durante período de campanha.



eleger na cidade sem gastar muito dinheiro. Vejamos as falas de duas ex-candidatas que não conseguiram se eleger:

“Tem uma coisa muito chata, eu descobri aqui em Condeúba, que você precisa ter dinheiro e muito dinheiro, porque as pessoas não querem seu trabalho coletivo não, as pessoas não querem sua boa intenção, pra ajudar as pessoas, querem o individual. Se você der ali um saco de cimento. O que você pode me dar? [se referindo ao que eleitores falam], eu fiquei tão assim [expressão de decepção]. Tanto é que eu não gastei. Eu fico pensando, todo mundo procurando dinheiro depois pra pagar as dívidas, e eu “que dívida”? Aí meu filho: “oh mainha, deixa de inocência, as pessoas compraram votos, só ganha quem tem dinheiro” [se refere a fala do filho]. Pois então eu não vou entrar, eu nunca vou dar dinheiro pra ninguém, eu dou o que eu já tenho costume de dar, o que essa mão faz, essa não vê, que eu aprendi na Bíblia, agora eu fiquei impressionada.” (E 03)

“Acho que a questão do dinheiro não pesou não, acho que a quantidade de candidatos, talvez porque foi minha primeira eleição, não tinha muita experiência, não acho que foi dinheiro não. Mas as pessoas pedem muito dinheiro, cimento, gás, essas coisas, e a gente não pode dar, até porque é proibido e as pessoas não entendem. [mas em nível de gasto com material de propaganda, etc], cidade pequena não pesa tanto.” (E 04)

Como se observa nessas falas, as duas entrevistas trouxeram à luz um problema muito sério que ocorre historicamente no Brasil: a compra de votos. Em outro momento, uma pessoa de vida pública na cidade, também me disse: “sabe por que as campanhas são tão caras no Brasil? por causa dos eleitores. A culpa é do povo que pede muito dinheiro”. Parece-me provável que essa ideia vem, a priori, pela vivência política na sua cidade: Condeúba.

Contudo, o problema da compra de votos não é intrínseco a contemporaneidade, muito menos restrito a cidade de Condeúba, ou aos pequenos municípios do interior da Bahia, mas sim faz parte de um fenômeno histórico de corrupção e política coronelista nos municípios do Brasil, em especial no Nordeste. Com relação a isso, é necessário fazer um breve apanhado da história política do país desde a fundação da República Federativa do Brasil, trazendo fatos que forjaram a “normalidade” da compra de voto, fenômeno que ocorre até os dias atuais (mesmo sendo proibido por lei), algo tão naturalizado, que encontra tantos meios para se concretizar, que por vezes passa despercebido como algo ilegal.

José Murilo Carvalho (2002), fala da histórica relação entre políticos e eleitores e da compra de votos no Brasil, remontando ao início do séc. XX. Conta que “Os cabos eleitorais entregavam aos eleitores envelopes fechados com as cédulas de seus candidatos, para evitar trocas. O pagamento podia ser em dinheiro, bens ou favores” (CARVALHO, 2002, pág. 147). Ainda acrescenta que muitas vezes, para garantir o voto, o pagamento em dinheiro era feito

uma parte antes da eleição, outra depois e que o mesmo se fazia com sapatos: um pé antes, outro depois. Embora o autor esteja falando de um período remoto do país, e que nos dias atuais exista uma melhora considerável, com as leis e a fiscalização, ainda é frequente a troca de favores entre candidatos e eleitores, mesmo que de forma sutil<sup>59</sup>.

O referido autor ainda acrescenta que, com a ausência do Estado para garantir os direitos constitucionais das pessoas, como educação, saúde, moradia, e pelo fato de historicamente, o político buscar o eleitor só para conseguir votos, os eleitores “aprenderam” a barganhar seu voto, pedindo vantagens pessoais em troca. Acredito que esse tipo de prática vem reduzindo em todo o país, com o aumento da consciência política e cidadã, contudo, o assistencialismo, particularmente em cidades pequenas, mesmo no período de eleição (quando é proibido), é tão naturalizado, que aparentemente se mostra como um obstáculo difícil de contrapor para garantir a lisura dos processos eleitorais.

A sutileza e naturalidade com que se compra voto (de modo que muitas pessoas nem se dão conta de que se trata de compra de voto) pode ser explicada diante das mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo na relação entre candidatos e eleitores, uma transformação do voto imposto pelo voto negociado. A instrumentalização do eleitor no período eleitoral, tanto pelos candidatos como pela elite e líderes locais, passou de um período de coerção social, com os currais eleitorais, como foi relatado na obra de José Murilo Carvalho, para um período de sedução material (SPECK, 2003).

“A nova relação entre eleitor e candidato baseia-se em um sistema de trocas em condições assimétricas, tanto em relação aos atores envolvidos como aos objetos negociados. Há um grande desnível de poder entre a elite política e a massa dos eleitores e o recurso do poder político é negociado por vantagens materiais imediatas aos eleitores” (SPECK, 2003, p. 02).

Essas vantagens materiais imediatas se traduzem em conseguir um carro para uma viagem, atendimento médico e jurídico gratuito, dinheiro em espécie para compra de óculos de grau, medicamentos, expectativa de ganhar cargo público com a eleição de determinado candidato, ganho de material para reforma da casa, etc. Os exemplos citados acima são considerados assistencialismo por muita gente, mesmo durante o período eleitoral. Por certo que os candidatos têm uma consciência já consolidada que não se pode fazer “favores” a eleitores durante a campanha, mas não se sabe quais de fato cumprem a Lei, principalmente quando já é costume que políticos tutelem alguns eleitores, com “ajudas” contínuas.

---

<sup>59</sup> Fonte: < <https://oglobo.globo.com/brasil/assistencialismo-ainda-a-receita-de-candidatos-para-ter-votos-6049936>> acesso em 20/09/2019.

A corriqueira prática do assistencialismo nos pequenos municípios se deve primeiramente a dificuldade da população acessar determinados serviços, uma vez que a cidade não tem estrutura suficiente em saúde, por exemplo, levando pessoas a precisarem ir até a cidade mais próxima que possui essa estrutura. Dessa forma, e devido à condição socioeconômica de parte da população, falta de oportunidades de emprego, o trabalho do político acaba não sendo apenas cumprir sua função pública, mas também (informalmente) ser aquele que consegue o carro para levar alguém até a cidade vizinha para fazer uma consulta médica, aquele que paga o remédio, que consegue o emprego na prefeitura, etc. No período eleitoral esse assistencialismo se constitui em compra de voto.

O art. 41 da Lei 9.504/1997<sup>60</sup> dispõe que, “constitui captação de sufrágio o candidato doar, oferecer, prometer ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição”. Além da Lei das Eleições, o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) tipifica como crime a compra de votos, em seu art. 299. Prevê pena de prisão para quem oferecer ou prometer alguma quantia ou bens em troca de votos, mas também para o eleitor que receber ou solicitar dinheiro ou qualquer outra vantagem, para si ou para outra pessoa. Naturalmente, com as leis eleitorais, as fraudes e corrupção reduziram-se, pela perda da possibilidade de controle do voto pelos grupos políticos locais. Porém, a “conquista” do voto através do uso ilícito do poder econômico e político, uso da máquina governamental para favorecer candidatos, etc, ainda persiste (SPECK, 2003).

Bruno Speck (2003) aduz que:

Com a conquista dos princípios da soberania popular e do sufrágio universal, o processo eleitoral ganhou um peso sensível na evolução política. Afinal, seria este mecanismo que definiria a distribuição do poder político em regimes representativos, substituindo princípios como a hereditariedade ou a usurpação do poder. Mas, via de regra, as noções da liberdade de escolha, da competição eleitoral e da administração isenta, associadas à noção de eleições, ainda estavam longe de descrever o contexto social e político no qual os processos eleitorais se realizavam (SPECK, 2003, p. 03).

Como trazido pelo autor, à evolução política para um sistema representativo, a conquista do voto universal e o início de uma democracia emergente, não foram suficientes para que os novos eleitores desse país tivessem sua total liberdade e consciência de escolha política, uma vez que as elites locais ainda controlavam o voto, seja de forma mais ostensiva, como narrado na obra de José Murilo Carvalho, ou se utilizando de fazer favores, promessas

---

<sup>60</sup> Fonte: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm)> acesso em 21/10/19.

de emprego, assistencialismo sistêmico (suprindo as brechas deixadas pelo Estado na vida das pessoas) e assim garantindo os votos que lhes conferem vantagem nas eleições e na manutenção do poder local.

Evidentemente, com maior acesso a informação e tecnologias, e porque não dizer, uma conscientização cada vez maior do eleitor em relação a não trocar seus votos por favores, produtos ou serviços e de fato isso vem ocorrendo, a compra de voto ainda é uma realidade nas eleições no Brasil (SPECK, 2003; VILLELA, 2005). Alcançar a garantia da lisura nos processos eleitorais é um desafio universal - não se restringe apenas a Bahia, ao Nordeste, nem mesmo ao Brasil - para consolidar plenamente os regimes democráticos. As formas de fraude, manipulação e corrupção eleitoral tem uma configuração variável, dependendo do contexto político e histórico (SPECK, 2003), e sua extinção deve ser um compromisso de todos que desejam a completa consolidação da democracia representativa.

Mesmo com o advento de novas leis e uma maior fiscalização da Justiça Eleitoral, tanto uma parte das entrevistas que fiz, como a literatura especializada, indicam que esse fenômeno da compra de votos ainda tem papel marcante, principalmente nos pequenos municípios, onde eleitor e políticos tem um contato mais frequente, pois eleitor sabe onde moram seus candidatos, locais que frequentam, etc, possibilitando maior acesso a esses. E também em locais periféricos, onde há mais pobreza e desemprego.

Retomando as entrevistas feitas em Condeúba, algumas falas me chamaram a atenção, pelo fato de que mulheres que já foram eleitas não mencionam que o dinheiro é importante e atribuem a sua vitória nas urnas ao trabalho prestado a comunidade e/ou à sua popularidade, enquanto candidatas que não se elegeram atribuem preponderância ao dinheiro. É relevante pensar que dispor de recursos, nem sempre se refere a dinheiro propriamente, mas também ter contato direto com um deputado/a eleito, o que favorece conseguir verbas para executar obras no município. Abaixo subscrevo as falas de três entrevistadas que já ocuparam cargo no legislativo municipal, quando foram perguntadas a respeito da importância dos recursos (financeiros) na campanha:

“Acho que não gastei quase nada, eu tinha muito serviço prestado como te disse, então o que a gente gastava era um mínimo, uma gasolina pra ir pras regiões, era uma coisa mínima, recursos próprios da gente mesmo.” (E 06)

“Não tive apoio do partido, na verdade eu gastei muito pouco nas minhas campanhas, eu via muitos candidatos, “eu gastei não sei quantos mil, eu gastei não sei o que”, pois graças a Deus eu gastei muito pouco, porque minha campanha foi mais assim, boca-a-boca, eu não tive assim, não levei

nada, não prometi nada. Meus gastos foram realmente com material (...).” (EM02)

“Minha campanha foi uma campanha muito pobre, sabe, eu fiz minha campanha, baseada no que eu trabalhei pelos quatro anos (mandato anterior), **como eu tenho acesso a alguns deputados, eu tive alguns trabalhos prestados em algumas comunidades, como poços artesianos, quadras, então eu fiz minha campanha baseado no trabalho que prestei a comunidade** (grifo nosso). Claro que tem aquelas pessoas que ajudam a gente de alguma forma, que paga alguns santinhos.” (EM01)

Mulheres que já foram eleitas afirmaram que não veem o dinheiro como fator importante no sucesso eleitoral, e sim o trabalho prestado à comunidade por elas ou suas famílias e também ao fato de ter muitos amigos, popularidade, estar à disposição do eleitor sempre que ele procurar para resolver algo (essas questões envolvendo prestação de serviços a comunidade e como as mulheres forjaram seu capital político e social foi discutido no capítulo II). Também foi citado por uma delas como ter acesso a um deputado facilita conseguir recursos para obras, o que amplia o capital político do candidato. Por outro lado, uma das mulheres que não conseguiu se eleger disse que o dinheiro é relevante, como já foi citado nesse capítulo anteriormente.

A entrevistada EM03, que disse ter descoberto ao se candidatar que “precisa ter muito dinheiro para ganhar eleição aqui”, mostrou decepção com o processo eleitoral por conta disso. Um presidente de partido me disse informalmente que existe sim compra de votos por alguns políticos da cidade e mencionou “eu sempre digo, não há corrupto se não houver corruptores”, se referindo aos eleitores que insistem em trocar seu voto por alguma coisa, seja produto, serviço, promessa de emprego, etc. Frisando que outro presidente de partido disse que quem entra na vida pública e se candidata a um cargo, tem que ter um capital prévio para gastar na campanha, porém, ele não mencionou questão de compra de voto. Falou no sentido geral de que de fato se gasta dinheiro em campanhas eleitorais.

É preciso ressaltar um aspecto metodológico da pesquisa. No capítulo I, menciono que o campo por vezes, muda os rumos da pesquisa e traz novas questões a serem arguidas, propostas, analisadas. Pontuo que houve uma falha da minha parte, enquanto pesquisadora, pois ao fazer as entrevistas com os presidentes dos partidos, no que tange aos recursos financeiros, apenas perguntei “Como é a distribuição de recursos para campanha entre candidatos no município?”.

Todos responderam que seus partidos não recebem repasses de recursos do fundo partidário e que as pessoas fazem a campanha com recursos próprios. Isso foi unânime. Aguardei que falassem sua perspectiva e se comentassem algo a respeito do uso do dinheiro na campanha, eu enfatizava aquilo, porém, não perguntei diretamente sobre se o dinheiro é importante. Então apenas dois pontuaram que o dinheiro é importante, de forma espontânea. Um falou especificadamente sobre a compra de voto, que de fato as pessoas pedem coisas e há aqueles que dão, e que esses têm mais chances de serem eleitos. O outro apenas disse que quando se entra na política, seja homem ou mulher, e se candidata a algo, é necessário ter um capital financeiro prévio, sugerindo que há um gasto relevante em campanha, como já mencionei no parágrafo anterior, contudo não houve menção a compra de votos.

Diante de tudo que foi exposto até aqui, ficam algumas indagações. Segundo as falas de todas as mulheres, percebe-se que não foi necessário gastos elevados com deslocamento e material de campanha, pela questão de se tratar de uma cidade pequena, mesmo com zona rural extensa, não se compara ao tamanho das grandes cidades e também o fato de a pessoa possuir algum capital político, como já discutido no capítulo II, facilita a interlocução com os eleitores e maior possibilidade de se eleger.

Mas, pergunta-se, será que de fato o dinheiro não é relevante na política numa cidade pequena, e em razão disso, o fato de todos os candidatos e candidatas nas eleições de 2016 terem arrecadado e gastado valores inferiores a sete mil reais, como declarado a Justiça Eleitoral? Ou será que existem aqueles candidatos e candidatas que gastam (muito) dinheiro, que não é declarado à Justiça Eleitoral, “dando coisas para o povo”, e dessa forma garantindo os votos para sua eleição, como foi dito por uma das entrevistadas?

É preciso reconhecer que quando ex-vereadoras ou atuais dizem que fizeram sua campanha sem muitos gastos, e creditam seus votos aos trabalhos prestados a comunidade ou como foi dito, que a campanha foi no “boca-a-boca”, há que ter seus méritos. A dúvida fica por conta de quem afirma que “quem ganha é quem tem muito dinheiro”, “que as pessoas pedem muitas coisas”, também me foi relatado em particular: “eu fui pedir voto a uma pessoa, ela me disse que outra candidata já havia passado por aqui e não apenas conseguiu um carro para levar a pessoa em Conquista, como deu R\$100,00 (cem) reais para usar lá” (E 03).

Então, é de se supor, evidentemente, que ainda que haja os candidatos e candidatas, seja a vereador ou prefeito, que não compactue com essa prática (da compra de votos) e/ou nem mesmo disponha de recursos para isso, indica-se que existe uma parcela de candidatos

que se elegem, seja para o legislativo, seja para o executivo, utilizando-se desse recurso. Então, poderia se afirmar que mesmos nos pequenos municípios, ao contrário do que foi dito por algumas entrevistas, o dinheiro é sim, de considerável importância para o sucesso eleitoral na disputa.

Ademais, creio que só uma pesquisa ampla com eleitores e políticos do município, tendo como ponto central a compra de voto, poderia dar conta dessa resposta, e sendo tema tão delicado, dificilmente alguém que já fez assumiria, seja quem pede, seja quem dá.

Por fim, referente à discussão travada nesse capítulo, ao falar sobre financiamento de campanha, importância dos recursos financeiros como propulsor do capital político de candidatos e candidatas, e desigualdade na arrecadação de homens e mulheres, concluo em consenso com as diversas pesquisas nessa área, que apontam o dinheiro como fator importante para obter sucesso nas urnas, seja o declarado ou não declarado a Justiça Eleitoral. E sendo as mulheres, aquelas que na maioria das vezes detém menor capital financeiro e as que arrecadam menos, esse pode ser apontando como um dos principais entraves à ampliação da elegibilidade feminina nos processos eleitorais e consequentemente, sua maior representação na política institucional.

## **CAPITULO 5 – PORQUE É IMPORTANTE HAVER MAIS MULHERES NA POLÍTICA? O QUE PENSAM AS MULHERES E HOMENS DOS PARTIDOS SOBRE ISSO;**

Quando falamos sobre mulheres na política, um assunto que geralmente vem à tona é do porque é relevante que a mulher ocupe esse espaço e mais do que isso, porque é importante que seja alcançada a paridade de gênero na política, isto é, homens e mulheres representados de forma igualitária nos espaços do poder formal.

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres ainda eram privadas de sua emancipação e direitos básicos no Brasil. O direito ao voto e a participação em espaços de poder, foi negado à mulher por muitos anos, o que reverberou numa ausência/desfiguração da voz e do protagonismo das mulheres em decisões políticas, educacionais, legislativas e econômicas (D'ALCKMIN, 2006). Em vista da sistemática negação da emancipação feminina, organizações de mulheres começaram a surgir a partir de 1850. Suas principais bandeiras eram pelo direito à educação e ao voto. Nísia Floresta, Violante Bivar e Velasco, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura foram algumas das lideranças femininas insurgentes que participaram ativamente de ações em prol da emancipação feminina nas primeiras décadas do séc. XX.

Considerando as democracias ocidentais, mesmo após a conquista do voto e do direito a se candidatar e ser votada, as mulheres, em sua maioria, continuaram excluídas da esfera política, tanto por motivos culturais como institucionais, já discutidos nessa dissertação. No final do século XX se intensificou o que Nancy Fraser (2006) chama de “Luta por reconhecimento”. As demandas pelo reconhecimento das diferenças foram e ainda são, até os dias atuais, um combustível para as lutas de grupos que se mobilizam com as pautas de raça, gênero, nacionalidade e etnicidade, por exemplo. (FRASER, 2006). Nessas lutas se inclui a luta das mulheres por representação política.

Nas últimas décadas no Brasil, chegou-se a um consenso, no âmbito político e jurídico, de que é importante haver a igualdade de gênero na política, assim como em todas as outras áreas e que dessa forma era preciso pensar em ações e leis que fomentassem o alcance dessa igualdade. Os argumentos de porque é importante ampliar a participação política de mulheres, visando alcançar a paridade de gênero, vão desde uma questão de justiça, já que as mulheres compõem mais de 50% do eleitorado (MIGUEL, 2001; SACCHET, 2013), ao fator de que as mulheres, pela sua socialização, possuem uma moral diferenciada, que contribuiria



para tornar o espaço da política melhor (MIGUEL, 2001). Também há sustentação de que, a presença de grupos sociais diversos – o que inclui as mulheres - em espaços de poder, melhor representaria as diferentes perspectivas da população, uma vez que muitos grupos não se sentem representados nos espaços de discussão e tomada de decisão, a exemplo de câmaras legislativas, conselhos, comissões, meios de comunicação, e outros (YOUNG, 2006; SACCHET, 2013;). Argumentos como esses citados acima, não são sustentados apenas nas esferas política, jurídica e acadêmica, mas também, na sociedade, entre os cidadãos comuns.

Movida pelo interesse em identificar a visão das/dos entrevistadas/os sobre esse tema específico, a última pergunta do questionário da entrevista feita com as pessoas públicas de Condeúba foi: “na sua opinião, qual a importância de mais mulheres ocuparem espaço na política institucional?”. Essa pergunta foi elaborada no intuito de analisar e discutir, a partir da opinião dos entrevistados, quais visões estão atreladas a presença das mulheres na política, do que poderia mudar se mais mulheres ocupassem a política, ou o quanto isso seria justo na visão deles e delas.

Na maioria das respostas das entrevistadas/os, foram apontados aspectos que aludem a uma visão essencialista, de que a mulher é mais sensível, da mulher como aquela que age mais pelo coração, que consegue ter uma visão mais ampla das necessidades do povo e maior capacidade de organização, já que é a que cuida de tantas coisas ao mesmo tempo – casa, filhos, marido, família, trabalho –. Com base nessas características atribuídas às mulheres, há a defesa de que elas fariam ou fazem a diferença na esfera política – ainda ocupada predominantemente por homens - e que essa diferença seria benéfica ao espaço político.

Outro ponto recorrente nas entrevistas foi dizer que as mulheres tem um interesse maior em pensar/formular políticas voltadas a causa delas, logo, mais mulheres na política resultaria em mais leis e políticas benéficas ao gênero feminino. Por fim, também foi falado por alguns entrevistados que é preciso que as mulheres estejam na política por uma questão de igualdade e por ser a maior parte do eleitorado.

Discutirei as questões suscitadas acima, articulando com a literatura especializada, a partir da exposição das falas das e dos entrevistados, quando responderam a pergunta de porque achavam importante que mais mulheres participassem da política institucional.

## 5.1 AS MULHERES TEM UM JEITO DIFERENTE DE FAZER POLÍTICA?

Diversas vezes nas entrevistas foi mencionado que mulheres poderiam fazer mais na política do que os homens, por serem mais sensíveis ou por terem uma visão mais ampla, capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo, etc. Primeiramente, é preciso apresentar algumas perspectivas sobre a origem dessa visão a respeito de características específicas da mulher, seja enquanto “mais sensível”, “maternal”, “a que cuida”, “dona de casa”, etc. No essencialismo biológico, se entende que a mulher tem um instinto natural materno, de cuidado dos filhos e do companheiro, tendo ela características próprias para esse papel, enquanto os homens são naturalmente viris, proativos, e o provedor do lar, tendo também características específicas para isso (BADINTER, 1993; DE TULIO, 2014;).

Essa visão biologicista advém das teorias criadas a partir dos estudos da pré-história, já que, em tese, a partir do momento em que seres humanos passaram a formar famílias para proteção da prole, os homens saíam para caçar e protegiam a família, enquanto as mulheres engravidavam e cuidavam dos filhos. Dessas diferenças se originariam os papéis sexuais designados a homens e mulheres, o que foi amplamente defendido pela Igreja Católica (CORBIN, 1987), mas também pelo discurso médico nos séculos XVIII e XIX, que se utilizaram da teoria darwinista aplicada ao espaço social como um dos argumentos para defender a manutenção dos papéis sociais e sexuais de homens e mulheres (KNIBIEHLER, 1993).

No séc. XX, vertentes da antropologia estrutural trazem um novo entendimento de que as diferenças corporais entre homem e mulher são visíveis e universais, “mas suas representações podem variar na história e nas sociedades, sendo o trabalho do antropólogo compreender e desvelar a manifestação destas representações” (DE TULIO, 2014, p. 132/133). Então, o essencialismo biológico dá lugar a um essencialismo sociológico, no qual se entende que a divisão de papéis sexuais e da ideia do que é “ser homem” e “ser mulher” se daria pela formação cultural e socialização das pessoas a partir de suas diferenças biológicas. Então, considerando esse entendimento, poderíamos dizer que se a mulher se torna uma esposa, mãe dedicada, cuidadora da família e aquela que realiza os trabalhos domésticos e o homem se torna o chefe da família, provedor e protetor, isso não ocorre por uma questão puramente biológica e sim porque eles foram socializados para ocupar esses lugares e cumprir essas funções, funções essas reproduzidas ao longo das gerações.

O que se observa é que essencialismo biológico e sociológico não são tão diferentes, porque, independente de homens e mulheres terem características específicas por um fator biológico ou social, há de todo modo uma defesa de que existem diferenças objetivas e subjetivas que distinguem homens e mulheres e conseqüentemente definiria os papéis que estes devem desempenhar na sociedade.

A existência ou não de uma essência feminina, de uma moral diferenciada na mulher, já causou e ainda causa muitos debates nos espaços de construção epistemológica feminista (KUHNEN, 2013; MIGUEL, 2001;). Uma visão essencialista da mulher contribuiu, historicamente, para excluí-la da política, contudo, por vezes hoje, o mesmo discurso essencialista é usado para justificar que as mulheres entrem na política. Nessa seção, vamos nos ater as discussões em torno da questão: as mulheres fazem política de uma forma diferente? Sem a pretensão de exaurir o tema, e nem apresentar respostas definitivas, discutirei nesse capítulo sobre o que a literatura apresenta a respeito dessa suposta distinção de características das mulheres que as fariam agir de modo diferente dos homens no mundo da política.

Há pouco tempo vi uma postagem numa rede social, com um vídeo de uma pré-candidata a vice-prefeita, onde se lia “a sensibilidade no olhar para o povo e o cuidado com as questões sociais são características femininas das que mais admiro em *fulana*” (grifo nosso). O trecho acima ilustra como a visão essencialista em relação à mulher ainda vigora. Observe que o autor do texto na referida rede social, diz que sensibilidade no olhar e cuidado com questões sociais são características femininas. Conforme o autor do pequeno texto naquela postagem, todas as mulheres em tese, teriam essas características. Essa é uma visão normalmente expressa sobre mulheres na política.

Um dos problemas de se naturalizar a ideia de que as mulheres são mais sensíveis, ou são aquelas que “cuidam melhor” dos outros, e os homens são os mais fortes e racionais, seja num perspectiva biológica ou sociológica, é exatamente porque essa ideia cria e mantém estereótipos de gênero e favorece uma visão de que todas as mulheres possuem tais características, coisa que sabemos não ser real, diante das múltiplas personalidades e diferenças entre as mulheres, assim como também entre homens. A ideia de características homogêneas a grupos que são plurais favorece a desigualdade.

Mesmo diante essa compreensão, as leituras, discussões que tive e entrevistas que fiz demonstram que a ideia da mulher como mais sensível ainda é prevalente. Assim como de

que as mulheres conseguem fazer multitarefas de forma mais fácil, por, em tese, já estarem acostumadas com dupla/tripla jornada de trabalho. Três entrevistadas mencionaram características que fariam com que as mulheres tivessem, na visão delas, um jeito diferente de fazer política.

“Eu acho que a mulher é mais sensível, ela tem uma visão maior, ela enxerga mais, tem o horizonte bem amplo, ela enxerga melhor que o homem. A mulher poderia fazer muito mais que muito homem faz. Dizem que o homem só enxerga de longe, a mulher enxerga de perto. E a mulher tem sete sentidos e o homem só tem um (risos), a mulher faz mil coisas ao mesmo tempo”. (EM03)

Eu acho muito importante. Eu acho que a mulher, ela é mais, eu sei que às vezes a mulher usa mais o coração, homem usa mais a razão, eu sei que na política talvez pense “ah tem que usar mais a razão”, mas eu acho que a gente usando um pouco de amor, de coração, aquele jeitinho, de mulher, de mãe, de dona de casa, eu acho que ela consegue colocar as coisas assim, não tão agressivas, colocar as coisas mais no lugar, acho que se tivesse mais mulheres, talvez, não estou querendo me desfazer dos homens, mas talvez conciliar melhor as coisas, não teria tanta coisa como agora tá acontecendo, a mulher tem uma sensibilidade maior para pensar mais, pra ver as coisas de um jeito melhor, seria muito importante ela ter mais oportunidade, não só ela ficar na plateia, mas ir mesmo, subir no palco... não ficar só assistindo”. (EM04)

“Bem, eu acredito muito na força, no poder de gestão da mulher. Apesar da sensibilidade da mulher, que muitos trazem isso, eu vejo a mulher com um poder de organização muito grande, de gestão, de que ela tem condições de estar ocupando vários espaços, pra estar também no espaço administrativo. Eu vejo que a mulher tem essa capacidade. E até justamente por ter essa sensibilidade maior, ela enxerga, ao mesmo tempo, diversas situações. A mulher hoje tem condição de ocupar o espaço do lar, cuidar dos filhos, e uma maioria trabalha fora, tem outra atividade pra ajudar o esposo a manter o lar, financeiramente”. (EM07)

As falas supracitadas das entrevistas deixam evidente como ainda é muito arraigada à mentalidade das pessoas, a ideia de que a mulher é mais sensível, assim como mais organizada e aquela que consegue “enxergar além” e dar conta de várias coisas ao mesmo tempo. Essas crenças são perpetuadas por séculos, baseadas na ideia de uma essência feminina, que a mulher é aquela que nasceu para o cuidado, o lar e a maternidade, desse modo, seria mais sensível e detentora de uma moral diferenciada dos homens. Tendo as mulheres, supostamente, essas características, quando elas saem da esfera privada para a esfera pública, para o mundo do trabalho, da política, essas características femininas serão levadas para esses espaços (MIGUEL, 2001; MONTENEGRO, 2003;).

Com a inserção cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho, na universidade, construindo carreiras, e conquistando independência financeira, especialmente a partir da década de 60 do séc. XX, para muitas delas, começa uma dupla ou tripla jornada de trabalho,

já que esse processo emancipatório para parte das mulheres<sup>61</sup>, não acarreta diminuição de trabalho no lar e cuidado com os filhos, que continuou sendo considerado papel da mulher por muito tempo e mesmo hoje, com todos os avanços, pesquisas indicam que as mulheres têm uma carga de trabalho maior que a dos homens e ainda são as maiores responsáveis pelos trabalhos domésticos<sup>62</sup>.

Diante disso, é possível perceber de onde surge esse pensamento de que as mulheres tem uma visão mais ampla, conseguem dar conta de várias coisas ao mesmo tempo. A socialização imposta a estas enquanto a que cuida da casa e dos filhos (trabalho reprodutivo), atrelada à conquista ou necessidade do trabalho produtivo, fez e faz com que muitas mulheres fiquem sobrecarregadas e se sintam obrigadas a fazer tudo, não sendo desta maneira, a “visão mais abrangente” uma característica inata a elas, mas sim, algo que muitas tiveram que aprender ao longo de sua vida, para conseguir fazer tudo que lhe foi e é exigido na sociedade patriarcal.

Partindo para a perspectiva das mulheres ocupando o espaço da política, fica claro pelas respostas citadas acima, e pela construção histórica das características consideradas femininas, que há uma noção de que as mulheres fazem política de forma diferente e que quanto mais mulheres ocuparem esse espaço, maior a possibilidade de se alterar o cenário político, tão cheio de corrupções e desgastado aos olhos dos cidadãos por causa de suas velhas práticas de poder (MIGUEL, 2001;).

Já houve muitas discussões e teorias de por qual razão as mulheres deveriam participar da política e dos motivos para se criar estratégias para sua inserção nesse espaço. A começar pela teorização de uma suposta singularidade do julgamento moral feminino, questão que já citei acima. Luís Felipe Miguel (2001) aponta que a diferença que vários autores apresentaram de forma preconceituosa, não era de que necessariamente as mulheres tivessem um subdesenvolvimento de sua capacidade de julgamento, mas de uma sensibilidade moral diversa da masculina. O autor aponta que vários autores e autoras, a exemplo de Carol Gilligan, defenderam esse argumento para justificar a ocupação da mulher na política: seria

---

<sup>61</sup> Cito a questão do trabalho e estudo como processo emancipatório para parte das mulheres, pois a luta pelo espaço no mercado de trabalho e para prescindir de autorização do marido para trabalhar fora de casa foi um movimento predominantemente de mulheres brancas de classe média. As mulheres racializadas trabalham desde sempre no ocidente, principalmente em trabalhos precarizados e com baixa remuneração.

<sup>62</sup> Fonte: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>>, <<https://oglobo.globo.com/economia/celina/mulher-trabalha-em-casa-dobro-do-tempo-que-homem-ha-mais-de-duas-decadas-23623348>>, acesso em 28/06/2020.

dar voz a essa sensibilidade moral diferenciada nas discussões públicas, ao passo que elas estariam restritas a esfera privada (MIGUEL, 2001). No entendimento de Luis Felipe Miguel (2001), Carol Gilligan tentou evitar o essencialismo, garantindo que a defesa dessa moral alternativa não está ligada diretamente ao gênero feminino e apenas a atribuiu as mulheres por uma observação empírica. Então, a defesa da autora é de que é preciso dar legitimidade a outra moral não-dominante, sendo que a moral dominante no espaço público e nos espaços de poder especificadamente, é a masculina.

Para Carol Gilligan (1982), em tese, há duas perspectivas distintas de compreensão moral: uma delas é a perspectiva masculina, aquela que pode ser denominada de voz padrão da moralidade - ou dominante - na qual as decisões morais são baseadas em noções de justiça, no respeito a direitos individuais e a normas universais; e a outra é a perspectiva feminina, que a autora chama também de “voz diferente” da moralidade, voz essa que poderia exercer um modo diverso de tratar sobre problemas morais, estabelecido na experiência da conexão com o outro, na priorização do cuidado na tomada de decisões morais (GILLIGAN, 1982; GILLIGAN, 1997; KUHNEN, 2014;). Luis Felipe Miguel (2001) aponta que, a partir dessa ideia surgiu a teoria da “ética do cuidado”, a qual Sara Ruddick e Jean Bethke Elshtain foram algumas das teóricas políticas feministas que beberam na fonte da teoria de Carol Gilligan. Essas teóricas defenderam a existência de um “pensamento maternal” ou política do desvelo (MIGUEL, 2001). Nesse entendimento,

As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada. A presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, egoísta e masculina, colocando em seu lugar o desprendimento, o zelo pelos outros, a tolerância e a sensibilidade. O central nesta corrente, é a revalorização da esfera familiar, vista como o espaço de realização dos valores que são negados nas atividades públicas, sempre competitivas e egoístas. Com efeito, a moral feminina diferenciada, voltada para a manutenção dos relacionamentos interpessoais e ao cuidado concreto com os necessitados, manifestar-se-ia, em primeiro lugar, no papel de mãe de família”. (MIGUEL, 2001, p. 259/260).

Não pretendo aqui, exaurir o conteúdo sobre a chamada política do desvelo<sup>63</sup> e discutir todas as controvérsias sobre uma suposta diferença moral das mulheres, que poderia mudar a política, apenas expor que, embora uma visão essencialista ligada ao gênero feminino - enquanto sendo eminentemente maternal, mais sensível, imbuído de compaixão - seja considerada problemática na academia e nas discussões feministas, ela ainda se encontra

---

<sup>63</sup> “Política do desvelo” foi um termo construído por Luís Felipe Miguel (2001), no trabalho onde este problematiza os argumentos de que as mulheres teriam uma voz diferenciada na política.

presente no imaginário coletivo – como se vê nas entrevistas – além de também encontrar respaldo em algumas produções teóricas.

Desse modo, pode-se observar que não apenas no imaginário das pessoas, as mulheres oferecem uma perspectiva diferente, do cuidado, da sensibilidade ao ocuparem a esfera pública, mas também para parte das teóricas feministas, que defendem a existência de uma moral diferenciada atribuída ao feminino, mais ligada a conexão com os outros, o afeto e cuidado.

## 5.2 AS MULHERES FAZEM MAIS POLÍTICAS PARA MULHERES?

O pensamento de que mulheres ocupando espaços de poder, a exemplo do poder legislativo, fazem mais leis e políticas que beneficiam o gênero feminino e levam a pauta dos direitos das mulheres à discussão, está presente na fala das e dos meus entrevistados, como também é defendido por parte da teoria política feminista. Há autoras/res que discutem e sustentam que mais mulheres ocupando espaço na política institucional, poderia resultar na produção de mais e melhores políticas públicas voltadas para o combate as desigualdades de gênero (PHILLIPS, 1995; YOUNG, 1990;) embora não seja uma garantia, uma vez que as mulheres, assim como pessoas no geral, são atravessadas por diversos elementos, no que tange raça, classe, naturalidade, religião, etarismo, etc<sup>64</sup>. As mulheres não são um grupo homogêneo, devido entre outras razões, à múltipla natureza de sua opressão (MOLYNEUX apud MANO, 2015), ligada diretamente aos fatores citados acima, por isso nem sempre tem os mesmos interesses. Há também os interesses políticos de seu grupo e partido, que tendem a afetar as escolhas e pautas defendidas por mulheres que ocupam cargos políticos.

Nas entrevistas, foi possível observar, que as pessoas realmente acreditam que com mais mulheres ocupando a política, seria possível que mais leis e ações voltadas aos interesses delas pudessem ser pensadas. Três mulheres e dois homens opinaram que mulheres fariam mais políticas voltadas ao gênero feminino e teriam mais interesse na defesa dos direitos das mulheres:

“Eu acho muito importante porque quando tem uma mulher, ela vai discutir a igualdade, e defender também, não é a pasta que eu digo “feminismo” sabe, é a pasta dos direitos, nós conseguimos o direito de votar, ser votada, nós já tivemos vários avanços, mas tem muito ainda a conquistar. Então, como eu disse, a mulher é mais abrangente, quando ela vai discutir alguma coisa, se caso tenha mais mulheres no poder, eu acho que a gente vai

<sup>64</sup> Recomendo a leitura de obras e autoras que discutem interseccionalidades e intersecções de gênero, raça e classe, para melhor compreensão acerca das diferenças citadas entre mulheres, a exemplo de Kimberlé Crenshaw (2002), Luiza Bairros (1995; 2010;), Sueli Carneiro (2003), Bell Hooks (2015), etc.

ter esse poder de conseguir mais coisas, seja na área de saúde, seg. pública, etc. Agora mesmo, no Rio tem uma deputada, Marta Rocha, que foi até miss, que conseguiu um “decreto” (acho que foi lei), pra ter vagões nos trens, de metrô, só pra mulheres. Então, os homens geralmente não pensam nisso, então nós mulheres, pensamos nisso”. (EM06)

“Muitas mulheres, independente só dá parte social, porque às vezes a gente pensa só na família, a mulher ela tem essa “mania”, a palavra não é mania, ela tem o objetivo de entrar assim, pensando na mulher, na família, nos filhos, e ela pode ter uma visão maior, em outros aspectos, de toda sociedade, de toda comunidade, ela participar de tudo, de todos os assuntos que cabe a sociedade (...)”. (EM03)

Na opinião de EM03, vemos que ela acredita que as mulheres são mais inclinadas a pensar na família, nos filhos, nas outras mulheres – se pode entender que isso se deve as suas experiências de vida – a seguir, ela diz que elas poderiam ampliar a sua visão e querer participar de tudo, de todos os assuntos de interesse público. Nessa fala, aparentemente, a entrevistada dá a entender que as mulheres não se interessam em ocupar outros espaços que não sejam esses ligados ao cuidado e a família.

Talvez no momento, ela não tenha pensado que muitas mulheres querem ocupar outros espaços sociais, mas devido as suas múltiplas tarefas domésticas, e ao machismo existente na esfera pública, elas acabem não “abrangendo sua visão”. Há também a questão da socialização feminina, que por muito tempo restringiu as mulheres ao trabalho doméstico, cuidado com a família, etc. Contudo, essa mesma entrevistada afirma que existem muitas mulheres fortes, líderes de suas comunidades, em Condeúba, que poderiam fazer um excelente trabalho em prol das mulheres na cidade. A seguir, mais uma fala de outra entrevistada:

“Eu vejo de uma certa forma hoje, as dificuldades da população, e a desonestidade política que tá tendo, e eu vejo nas mulheres uma visão mais ampla, uma visão dos problemas das pessoas, dos problemas da vida da mulher, da exploração, a violência que tá acontecendo com a mulher, eu vejo que nós mulheres, unirmos, pra lutar em busca de melhorias dessa situação pra vida da mulher e eu acho que só quem vai ter mesmo esse interesse, somos nós mulheres. Eu não vejo no homem, porque os homens eles estão cada vez mais destruindo o sentimento da mulher, até com palavras. Muitas mulheres tem medo de abrir a boca, de falar em público e de algumas situações, por conta delas estarem sendo podadas, as atitudes delas. Por exemplo “mulher no volante, perigo constante”, eu não vejo dessa forma, tem muitos homens que estão no volante, incapazes de estarem ali. Eu vejo mulheres caminhoneiras, parabeno quando vejo, mulheres em cidade grande carregando aluno, numa van, eu acho interessante, ela tá buscando espaço no mundo de trabalho e elas estão dando um exemplo, mas ainda estão distante do lugar da mulher na política, por essa questão de incentivo, o que tem mais que haver mesmo é o incentivo, movimentos onde incentiva a mulher a participar da política, pra defender os próprios direitos delas.” (EM02)



Na fala de EM02, deduzimos que ela acredita bastante no poder de mudança que as mulheres podem levar a política. Na sua perspectiva, só mesmo uma mulher para se importar com outras mulheres e pensarem na formulação de leis e políticas que as beneficiem. No seu entender, as mulheres estão ocupando cada vez mais espaços na sociedade, mas aponta a necessidade do incentivo para que mais mulheres participem da política, pois crê que isso não ocorre, o que de fato é apontado em diversos estudos – questão essa já trazida no cap. 2 deste trabalho.

O contraponto que eu faço a fala de EM02 e as falas de todos que afirmaram que as mulheres, se preocupam mais com direitos e igualdade feminina, é de que, é importante ressaltar, como já discuti acima, que ser mulher não garante necessariamente que a pessoa, uma vez estando numa posição de poder, irá trabalhar em prol de defender os direitos das mulheres. Anne Phillips (1995) sustenta que há uma possibilidade maior que as mulheres pensem e trabalhem mais em prol de ações voltadas ao gênero feminino, mas não há uma garantia. Poderia citar exemplos de parlamentares e ministras de Estado que muitas vezes, fazem projetos e defendem pautas contrárias a temas já consolidados na esfera pública como importante para a busca da igualdade de gênero<sup>65</sup> e o empoderamento de mulheres, especialmente quando se trata de pautas caras a mulheres pobres e negras.

“O bom da participação feminina, é porque elas são sensíveis à causa feminina, as mulheres talvez, digamos que são mais sensíveis a defesa dos direitos das mulheres. Claro que tem muitos homens que também defendem os direitos das mulheres, mas não resta dúvida que essa abertura a mulher participando efetivamente da política, esses direitos serão atendidos”. (EH02)

“Cada um que é eleito, é eleito com uma bandeira, com uma proposta, ele tem um tema pra defender. A mulher tem que estar lá pra defender o que é o interesse da mulher. Nem sempre, lógico que eu acredito que alguns homens se sensibilizem com a pauta e discuta, mas não é a prioridade. Se houver alguém que proponha, eles até discutem, mas dificilmente apresentam. Então é uma questão mesmo de defender o direito e o interesse das mulheres”. (EH05)

Os entrevistados EH02 e EH05 mantem a linha de pensamento de que as mulheres tem mais probabilidade de defender os interesses do seu grupo. No sentido dessa linha de pensamento defendida pelas entrevistadas, há que se dizer que, apesar das diferentes intersecções que atravessam as mulheres, é possível de fato haver a união delas numa pauta

---

<sup>65</sup> Deputada Caroline de Toni (PSL) apresenta projeto para acabar com as cotas de gênero nos partidos < <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/deputada-olavista-quer-acabar-com-cota-feminina-nas-eleicoes.bcb27af5c879e77f7fbe620be112328a3zynm610.html> >, acesso em 02/09/2020;  
Deputada Renata Abreu (Podemos) apresenta projeto de lei para alterar cotas de gênero nos partidos < <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/pl-quer-alterar-lei-de-cotas-para-mulheres-e-deixar-partidos-sem-punicao/> >. Acesso em 02/09/2020;

comum que seja de interesse de todas<sup>66</sup>, e temos também bancadas femininas organizadas em câmaras municipais, estaduais e na câmara federal, formada por mulheres de esquerda e de direita, que discutem pautas de interesse comum<sup>67</sup>.

O exemplo das bancadas femininas nas câmaras mostra que é possível que mulheres ocupantes de espaços dos poderes constituídos se unam em torno de pautas comuns, mesmo tendo características e ideologias políticas diferentes. A revista feminista Azminas, através de uma plataforma intitulada “Elas no Congresso”, em parceria com outros coletivos feministas, realizaram uma pesquisa, que entre outros pontos, traz o dado de que as mulheres no Congresso Nacional propõem mais projetos sobre participação feminina na política do que homens<sup>68</sup>. A mesma pesquisa também traz que organizações que atuam em prol dos direitos das mulheres analisaram 18 projetos de 2019 sobre a temática (na Câmara Federal) e chegaram a um resultado esperado por aquelas e aqueles que defendem que mais mulheres na política, gerariam mais projetos de leis e políticas favoráveis ao gênero feminino.

O resultado da análise foi que seis deles foram criados ou tiveram a participação de homens, enquanto mulheres participaram da autoria de doze projetos (alguns têm autores de ambos os gêneros). Dos projetos propostos por homens, 33% foram considerados desfavoráveis ao avanço dos direitos das mulheres, já entre os de autoras mulheres, somente 25% deles foram considerados inadequados<sup>69</sup>. A pesquisa citada é um exemplo que compatibiliza com a defesa de que as mulheres podem fazer mais e melhores projetos e políticas voltadas ao gênero feminino, em consonância com o que é defendido por teóricas políticas feministas, que se debruçaram sobre esse tema, a exemplo de Anne Phillips (1995) e Iris Marion Young (1990). Essas autoras e outras/os tantas/os, também defendem que aumentar o número de mulheres na política é fundamental numa perspectiva democrática, pois é necessário haver maior equilíbrio no processo político-decisório.

---

<sup>66</sup> Exemplo: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/11/projeto-que-preve-absorvente-de-graca-une-bancada-feminina.htm>>, acesso em 30/06/2020.

<sup>67</sup> Fonte: <<https://www.camara.leg.br/noticias/551515-com-77-deputadas-bancada-feminina-define-prioridades-para-a-legislatura/>>, acesso em 30/06/2020.

<sup>68</sup> Os membros da plataforma Elas no Congresso analisaram a produção legislativa de 2011 a 2019 sobre vários temas – Fonte e link para a matéria: < <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-sao-principais-autoras-de-projeto-sobre-participacao-feminina-na-politica/>> acesso em 30/06/2020.

<sup>69</sup> Fonte e link para a matéria: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-sao-principais-autoras-de-projeto-sobre-participacao-feminina-na-politica/>, acesso em 30/06/2020.

### 5.3 MAIS MULHERES NA POLÍTICA COMO FORMA DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA;

A ideia de que, como parte da sociedade e do eleitorado, as mulheres teriam que ocupar espaço na política, sendo este um ponto importante para a consolidação da democracia representativa e da igualdade de gênero, é apresentada por diversos teóricos que discutem democracia e representatividade (SACCHET, 2015; SACCHET, 2013; YOUNG, 2000;). Dois entrevistados colocaram que por uma questão de pluralidade e/ou justiça, as mulheres tinham que estar na política, já que formam mais de 50% do eleitorado e que era importante haver espaço para sua voz. Vejamos as falas dos entrevistados:

“Aí a gente está atingindo a igualdade entre homens e mulheres e o que faz ter uma discussão diferenciada no espaço político, especialmente no parlamento, quer que seja no municipal, estadual ou federal. Acho muito importante a participação da mulher, até porque ideias diferentes sempre contribuem para uma discussão saudável”. (EH04)

“Eu acho importantíssimo que a mulher participe da política, a nível municipal, estadual, federal, acho importantíssimo, porque você vê que a mulher é grande parte do eleitorado, elas tinham que conscientizarem de que elas tem que tomar o poder. Tivemos já a presidente Dilma, já tivemos várias ministras de Estado, secretárias de governo estadual, secretárias municipais, aqui mesmo em Condeúba... eu acredito que num tempo, não muito longínquo, vamos ter muitas mulheres nos poderes constituídos”. (EH03)

Sobre isso, Teresa Sacchet (2015) aponta que, entre os argumentos para a inserção das mulheres na política, dois se referem diretamente à concepção de democracia. A autora pontua que um deles é procedimental e diz respeito à necessidade de haver um equilíbrio com a participação de vários grupos no processo político. O outro se refere à participação nos processos políticos decisórios e seus resultados (SACCHET, 2015), isto é, que a presença de vozes e perspectivas dissonantes advindas dos grupos subrepresentados, possa modificar o campo político, as discussões, a produção legislativa. Os pontos colocados acima não se contrapõem, e muitas vezes são defendidos conjuntamente.

Nessa mesma linha, Anne Phillips (2001) aduz:

Muitos dos argumentos correntes a respeito da democracia giram em torno do que podemos chamar de demandas por presença política: demandas pela representação igual de mulheres e homens; demandas por uma proporção mais parelha entre os diferentes grupos étnicos que compõem cada sociedade; demandas pela inclusão política de grupos que começam a se reconhecer como marginalizados, silenciados ou excluídos (PHILLIPS, 2001, p. 272).

Anne Phillips (2001) discute sobre a importância da “política da presença”, isto é, a necessidade da participação de todos os grupos sociais nos processos políticos decisórios,

para que a composição do corpo legislativo se assemelhe a composição da sociedade e para inserção de discussões e perspectivas outras, que não aquela predominante – como já discutido anteriormente -. A autora defende que não é preciso defender a substituição da “política das ideias”, que seriam as pautas defendidas pelos representantes, pela “política da presença”, pois ambas as formas de representação se complementam. Uma pluralização da composição dos tomadores de decisão deve favorecer o processo político decisório e a sociedade.

Sobre a pesquisa, assinalo que a maioria das pessoas que opinaram que as mulheres deveriam ocupar a política, por terem características diferentes dos homens, foram às mulheres entrevistadas. A defesa de que mulheres fariam mais políticas voltadas à igualdade de gênero e pelos direitos delas, foi defendida igualmente pelos homens e mulheres entrevistados. E foram homens em sua maioria que defenderam que as mulheres deveriam participar mais da política por estas serem a maior parte do eleitorado e/ou por questão de igualdade. Duas entrevistadas disseram que é importante também as mulheres estarem na política porque ela tem que ocupar todos os espaços sociais e para superar o preconceito sobre a mulher (a ideia da mulher como dona de casa e do lar, e não como alguém que pode ocupar a política) questão essa já discutida no capítulo 2.

Após as discussões realizadas, e em consonância com a literatura referenciada nesse capítulo, quando a discussão se trata de por qual motivo as mulheres devem participar ativamente da política, ou por qual razão é importante que mais mulheres ocupem esse espaço, não há que se pensar que é porque possuem uma moral diferenciada em vista de diferenças sexuais, ou porque vão defender interesses comuns aos das outras mulheres, mas porque só com a inclusão das mulheres no campo político, bem como de outros grupos subrepresentados nas esferas de poder, haverá a consolidação da democracia (MIGUEL, 2001; YOUNG, 2006; PHILLIPS, 2001; SACCHET, 2013;), com a participação e a voz de grupos diversos compondo os poderes constituídos. As discussões trazidas pela literatura e pelas/os entrevistadas/os, nos mostra que, em verdade, com mais mulheres em espaços de poder e decisão, haveria uma possibilidade maior de desenvolvimento de políticas públicas e leis necessárias para o combate a diversas opressões e violências sofridas pelo gênero feminino, em especial as mulheres mais vulnerabilizadas, mas acima disso, por mais relevante que seja, temos que considerar a importância de se trazer a voz e a perspectivas das mulheres – assim como de outros grupos sociais subrepresentados nas esferas do poder formal – para

dessa forma, ampliar e fortalecer a democracia e a busca pela almejada igualdade de gênero na nossa sociedade.

E, a ocupação do espaço político por vozes e experiências diversas daquela que tem sido a predominante - que são de homens, brancos, de alta renda e heterossexuais só tem a favorecer o campo político e a formulação de leis, políticas públicas e iniciativas do poder público que atendam as mais diversas demandas sociais.

Pode-se acreditar que as mulheres possuem uma voz diferenciada, não por características advindas da sua “biologia”, mas porque a organização social impõe experiências distintas para os gêneros, mesmo dessa forma, não há como se homogeneizar a voz e as experiências de mulheres que são tão diversas e múltiplas em suas características, na nossa sociedade.

Nesse entendimento, temos que trabalhar com paradoxos em certos momentos e sem pretensão de afirmar verdades incontestes, pois, não apenas determinadas autoras nos dizem que as mulheres tem uma voz diferenciada em vista de suas experiências e socialização, como também, as mulheres comuns vão, a partir de suas vivências e de outras mulheres que conhecem, afirmar que elas tem uma perspectiva distinta dos homens, isso que a meu ver, denominam de “maior sensibilidade”.

Por outro lado, não podemos ignorar que estereótipos prejudicam e violentam tanto mulheres como homens. Essa visão binária e essencialista de “homem é desse jeito e mulher é desse modo” contribui para a manutenção de crenças machistas e limitantes para ambos os gêneros. Então, minha proposição, sem chegar a uma verdade absoluta, é de que os estereótipos devem ser rompidos, assim como a divisão de papéis de gênero, respeitando a individualidade de cada pessoa, independente de seu gênero e que, uma vez que mulheres partilham vivências e interesses comuns, assim como homens, e que isso também ocorre, quando falamos de raça, de religião, de etnia, então, o que posso arguir, é que todos os grupos sociais partilham experiências comuns, mas também distintas, não podendo ser categorizados como iguais, restando desse modo, que sejam respeitados em suas particularidades e diferenças e que os espaços de poder e decisão possam ser ocupados por esses grupos de forma equânime.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi articular teoria política – em especial teoria política feminista - com análise empírica, a partir da realização de entrevistas com mulheres e homens de vida pública na cidade de Condeúba, para assim, identificar, analisar e discutir de que forma se dá a participação de mulheres na política municipal de uma cidade de pequeno porte. O recorte foi à cidade de Condeúba, sudoeste da Bahia, população estimada em 2020 de 17.178 mil pessoas. Um município, que assim como muitos outros do Nordeste, teve uma história política marcada por alternância de poder entre oligarquias locais e pela sub-representação de mulheres em cargos políticos.

No primeiro capítulo, apresentei qual a metodologia escolhida e abordei alguns aspectos a respeito de metodologia e métodos em pesquisa social. A escolha foi pela metodologia qualitativa, através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas, onde as/os entrevistados podiam falar livremente sua experiência e perspectiva diante do tema levantado na questão. A técnica de análise de dados utilizada na pesquisa é o da análise do conteúdo (AC). Nesse método, o foco da análise se fixa no conteúdo dos textos, no caso, das entrevistas feitas. As entrevistas foram orientando o meu olhar, me fazendo ver quais temas eram mais importantes de serem tratados, quais os pontos que mais contribuem para dificultar a entrada e permanência de mulheres na política local.

No segundo capítulo, apresento e discuto a respeito da trajetória das mulheres entrevistadas, como formaram seu capital político, social e familiar, bem como suas relações com os partidos políticos e as dificuldades em ser uma mulher ocupante de cargo político num espaço predominantemente masculino. Esse foi o capítulo mais longo e trabalhoso, ao passo que precisei me focar em três temas diferentes, porém, que andam *pari passu* (grifo nosso) quando se trata da jornada de uma mulher na política, desde a formação do seu capital político, o motivo que as leva a vida pública, a relação com seu partido político e os desafios enfrentados uma vez que estas já estão ocupando cargos de poder.

Analisando a trajetória das mulheres entrevistadas, foi possível observar que todas elas possuem capital social *bonding*, mostrando que esse tipo de capital, mesmo sendo mais ligado a esfera privada, como relações familiares, com vizinhos, trabalhos comunitários e na igreja, são fundamentais, ao menos entre as mulheres de Condeúba, e talvez em outras cidades de menor porte como essa, para conduzi-las a vida pública. Também foi possível observar como o machismo e os estereótipos de gênero atravessam as mulheres na vida pública, desde a

seleção para candidaturas, como também quando estas ocupam cargo de vereadora, presidente partidária, lugares em que essas mulheres relatam passar por situações de invisibilização e de não ter sua voz ouvida ou devidamente legitimada.

No terceiro capítulo, trouxe o tema da política de cotas nos partidos, e do sistema eleitoral brasileiro. Discutir a respeito da política de cotas de gênero é algo imprescindível quando estamos tratando da entrada de mulheres na política institucional. Discutir e problematizar a respeito do sistema eleitoral do Brasil também se fez necessário, posto que, o sistema vigente, proporcional de lista aberta, conforme a literatura, não favorece a inserção de mulheres, além de provocar outros problemas, a exemplo do encarecimento das campanhas.

As discussões teóricas sobre o tema da política de cotas, num sistema proporcional de lista aberta, onde cada candidato compete individualmente, se coaduna com a pesquisa empírica, de modo que, ficou claro, pelas falas das entrevistas, que a partir da obrigatoriedade do preenchimento das listas de candidaturas nas eleições com um máximo de 70% e um mínimo de 30% para cada gênero/sexo, não teve como consequência uma maior inserção de mulheres ativamente participando da política, sendo eleitas e ocupando cargos. Mas sim, um aumento no número de candidatas, que não reverbera num aumento do número de eleitas, uma vez que muitas mulheres são recrutadas apenas para o preenchimento dos 30% da lista, mulheres essas que não fazem campanha muitas vezes e só são colocadas pelos partidos, por temerem represálias da Justiça Eleitoral.

Um ponto positivo ligado às cotas identificado na pesquisa foi de que houve uma mulher, atualmente vereadora no seu segundo mandato, que foi convidada a se filiar e candidatar por conta do preenchimento das cotas. Contudo, a referida vereadora disse que ao adentrar o campo, andando pela cidade e zona rural, sentiu-se entusiasmada com a vida pública e mesmo tendo feito uma campanha, conforme me disse, pedindo mais votos para o candidato a prefeito à época, conseguiu uma votação expressiva e dessa forma, candidatou-se novamente na eleição seguinte. Acabou sendo a vereadora mais bem votada na cidade até o momento.

Então, poderia concluir que, a política de cotas foi um avanço à medida que obriga dirigentes partidários a recrutarem mulheres e, dessa forma pode contribuir com a inserção de mulheres que antes não teriam esse espaço/incentivo. Porém, ainda há avanços importantes para acontecer em relação a isso, pois não adianta apenas existir uma obrigação legal de preenchimento de 30% de candidaturas, sem que as mulheres candidatas recebam os recursos

e espaço necessários dentro do partido para fazer campanha, angariar votos, ser eleita e ter voz, tanto dentro dos partidos, como nas esferas legislativas e executivas.

No capítulo 4, discuti a respeito da importância dos recursos financeiros para candidatas e candidatos no período de eleição, aponte e problematizei, como base nas entrevistas, de que forma o dinheiro ou outros recursos de campanha ganham contornos diferentes num município de pequeno porte. Primeiramente, na discussão teórica, foi possível observar a importância que é, para qualquer candidato, dispor de recursos para fazer sua campanha e se tornar conhecido. A minha defesa nesse capítulo é de que possuir recursos financeiros favorece o sucesso eleitoral, e dessa forma, as mulheres estão em desvantagem, pois diversos estudos apontam que estas possuem patrimônio e arrecadamento de campanha inferior a dos homens. No entanto, na política local dos municípios de menor área territorial, a despesa com materiais de campanha, transporte, etc, tende a ser reduzida, como apontada pela literatura e pelas/os entrevistadas/os. Dessa forma, isso poderia ser um contraponto a literatura que dispõe que a quantidade de recursos para campanha influencia diretamente no sucesso nas urnas, já que nas entrevistas, todas afirmaram ter gasto pouco dinheiro, e o levantamento que fiz com os valores arrecadados pelos candidatos na eleição de 2016 demonstrou que de fato os valores não são altos.

Contudo, foi dito em algumas entrevistas sobre a compra de votos, através do assistencialismo. Na discussão teórica abordei sobre como a compra de votos surgiu e ainda se faz presente até os dias atuais, não só nos pequenos municípios. Entretanto, são nos municípios de pequeno e médio porte que essa prática pode ser mais favorecida, uma vez que, tanto há muitas vezes falta de serviços básicos, como saúde, transporte adequado, alimentação, moradia e outros para a população de baixa renda, como também há o fator de que nos municípios menores, o contato entre eleitores, candidatos e correligionários é muito mais viável. Conclui que, ao que demonstrado pela literatura e as entrevistas, quem possui mais dinheiro – ou outros recursos materiais – tem maiores chances de se eleger, pois se o assistencialismo – compra de voto – prevalece da forma como foi dita, mesmo esses valores não sendo declarados à Justiça Eleitoral como gastos de campanha, eles estão impactando diretamente no sucesso eleitoral de alguns candidatos. Também pude observar que numa cidade pequena como Condeúba, a questão da popularidade, ser conhecido/a, ter muitos amigos, participar de uma comunidade favorece o ganho de votos e chances de ser eleito. Por fim, o levantamento feito dos valores arrecadados pelos candidatos e candidatas em Condeúba no ano de 2016, mostrou que, em verdade, no município não se gasta muito em



campanha – quanto ao que é declarado – e também mostrou que em média, as mulheres arrecadam menos que os homens, consoante a discussão teórica.

Por fim, no capítulo 5, trago uma discussão a respeito de porque é importante que mais mulheres ocupem a política. Fiz essa pergunta aos entrevistados/as e realizei a discussão teórica a partir de suas respostas. Ao longo do capítulo, apontei alguns dos principais argumentos a respeito da participação de mulheres na política, tanto baseada na literatura como nas respostas às entrevistas: que as mulheres deveriam estar na política por terem uma voz diferente dos homens, uma moral diferenciada, mais sensível e cuidadosa, o que é um argumento essencialista; que mais mulheres na política resultaria em mais e melhores leis e políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres e a igualdade de gênero; e de que a presença das mulheres na política é fundamental para a democracia e para trazer pluralidade aos espaços de poder institucional.

A minha conclusão, após a discussão e análise das entrevistas, foi de que, embora as mulheres possam sim, ter uma voz diferenciada, em vista de sua socialização, isso não as torna necessariamente pessoas com moral diferenciada e que defender essa ideia só reforça estereótipos de gênero, uma vez que não podemos colocar todo um grupo altamente heterogêneo em posições limitadas, como “a mulher é mais sensível que o homem”, ou mesmo a ideia de que as mulheres conseguem fazer várias coisas ao mesmo tempo e tem “uma visão mais ampla”, como foi dito em algumas entrevistadas, principalmente, por observar que essa ideia parte de uma divisão sexual do trabalho injusta, no qual muitas mulheres tem que cumprir até três jornadas de trabalhos, para conseguir dar conta de trabalho produtivo e reprodutivo. Mulheres não são melhores em multitarefas por natureza, apenas trabalham mais.

Quanto à questão das mulheres na política favorecerem mais leis e ações voltadas aos interesses destas, a discussão apontou que de fato, mulheres tendem a fazer mais políticas para mulheres. É preciso pensar na multiplicidade de intersecções e outras variantes que atravessam mulheres de vida pública. Nem toda mulher vai necessariamente lutar pelos direitos das outras mulheres. Para tanto, o melhor seria que todas as pessoas que querem combater a desigualdade de gênero na política e na sociedade como um todo, votassem em mulheres atuantes nos movimentos de mulheres e feministas, que defendam as pautas necessárias e urgentes para o gênero feminino.

O último argumento apontado foi de que é necessário que mais mulheres ocupem a política porque sua presença naquele espaço é crucial para a consolidação da democracia e porque é preciso levar pluralidade de vozes às esferas do poder formal. Esse foi o argumento que se mostrou mais adequada para pensar a importância de mais mulheres na política. Porque, afinal, nem todas as mulheres são sensíveis ou fazem multitarefas, nem todas vão emplacar necessariamente a pauta da igualdade de gênero – embora esse seja ponto fundamental – mas temos que pensar que acima disso, as mulheres são mais de 50% do eleitorado, e que, quando elas, com sua voz, sua história e experiência adentra um espaço ainda ocupado hegemonicamente por homens, temos aí uma ampliação da diversidade no corpo político, tão necessário a estes espaços de discussão e decisão.

Feita toda essa discussão, em síntese, concluo no sentido de que, apesar de todos os avanços que já aconteceram ao longo da história, no processo emancipatório das mulheres, e até mesmo na política, considerado espaço inóspito para tantas pessoas, vemos leis e decisões favoráveis às mulheres, campanhas incentivando que as mulheres entrem para a política, ainda assim, esse espaço se mostra espinhoso para àquelas que queiram a vida pública.

A dificuldade para ter voz dentro do partido, conseguir se candidatar, ter recursos para campanha, o machismo e estereótipos ainda existentes - que colocam a mulher como aquela que não tem a mesma capacidade política que o homem, que não é boa de voto como os homens - somado a socialização feminina e a dupla/tripla jornada de trabalho, que impedem/dificultam que as mulheres se engajem na política, até este tempo, prevalecem, dessa forma, impedindo a ampliação da participação feminina na política institucional.

Nos dias atuais, as normas jurídicas tem avançado, vemos políticas de ação afirmativa - como o financiamento para mulheres e negros<sup>70</sup> - sendo propostas, tomando forma e se tornando garantias legais, desse modo, fornecendo subsídios às candidatas e candidatos, afim de democratizar os recursos e favorecer a igualdade na disputa política. Até que ponto elas serão efetivas, dado a resistência dos partidos, é, porém, uma questão a ser vista.

---

<sup>70</sup> TSE determinou que recursos dos fundos partidário e eleitoral fossem divididos proporcionalmente a quantidade de candidatos negros, essa regra seria válida a partir de 2022. Contudo, STF decidiu posteriormente que a regra já teria vigência na eleição 2020. A divisão proporcional também vale para propaganda e tempo de TV. Fonte < <https://extra.globo.com/noticias/brasil/lewandowski-determina-financiamento-proporcional-candidatos-negros-nas-eleicoes-2020-24633066.html> > acesso em 02/10/2020.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. D., CAVENAGHI, S. M., ALCANTARA, A. P. Participação de mulheres na eleição de 2004: avaliação da política de cotas no Brasil. In: **Revista Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 195-215, 2007.

ARAÚJO, C. Porque as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil? **Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001.

\_\_\_\_\_. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(2), p. 567-584, mai./ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Partidos Políticos e Gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n 24, jun. 2005.

ARAÚJO, C. ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, 2007.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

BEARD, M. **Mulheres e Poder**: um manifesto. 1ª Ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BOHN, S. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.

CAREGNATO, R. C. A. MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 15(4), p. 679-684, out./dez. 2006.

CARNEIRO, L. P. ALMEIDA, M. H. T de. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. **Dados**, v. 51 n. 2, p. 403-432, 2008.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, R. V. **Família e Política no RN**: Alves, Maia e o suporte do senado. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

CAVALCANTI, R. B. CALIXTO, P. PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CORBIN, A. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORONA, M. B. **Género, empoderamiento y sustentabilidade**. [s.l.]:GIMTRAP, 2000.

COSTA, A. A. A. **As donas no poder** – Mulher e política na Bahia. Salvador: 2º Coleção Bahianas, 1998.

\_\_\_\_\_. A política de cotas na América Latina: as mulheres e os dilemas da democracia. In: BONNETI, Aline; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e (org.). **Género, Mulheres e Feminismos**. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011.

\_\_\_\_\_. As duas faces da participação política da mulher. In: **Revista Feminismos**, v.2, n.2, maio/ago. 2014.

D'ALKMIN, S. M. A conquista do voto feminino no Brasil. In: **ETIC - Encontro de Iniciação Científica**, v. 2, n. 2, 2006.

FELCHER, C. D. O, FERREIRA, A. L. A., FOLMER, V. Da pesquisa ação a pesquisa participante: discussões a partir de uma investigação desenvolvida no Facebook. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 12, n. 7, 2017.

FRASER, N. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra (orgs). **Género, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

GILLIGAN, C. **In a Different Voice**. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1982.

\_\_\_\_\_. **Teoria Psicológica e Desenvolvimento da Mulher**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

HARDING, Sandra. “Existe um método feminista? In: Eli Bartra (org.). **Debates em torno a uma “metodologia feminista”**. México, D.F.: UNAM, p.09-34, 1998.

HIRATA, M; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, set/dez 2007.

HOFLING, E. M. Estado e Políticas Públicas Sociais. **Cadernos Cedes**, São Paulo, ano XXI, n. 55, 2001.

HTUN, M. A política de cotas na América Latina. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 01, 2001.

KNIBIEHLER, Y. Corpos e corações. In: Duby, G.; Perrot, M. (Org.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. São Paulo: Ebradil, p. 351-401, 1993.

KUHNEN, T. A. É possível dizer algo novo sobre essencialismo de gênero? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 01, jan./abril 2013.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado como teoria feminista. **Anais do III Simpósio Género e Políticas Públicas**, Paraná: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

MANO, M. K. **Legislar sobre “Mulheres”**: Relações de poder na Câmara Federal. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MANSBRIDGE, J. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent “yes”. **The Journal of Politics**, v. 61, n. 3, p. 628 – 657, ago. 1999.

MARTELOTTE, L. 25 anos de aplicação de Leis de Cotas na América Latina (Um balanço da participação política das mulheres). In: **Revista Internacional de Direitos Humanos**, ed. V, n. 24, 2016.

MEIRELES, F.; ANDRADE, L. V. R. Magnetude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 63, p. 79-101, set. 2017.

MENEGHELLO, R. SPECK, B. W. SACCHET, T. MANO, M. K. SANTOS, F. H. GORSKI, C. Mulheres e Negros na Política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros. **Unicamp/CESOP**, Campinas, 1ª edição, 2012.

MERLO, M. **Mulheres tomando partido e partidos fazendo candidatas**: a atuação partidária na trajetória das eleitas. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MIGUEL, L. F. Teoria Política Feminista e Liberalismo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, 2000.

\_\_\_\_\_. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 20, jun. 2003.

\_\_\_\_\_. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina: UFSC, v. 09, n. 01, p. 253-257, 2001.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 03, p. 721-747, 2015.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. de. Diferenças Regionais e o Êxito Relativo de Mulheres em Eleições Municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de Campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MIRANDA, A. R. A.; MAFRA, F. L. N.; CAMPPELLE, M. C. A. Relações de gênero e poder: um estudo com professoras-gerentes em uma universidade pública. **Revista Administração em Diálogo (RAD)**, v. 14, n. 03, p. 110-136, set./out./nov./dez. 2012.

MONTENEGRO, T. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 02, jul./dez. 2003.

NETO, J. B. **A engenharia institucional e o debate contemporâneo da reforma política no Brasil: análise crítica das propostas e tendências**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 04, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 2004.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2), p. 305-332, mai./ago. 2008.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEIXOTO, V. de M. Financiamento de campanhas: o Brasil em perspectiva comparada. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 91-116, jan./jun. 2009.

PEIXOTO, V. de M; Goulart, N. L. M.; SILVA, G. T. A cota, o partido e a mulher: duas décadas de vigência das cotas eleitorais de gênero sobre as candidaturas partidárias nas eleições municipais proporcionais (1996-2016). **COnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 23, p. 209-228, 2017.

PHILLIPS, A. **The politics of presence**. Oxford, Oxford University Press. 1995.

\_\_\_\_\_. De uma política de idéias a uma política de presença? In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 1, 2001.

PUTNAM, R. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. Nova York: Simon and Shuster, 2000.

RAGO, Margareth. 'Epistemologia Feminista, Gênero e História'. In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (orgs.), **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, p. 21-42, 1998.

REZENDE, D. L.; ANDRADE, L. V. R.; SILAME, T. R. Representação de mulheres e partidos políticos: determinantes da elegibilidade de deputadas federais no Brasil, 2010, 2014. **IN 40º Encontro Anual da ANPOCS**, 2016.

REZENDE, D. L.; SILVA, B. R. B. Gênero e partidos políticos: uma análise exploratória de comissões executivas e suas implicações para representação política das mulheres. **IN 11º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, Curitiba, 2018.

SACCHET, T. Representação Política, Representação de Grupos e a Política de Cotas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20 (2): 256, maio/ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Partidos Políticos e a (Sub)Representação Feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise (org.): **Mulheres, Política e Poder**. Goiânia: Cãnone, p. 161-188, 2011.

\_\_\_\_\_. Democracia pela Metade: Candidaturas e Desempenho Eleitoral das Mulheres. **Cadernos Adenauer XIV**, n. 2, p. 85-107, 2013.

\_\_\_\_\_. Que Reforma Política Interessa as Mulheres? Cotas, Sistema Eleitoral e Financiamento de Campanha. In: Marcus Ianoni. **Reforma Política Democrática: temas, atores e desafios**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

\_\_\_\_\_. Capital Social, Gênero e Representação Política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.15, n.2, 2009.

\_\_\_\_\_. Questões centrais do debate sobre Mulher e Política no Brasil. **RECP**, 2008. Link: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/download/47748/28748>. Acesso em out. 2019.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento Eleitoral, Representação Política e Gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n.1, p.177-197, junho 2012.

\_\_\_\_\_. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. **Mulheres nas Eleições 2010**. In: José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto e Fátima Jordão. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política/Secretaria de Política para as Mulheres, p. 417-451, 2012.

\_\_\_\_\_. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. **Mulheres nas Eleições 2010**. In: José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto e Fátima Jordão. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política/Secretaria de Política para as Mulheres, p. 167-206, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres. **Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais/Flacso-Brasil**, p. 1-44, junho 2009. Disponível em <http://www.flacso.org.br/portal/> Acesso em 02/12/2017.

SALOMÃO, M. da S. A presença das mulheres nos espaços de poder: a interiorização do poder patriarcal. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas/UFMA.

SANTOS, P. P. dos; BARCELOS, J. R. de. Direitos Políticos das mulheres e a regulamentação legal das cotas de gênero: resultados em Bolívia, Peru e Brasil. In: Arthur Magno e Silva Guerra, José Alfredo de Oliveira Baracho Jr., Flávio do Couto Bernardes. **Direito Eleitoral: 30 anos de democracia**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, ed 1, p. 67-101. 2018.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, E. da. A ausência de políticas públicas e a sobrecarga de trabalho feminino. **Revista Gênero**, Niterói, v. 13, n. 01, p. 107-119, 2012.

SILVA, S. M. **A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da constituição federal de 1988**. Salvador: UFBA/FFCH - NEIM, 2011.

\_\_\_\_\_. Contribuições para a incorporação da perspectiva de gênero no parlamento. **Interfaces Científicas – Direito**, Aracaju, v. 3, n.2, p. 29-42, fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Eleições 2018: o lugar das mulheres nas chapas majoritárias. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 04, n. 04, out./dez. 2018.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer XIV**, n. 02, p. 109-126, 2013.

SPECK, B. W. A compra de votos - uma aproximação empírica. **Opinião Pública**, Campinas v. 09, n. 1, maio de 2003.

SOUZA, A. E. **Condeúba, sua história, seu povo**. Condeúba: Quarteto Editora, 2ª versão, revisada e ampliada, 2015.

TILIO, R de. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 02, p. 125-148, 2014.

VARIKAS, E. “Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos”. In: **Revista Estudos Feministas**, 4, 1: 65-94, 1996.

VILLELA, J. M. O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, abril de 2005.

WRIGHT, S. J. **Estratégias de inclusão das mulheres na política institucional: a opinião parlamentar estadual do Nordeste (legislaturas de 2003/2007 e 2007/2011)**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. In: **Lua Nova**, São Paulo: Cedec, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>> Acesso em: 02/12/2017.

\_\_\_\_\_. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University, 1990.

\_\_\_\_\_. **Feminists and party politics**. UBC Press, 2000.



## ANEXO 1

### QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM AS MULHERES DE VIDA PÚBLICA

Você poderia me falar um pouco sobre a sua trajetória política? Que fatores foram importantes para incentivar a sua entrada e permanência na política?

O acesso à política.

- 1- Quais dificuldades você encontrou para entrar e permanecer na política?
- 2- Ainda que não seja a sua experiência, o que você identifica como a razão pela qual poucas mulheres são eleitas para o legislativo na sua cidade e da ausência de candidatas para a prefeitura?

Cotas.

- 3- Qual a sua opinião sobre a política de cotas nos partidos?
- 4- Você acha que elas foram devidamente implementadas (busca-se aqui saber sobre possíveis candidaturas apenas para cumprir as cotas)
- 5- Essas políticas impactaram de alguma forma a sua trajetória na vida pública? Se sim, como? Você acha que só foi selecionada como candidata por causa das cotas?

Dificuldades, partidos e recursos.

- 6- Você identifica dificuldades na relação com seu partido? Se sim, quais? O seu partido incentiva a seleção de mulheres como candidatas?
- 7- E sobre apoio para a candidatura? O seu partido incentivou a sua candidatura?
- 8- Como foi o acesso a recursos financeiros para campanha? Teve apoio do partido? De quem teve apoio?

Conciliação família e vida pública.

- 9- Como foi/é para você conciliar a vida familiar e as atividades da vida pública? Mesmo que a pessoa responda que tem empregada, etc, vou buscar falar sobre as responsabilidades, se ela é que é responsável por contratar, ver sobre escola, etc.
- 10- Na sua opinião, qual a importância de mais mulheres ocuparem cargos na política institucional?

## ANEXO 2

### QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM AS/OS PRESIDENTES DOS PARTIDOS

- 01- Qual a sua opinião sobre a política de cotas nos partidos?
- 02- Você acha que elas foram devidamente implementadas (busca-se aqui saber sobre possíveis candidaturas apenas para cumprir as cotas)
- 03- O seu partido incentiva a seleção de mulheres como candidatas?
- 04- Qual o percentual de mulheres na estrutura do partido? Já houve alguma mulher presidente do partido? Ou mulher secretária geral no partido?
- 05- Como é a distribuição de recursos para campanha entre candidatos/as no município?
- 06- O que você identifica como a razão pela qual poucas mulheres são eleitas para o legislativo na sua cidade e da ausência de candidatas para a prefeitura?
- 07- Na sua opinião, qual a importância de mais mulheres participarem da política?